

**ITCPes**  
Incubadora Tecnológica  
de Cooperativas Populares e  
Empreendimentos Solidários



## **Economia Solidária no estado de Roraima: formação e desenvolvimento dos empreendimentos em redes colaborativas**

**Meire Joisy Almeida Pereira  
Anderson Paiva  
Herundino Ribeiro Filho  
Paulo Sérgio Maroti  
Cleane da Silva Nascimento**

**Organizadores**



**Economia solidária no estado de Roraima: formação e desenvolvimento dos empreendimentos em redes colaborativas**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR

REITOR  
Jefferson Fernandes do Nascimento

VICE-REITOR  
Américo Alves de Lyra Júnior

EDITORA DA UFRR  
Diretor da EDUFRR  
Cezário Paulino B. de Queiroz

CONSELHO EDITORIAL  
Alcir Gursen de Miranda  
Anderson dos Santos Paiva  
Bianca Jorge Sequeira Costa  
Fabio Luiz de Arruda Herrig  
Georgia Patrícia Ferko da Silva  
Guido Nunes Lopes  
José Ivanildo de Lima  
José Manuel Flores Lopes  
Luiza Câmara Beserra Neta  
Núbia Abrantes Gomes  
Rafael Assunção Rocha  
Rickson Rios Figueira  
Rileuda de Sena Rebouças



Editora da Universidade Federal de Roraima  
Campus do Paricarana - Av. Cap. Ene Garcez, 2413,  
Aeroporto - CEP.: 69.310-000. Boa Vista - RR - Brasil  
e-mail: [editora@ufrr.br](mailto:editora@ufrr.br) / [editoraufrr@gmail.com](mailto:editoraufrr@gmail.com)  
Fone: + 55 95 3621 3111

A Editora da UFRR é filiada à:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

**Economia solidária no estado de Roraima: formação e desenvolvimento dos empreendimentos em redes colaborativas**

*Meire Joisy Almeida Pereira*

*Anderson Paiva*

*Herundino Ribeiro Filho*

*Paulo Sérgio Maroti*

*Cleane da Silva Nascimento*

**Organizadores**



EDUFRR

Boa Vista - RR

2019

Copyright © 2019  
Editora da Universidade Federal de Roraima

Todos os direitos reservados ao autor, na forma da Lei.  
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Revisão Ortográfica**

Emyster Handel Vicente Gaia  
Meire Joisy Almeida de Pereira  
Leuda Evangelista de Oliveira  
Cleane da Silva Nascimento

**Diagramação**

Cleane da Silva Nascimento  
Paulo Sérgio Maroti

**Projeto Gráfico e Cartoon Capa**

Paulo Sérgio Maroti (Teó)

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

E19 Economia solidária no estado de Roraima: formação e desenvolvimento dos empreendimentos em redes colaborativas / Meire Joisy Almeida Pereira ... [et al], organizadores. - Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.

159 p. : il.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-8288-236-8

1 - Economia solidária. 2 - Desenvolvimento econômico. 3 - Empreendedorismo. 4 - Roraima. 5 - Pesquisa científica. I - Título. II - Pereira, Meire Joisy Almeida. III - Universidade Federal de Roraima.

CDU - 334.742(811.4)

Ficha Catalográfica elaborada pela: Bibliotecária/Documentalista:  
Shiridoill Batalha de Souza - CRB-11/573

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é  
de exclusiva responsabilidade dos autores

## AGRADECIMENTOS

Chegamos ao fim da presente jornada com a convicção de dever cumprido, por isso estamos aqui para agradecer. Em primeiro lugar a todos que direta e indiretamente contribuíram para o alcance dos objetivos do projeto. Nossa proposta junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) teve o título *Economia Solidária no Estado de Roraima: formação e desenvolvimento dos empreendimentos em redes colaborativas*, que por sinal é também o título da presente obra.

Nossos mais sinceros agradecimentos são destinados: ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que fomentou o projeto; à Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária, ao reitor e vice-reitor da UFRR, à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFRR; à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão; à Prefeitura do Campus Paricarana – UFRR; aos gestores do Setor de Transporte; aos motoristas, bolsistas, professores da incubadora, parceiros, Empreendimentos Econômicos Solidários nas pessoas que os integram, enfim, a todos... foram tantas as contribuições que não caberia nominar nesta seção.

# SUMÁRIO

**PREFÁCIO.....9**

*Geyza Alves Pimentel*

**APRESENTAÇÃO.....11**

*Meire Joisy Almeida Pereira*

## **PRIMEIRA PARTE - A INCUBADORA SOCIAL DA UFRR E O PROJETO INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS - CNPQ/SENAES/PRAE/UFRR**

Trajetória ITCPES/UFRR.....15

### **CAPÍTULO I**

A INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS  
POPULARES E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS – ITCPES  
DA UFRR: UMA VISÃO HISTÓRICA DE 2006-2019.....17

*Verônica Fagundes Araújo  
Meire Joisy Almeida Pereira*

### **CAPÍTULO II**

PROCESSOS FORMATIVOS DE BOLSISTAS EGRESSAS  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA: A  
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PERSPECTIVA DA  
INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS  
POPULARES E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DA UF  
RR.....35

*Dalila Marques Lemos  
Gisely da Silva Costa  
Graciele Oliveira dos Santos  
Maria Soledade Dutra Silva  
Meire Joisy Almeida Pereira*

### **CAPÍTULO III**

ECONOMIA SOLIDÁRIA EM RORAIMA: MAPEAMENTO E PERFIL DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS.....	61
---	----

*Dalila Marques Lemos  
Meire Joisy Almeida Pereira  
Leuda Evangelista de Oliveira*

### **SEGUNDA PARTE: OS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS ATENDIDOS PELA CHAMADA DO CNPq - INCUBADORAS DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS - IEES/CNPq/SENAES/ITCPES/PRAE/UFRR**

Projeto de Pesquisa-Extensão Economia Solidários no Estado de Roraima: formação e desenvolvimento dos empreendimentos em redes colaborativas.....	93
---	----

### **CAPÍTULO IV**

EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS E O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NOS ESPAÇOS RELACIONAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PROJETO DE ASSENTAMENTO NOVA AMAZÔNIA-RORAIMA.....	95
---	----

*Meire Joisy Almeida Pereira  
Hiroshi Noda  
Sandra do Nascimento Noda*

### **CAPÍTULO V**

PROTAGONISMO E TRAJETÓRIA DA COOPERATIVA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - COOFECs: O PIONEIRISMO NO PROCESSO DE AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO EM RORAIMA-AMAZÔNIA-BR.....	125
--	-----

*Cleane da Silva Nascimento*



*Meire Joisy Almeida Pereira  
Paulo Sérgio Maroti  
Herundino Ribeiro do Nascimento Filho*

## **CAPÍTULO VI**

**A ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES HORTIFRUTIGRANJEIROS  
ORGÂNICOS DE BOA VISTA - HORTIVIDA.....143**

*Luis Felipe Paes de Almeida  
Cleane da Silva Nascimento  
Meire Joisy Almeida Pereira  
Paulo Sérgio Maroti*

## PREFÁCIO

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários ITCPES/UFRR, criada desde o ano de 2006, vem executando um importante trabalho que faz do saber produzido na Universidade e do conhecimento adquirido pelas comunidades que são assistidas, um projeto exitoso.

O trabalho da ITCPES/UFRR logo no seu início foi reconhecidamente agraciado com o *Prêmio Samuel Benchimol*, com “Mulheres Empreendedoras na Amazônia: transferência de tecnologia social a grupos de mulheres no Estado de Roraima”, coordenado pela Professora Marlene Grade.

Seguiu-se consolidando conhecimentos, reinventando-os e devolvendo-os na forma de tecnologias sociais que possibilita aos empreendedores sociais melhorarem seus produtos e ainda, catalisar o desenvolvimento econômico com avanço da qualidade de vida de seus familiares e da rede de envolvidos no processo.

**Prefaciар este segundo Livro, “Economia Solidária no Estado de Roraima: formação e desenvolvimento dos empreendimentos em redes colaborativas”**, fruto do projeto de pesquisa/extensão com o mesmo nome, cujo fomento foi do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio da Chamada CNPq/MTb-SENAES nº 27/2017, é devolver para a sociedade o resultado das intervenções sociais e das mudanças que a ITCPS está promovendo na sociedade roraimense nestes 13 anos de sua criação!

Entender esta Universidade pública, que faz no seu dia a dia ensino-pesquisa-extensão, é olhar justamente para a ITCPES/UFRR que

conseguiu com a *indissociabilidade*, o sucesso e a união da Universidade – Empreendedores Sociais – Agências Financiadoras.

Promover pesquisa, mudar realidades por meio da extensão, realizar formação e qualificação profissional, é transformar o futuro também do nosso público mais precioso, os discentes!

Parabenizo a Equipe da ITCPES/UFRR por este trabalho e principalmente, por dar voz e visibilidade às ações da Universidade Pública e aos empreendimentos vinculados à dinâmica solidária.

Profa. Dr<sup>a</sup> Geyza Alves Pimentel  
Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação  
Universidade Federal de Roraima

## APRESENTAÇÃO

A presente obra é fruto da Chamada CNPq/MTb-SENAES Nº 27/2017 Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários. A referida chamada foi acessada pelo Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários da Universidade Federal de Roraima – ITCPES/UFRR. A incubadora social como é mais conhecida está vinculada à Pró-Reitoria de Apoio Estudantil – PRAE-UFRR.

Em dezembro de 2017 o projeto **ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO RORAIMA: formação e desenvolvimento dos empreendimentos em redes colaborativas** conseguiu acessar o fomento do CNPq/SENAES na modalidade Apoio ao fortalecimento de Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária para dar continuidade aos processos em andamento desde 2006.

Assim, o objetivo geral da proposta de trabalho aprovada dispunha de duas perspectivas independentes e ao mesmo tempo, integradas, a Pesquisa e a Extensão. Nessa trilha, conseguimos desenvolver de um lado, a coleta dos dados do fenômeno no campo, e do outro, demos prosseguimento aos processos de incubação de 06 empreendimentos econômicos solidários.

A principal estratégia levada a cabo na operacionalização do projeto consistiu em criarmos uma rede entre os empreendimentos e nós. De caráter colaborativo, a dinâmica da rede visou atender a todos os sujeitos que integram o movimento de Economia solidária em Roraima. Embora informal, sem qualquer documento, as relações de acolhimento e apoio ocorreram a contento.

Ao fim e ao cabo, nós idealizamos para os Empreendimentos

incubados a conquista da condição de emancipação e a autonomia, seja na dimensão social, como na dimensão econômica. Para tanto, operacionalizamos atividades como: a) o Desenvolvimento de processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários em Roraima em redes de cooperação; b) Disponibilizamos formação e qualificação no âmbito da gestão, da técnica e da inovação para os empreendimentos (cooperativas e associações), concedemos máquinas, equipamentos e utensílios a fim de possibilitar o fortalecimento das experiências coletivas nas áreas econômica, contábil, do direito, do serviço social, educacional, produtivo e de comercialização, dentre outras que se fizeram necessárias; além de c) Promovemos a articulação entre as atividades da pesquisa-extensão por meio da construção coletiva de tecnologia social. Por fim, fortalecemos, com o fomento CNPq, a política pública de economia solidária em Roraima.

A justificativa do trabalho assentou-se em dois eixos fundamentais: o primeiro naquilo que diz respeito à relevância científica e tecnológica, sobretudo no que diz respeito à inovação. O segundo eixo consistiu em evidenciarmos a atuação da ITCPES/ UFRR em Roraima junto à sociedade civil. É preciso lembrar que o programa – ITCPES/UFRR - integra um conjunto de ações nacionais voltadas à geração de trabalho e renda para populações vulneráveis social, econômico e ambientalmente. Para tanto, desenvolvemos duas ações fundamentais: de um lado, os processos de incubação dos Empreendimentos Econômicos Solidários - EES e do outro, a formação dos seres humanos que os integram, por meio de eventos diversos como o assessoramento técnico-gerencial, a construção coletiva de tecnologias sociais, bem como, a promoção de cursos, seminários, rodas de conversa, visitas, visitas técnicas, colóquios, e etc. Todas as atividades foram certificados pela ITCPES/PRAE-UFRR.

É preciso destacar que a trajetória histórica da ITCPES-UFRR foi

marcada pelo pensamento social e solidário de seus integrantes, por isso, construir e desenvolver coletivamente tecnologia social com e para os EES, constituiu-se num eixo central para a formação de seres humanos que a integram a fim de torná-los capazes de se transformar e transformar, ao mesmo tempo, a realidade em seu entorno.

Do ponto de vista teórico-metodológico, o conteúdo substantivo da presente obra, assenta-se na abordagem da dialética da complexidade sistêmica de Edgar Morin (2011), considerando que o mundo real é complexo e que o pensamento sistêmico contribui para se compreender os elos entre o todo e as partes. Junta-se a essa dimensão do conhecimento, os princípios fundamentais da Economia Solidária, sobretudo na perspectiva da autogestão, do respeito à diversidade e à solidariedade.

Destacamos que todas as metas programadas na chamada pública do CNPq foram alcançadas e por vezes, superadas. Nossos resultados, em linhas gerais, são representados pelos números de 9 EES incubados, o atendimento a 902 seres humanos que integram os EES e suas respectivas famílias, trabalhamos com 6 professores, com 08 parceiros internos da UFRR, 04 parceiros externos e 6 bolsistas, chegando a quase 1.000 seres humanos envolvidos direta e/ou indiretamente nas ações do projeto.

Esses resultados representam a soma dos esforços coletivos que envidamos em prol de um objetivo comum, apoiar e fortalecer o movimento da Economia Solidária, enquanto estratégia para o enfrentamento das questões sociais e econômicas vividas no modo de produção capitalista.

O conteúdo substantivo da presente obra está disposto em duas partes: a primeira aborda os aspectos teóricos e epistemológicos da Economia Solidária em Roraima, representada por três artigos que tratam da trajetória histórica da Incubadora, da análise e interpretação dos resultados do Censo realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES – por meio do Sistema Nacional de Economia

Solidária – SIES - no estado e dos processos formativos das bolsistas que integraram a Incubadora. A segunda parte consta de artigos que desvelam as experiências da Economia Solidária nas práxis cotidianas dos sujeitos que a compõe.

Convidamos o leitor a trilhar conosco os caminhos partilhados em histórias e histórias de vida na edificação de sonhos, lutas e muitas conquistas.

Boa Vista, outubro de 2019.

Meire Joisy Almeida Pereira – Profa Dra  
Coordenadora do Projeto

## **PRIMEIRA PARTE - A INCUBADORA SOCIAL DA UFRR E O PROJETO INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS - CNPq/SENAES/PRAE/UFRR**

A incubadora social da UFRR ou, ITCPES/UFRR, traz em sua trajetória histórica o fato de ser um dos poucos órgãos públicos no estado de Roraima a promover e fomentar a política nacional de Economia Solidária. Em 13 anos de atuação a Incubadora entregou à sociedade roraimense um trabalho de resistência, resignação, compromisso e luta para manter firme os propósitos idealizadores de uma sociedade justa e equânime, em acordo aos pensamentos dos socialistas utópicos do século XIX. Os artigos a seguir representam essa trajetória.



Fonte: ITCPES/UFRR (2018)





# 1 A INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS – ITCPES/UFRR: UMA VISÃO HISTÓRICA DE 2006-2019

Verônica Fagundes Araújo  
Meire Joisy Almeida Pereira

## 1 INTRODUÇÃO

Buscando viabilizar processos sustentáveis de crescimento econômico e distribuição de riqueza, Pochamann (2004) assevera que a classe trabalhadora vem construindo ao longo do tempo, estratégias para promoção de novos padrões de desenvolvimento local e regional. Desta feita, ganhou centralidade formas de desenvolvimento sustentável e solidário. Estes novos conceitos vêm ocupando a agenda dos setores populares como caminhos alternativos, como possibilidade a partir das condições dadas e para além delas (GRADE et al, 2010).

Nesse sentido, a Economia Solidária apresenta-se como forma de alterar as condições de vida dos trabalhadores na medida em que empreende a organização coletiva do trabalho nas mais diversas regiões, evidenciando os limites do próprio capital e construindo, ainda que contraditoriamente, uma nova possibilidade, cujo nexos social tece a solidariedade como universalidade, para além do capital (GRADE et al, 2010).

A economia solidária, enquanto movimento social tem como foco a solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza a sociedade capitalista e destaca, enquanto princípios fundamentais a autogestão, a solidariedade e o consumo solidário. Partindo destes princípios, foram criadas, há mais de duas décadas em todo Brasil, as incubadoras universitárias de Economia Solidária. As

incubadoras de primeira geração tiveram sua gênese no final da década de 1980. As incubadoras de segunda geração nasceram de um levante, apoiadas pelo Ministério do Trabalho – MTE – por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, cujo objetivo consistia no fortalecimento e crescimento de empreendimentos econômicos solidários. As incubadoras tinham como linha de trabalho fomentar e realizar a capacitação, o assessoramento, a incubação, a assistência técnica organizativa e o acompanhamento desses empreendimentos econômicos solidários. Paralelamente, havia também o Fórum de Economia Solidária, criado no âmbito do movimento social, fazendo-se representar junto com a SENAES, para promover o debate e o encaminhamento das pautas da Economia solidária, como agenda para o Governo central, visando o fortalecimento do campo da Economia Solidária.

Nesse contexto, em junho de 2006, em particular na Universidade Federal de Roraima, iniciou-se um projeto de pesquisa e extensão denominado *Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários da Universidade Federal de Roraima – ITCPES/UFRR*. A ação nascia de uma articulação com as Universidades Federal do Pará, Acre e Mato Grosso. O foco do projeto consistia em organizar, formar e qualificar trabalhadores (as), visando o fortalecimento de grupos formais e informais com características de atividades econômicas no campo da Economia Solidária. A ideia fora de fortalecer esses grupos local e regionalmente.

Inicialmente as atividades inerentes ao projeto abarcaram seis grupos de trabalho que, em sua maioria, eram constituídos por mulheres, trabalhadoras que buscavam a manutenção de sua família, estavam organizadas na forma de grupos com elementos da dinâmica da economia solidária, na cidade de Boa Vista, estado de Roraima.

A partir daí, a equipe da ITPCES/UFRR traçou objetivos visando

incubar esses grupos, com o firme propósito de organizar, formar e qualificar trabalhadores(as) para possibilitar o fortalecimento dos grupos nos quais estavam inseridos, consolidando sua organização econômica, política e social; mediar a construção de vínculos entre a Universidade e a sociedade por meio de trocas de saberes científicos e populares, objetivando o desenvolvimento dos grupos e da região e à inserção de estudantes, qualificando-os para uma formação mais ampla inserida nas questões sociais.

Assim sendo, o objetivo principal do presente artigo consistiu em apresentar as ações desenvolvidas pela ITCPES/UFRR, ao longo do seu tempo de existência, buscando evidenciar a realização dos objetivos inicialmente traçados na implantação do projeto pensado em rede (com as outras Universidades). Nesse caminho, destacar os processos desenvolvidos ao longo do tempo pela incubadora, que trouxeram frutos positivos, especialmente pelo crescimento e fortalecimento dos grupos solidários, assim como da dinâmica da economia local e regional.

Além da presente introdução, há a seção 2, em que constam os processos de incubação dos grupos solidários selecionados inicialmente, quando foi implantada a ITCPES/UFRR. É preciso destacar que os grupos solidários tiveram essa denominação nos primeiros momentos da Economia Solidária. Na medida em que a dinâmica evoluía, essa denominação, das organizações formais e informais, passou a ser de Empreendimentos Econômicos Solidários. Na seção 3, abordamos os projetos desenvolvidos pela ITCPES/UFRR, junto aos EES incubados, revelando as modificações vivificadas na dinâmica da Economia Solidária que, imprimiu crescimentos, decrescimentos, aparecimentos e desaparecimentos dos EES, como era de se esperar da vida em sociedade. A ideia central que acompanhou e continua a movimentar a ITCPES/UFRR consiste em fomentar o crescimento e o fortalecimento dos EES,

a formação de bolsistas e docentes, bem como os sujeitos que integram a Economia Solidária em Roraima. E por fim, são apresentadas as conclusões.

## **2 A INCUBAÇÃO DE GRUPOS SOLIDÁRIOS NA ITCPES/UFRR**

De acordo com Grade et al (2010), a Economia Solidária não é um arranjo produtivo, mas um tipo de economia originada e desenvolvida por camadas populares que produzem sua existência, fazem trocas, e aglutinam formas de associações para o trabalho, articulando eixos como o da solidariedade e organização social.

Dentro desta perspectiva, a ITCPES/UFRR, após a sua implantação, selecionou seis grupos de trabalhadoras que tinham na sua formação as características destacadas por Grade (2010) para a incubação. Os grupos selecionados foram: mulheres do Cauamé, São João Batista, Santa Tereza, Feras do Amazonas e o grupo das mulheres migrantes solidárias. Grupos com produção local que, à época, encontravam na organização coletiva do trabalho uma alternativa de renda para o sustendo de suas famílias.

Os grupos eram formados em sua maioria, por mulheres migrantes, indígenas, vulneráveis social e economicamente e frágeis do ponto de vista da autoestima. A faixa etária era entre os 30 a 60 anos, o nível de escolaridade constava de baixo a médio, em termos de anos de escola. As mulheres que integravam os grupos eram, sobretudo, chefes de famílias, sem oportunidades de sobrevivência fora desse espaço de trabalho coletivo. E, para que prosseguissem, necessitariam de apoio, uma vez que suas necessidades eram desde a falta de infraestrutura básica até os conhecimentos gerenciais, às técnicas da condução de seus empreendimentos. Desta forma, os professores da UFRR, vinculados a ITCPES/UFRR, buscaram por meio de projeto de ensino, pesquisa

e extensão, sanar essas necessidades gerenciais e técnicas, para assim, terem possibilidades de posteriormente, buscar resolver as necessidades de infraestrutura.

De acordo com Grade et al (2010), a base epistemológica na condução desse projeto coletivo primava pela articulação teórico-prática, no sentido de captar os movimentos das condições reais e o desenvolvimento das aprendizagens dos grupos envolvidos no processo. Tratava-se da condução em que os diversos parceiros interagem a partir e nas práticas em que estavam envolvidos. Ou seja, o ponto de partida foi sempre às condições reais e contraditórias dos próprios grupos.

A metodologia utilizada visou atender a duas frentes, conforme a perspectiva Gramsciana (2000), a formação técnica e a humanística, que buscou a interação entre a ciência, o saber científico e o saber popular. Ou seja, a articulação teórico-prático, no sentido de captar as condições reais e o desenvolvimento das aprendizagens dos grupos envolvidos no processo (GRADE et al, 2010). Desta feita, foram ofertados cursos de formação e planejamento, fazendo com que as participantes percebessem a corresponsabilidade e a autogestão como formas organizativas essenciais para a consolidação do grupo.

O resultado da aplicação da metodologia foi mensurado a partir de elementos como a elaboração de um planejamento anual participativo, visando atender aos objetivos do ano seguinte. Durante o evento foram constatadas as condições reais dos grupos, bem como os desafios a serem enfrentados, assim como as potencialidades de cada um, sem prescindir das ações que precisavam ser implementadas. Ainda no planejamento, conseguiu-se mapear as necessidades da inter-relação entre os grupos nos campos da compra, comercialização e da própria organização produtiva e social. Nessa trilha construtiva, conseguiu-se implantar e consolidar o Fórum de Economia Solidária de Roraima, bem como um calendário

de Feiras locais para atender às necessidades dos aspectos produtivos da dinâmica da Economia Solidária.

### **3 PROJETOS E AÇÕES DESENVOLVIDOS PELA ITCPES/UFRR**

A ITCPES/UFRR ao longo dos seus 13 anos de existência desenvolveu um conjunto robusto de ações descritas, sobretudo, na elaboração e realização de projetos, pautados em atender às necessidades dos empreendimentos econômicos solidários incubados, cujo propósito refletiu no crescimento e fortalecimento dessas organizações coletivas, local e regionalmente. No total, Somam-se 10 (dez) projetos elaborados e desenvolvidos pela incubadora em parceria com os órgãos de fomento à Economia Solidária, entre eles: o Banco da Amazônia/FINAM, PRONIC/FINEP/SENAES, PROEX/MEC, SIES-UFRR-UFAM, CENTRO DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA – CFES, Petrobras EDU3S, PRONINC/CNPq/SENAES e IEES/CNPq/SENAES. A seguir são apresentados os principais projetos realizados pela incubadora, destacando suas ações e transformações ocorridas ao longo da trilha coletiva desses processos, evidenciando os principais resultados.

#### **3.1 PROGRAMA NACIONAL DE APOIO ÀS INCUBADORAS - PRONINC/FINEP/SENAES - E BANCO DA AMAZÔNIA/FINAM (2008-2010)**

No período de 2008-2010, dois projetos foram elaborados, submetidos, aprovados e realizados simultaneamente pela ITCPES/UFRR, com parceiros distintos, ambos com o mesmo título: *Mulheres Empreendedoras da Amazônia*. O primeiro foi apoiado pelo Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares - PRONINC – via Financiadora de Projetos – FINEP e o segundo apoiado pelo Banco da

Amazônia com recursos do Fundo da Amazônia – o FINAM. Os dois projetos continham o mesmo objetivo, visavam o assessoramento, a incubação e a constituição de uma cooperativa de Empreendimentos Econômicos Solidários - EES em Roraima. Propósito que possibilitou a incubação de seis Empreendimentos Econômicos Solidários: o Centro Produção Comunitária - CPC - Santa Tereza, Mulheres do Cauamé, Mulheres Aliança, Associação Feras da Amazônia, Centro de Produção Comunitária — Jóquei Clube e Grupo são João Batista. A incubação ocorreu por meio de cursos, palestras e oficinas, na perspectiva de possibilitar para os empreendimentos, crescimento e fortalecimento em suas atividades produtivas. Para além da formação, a ITCPES/UFRR proporcionou a elaboração de um estudo de demanda para o EES do CPC Santa Tereza, bem como uma cartilha de Economia Solidária para todos os EES.

O desenvolvimento dos dois projetos ensejou à incubadora participar da edição do prêmio *Projeto Samuel Benchimol/2006* do qual foi premiada na pessoa da professora Marlene Grade, primeira coordenadora da ITCPES/UFRR, cujo prêmio foi revestido para os empreendimentos incubados, citados anteriormente, todos localizados em Boa Vista -RR. O valor monetário contribuiu para compra de material para execução do trabalho, bem como para formação das mulheres que integraram os cursos ministrados pela ITCPES/UFRR, com o intuito de subsidiar na gestão e no fortalecimento dos seus negócios. Outros resultados que merecem relevo são a execução dos dois projetos: elaboração e publicação de uma obra lançada em 2010 pela ITCPES/UFRR, cujo parceiro principal foi o Banco da Amazônia/FINAM. A obra tem como título: *“Mulheres Migrantes e Indígenas em Roraima: A Construção de uma Trajetória Coletiva”*. A organização da obra foi sob a responsabilidade da professora *Meire Joisy Pereira*, nova coordenadora



da Incubadora que, no intuito de dar continuidade às atividades planejadas pelo grupo de professores anteriores, realizou as ações previstas e se integrou à dinâmica da Economia Solidária de forma orgânica.

Outro destaque contabilizado na realização das ações da ITCPES/UFRR consta dos frutos colhidos nos processos de incubação dos seis EES. Sobretudo na criação em junho 2009, da primeira cooperativa do Estado, utilizando-se dos princípios de Economia Solidária. A Cooperativa foi criada a partir da junção dos 6 empreendimentos incubados, na perspectiva de atender às necessidades das mulheres, sobretudo nas condições da melhoria da produção e da comercialização de seus produtos. A incubadora contribuiu sobremaneira nesse processo de formalização da primeira cooperativa de economia solidária do estado de Roraima, rumo a uma nova trilha, a uma nova caminhada.

### 3.2 SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA - SIES (2009-2011)

No período de 2009-2011 a ITCPES/UFRR, em parceria com a Incubadora Social da Universidade Federal do Amazonas, UFAM, foi responsável pelo mapeamento dos empreendimentos de Economia Solidária no Estado de Roraima junto ao Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES, criado em 2004 no âmbito da Secretaria Nacional de Economia Solidária. O principal instrumento da pesquisa foi à aplicação do questionário de 171 perguntas junto aos Empreendimentos Econômicos Solidários no seu local de funcionamento. A ideia da SENAES foi de atualizar o número de EES existentes no Brasil para fins de ampliação de recursos orçamentários para a política nacional de Economia Solidária.

A aplicação do instrumento utilizou a divisão geográfica dos

territórios rurais e da cidadania do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, quais eram: Território Sul, Território Norte, Território Centro e Território Indígena. Os questionários foram aplicados nos doze municípios de Roraima. O território Indígena não foi atendido plenamente em face às dificuldades na gestão dos recursos financeiros gerenciados na UFAM.

Ao fim e ao cabo, os resultados do mapeamento constatou-se que a maior parte dos Empreendimentos Econômicos Solidários do Estado de Roraima concentravam-se em Boa Vista, e se caracterizam pela produção de confecções, tais como, uniformes escolares e profissionais, roupas íntimas, consertos e fabricação de roupas, além do artesanato regional e produtos alimentícios. Nos demais municípios, observou-se que a atividade característica dos empreendimentos econômicos solidários nos espaços rurais constavam aqueles da Agricultura Familiar, na produção de alimentos.

### 3.3 CENTRO DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA - CFES (2009-2012)

Entre 2009 e 2012 a ITCPES/UFRR, em articulação com a Incubadora da Universidade Federal do Pará desenvolveu o projeto Centro de Formação em Economia Solidária da região norte – o CFES Norte/RR. O projeto consistiu em uma demanda pautada pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária que conseguiu, por meio da SENAES implantar uma política de formação para os EES e a formação de um corpo de educadores popular em Economia Solidária. O CFES levou e trouxe um conjunto de cursos, oficinas, encontros, rodas de conversa e seminários sobre Economia Solidária aos municípios de Roraima e aos estados da Amazônia.

O CFES Norte/RR como assim fora denominado foi implantado

com o objetivo de implementar e fortalecer ações de formação em Economia Solidária para os Empreendimentos de Economia Solidária e constituir uma rede de formadores. A proposta metodológica do projeto foi fundamentada numa abordagem construtivista, em que valorizava a experiência e os saberes dos trabalhadores(as), bem como o reconhecimento do acúmulo, da diversidade, da pluralidade de iniciativas de formação em economia solidária.

Como resultado do projeto, foram capacitadas 842 (oitocentas e quarenta e duas) pessoas em cursos e oficinas, obtendo, assim, a formação de educadores(as), gestores públicos e agentes em economia solidária, desenvolvendo atividades formativas e de acompanhamento junto a empreendimentos solidários, bem como compartilhando conhecimentos e metodologias, desenvolvidos para subsidiar processos formativos nos empreendimentos solidários, inseridos em estratégia de desenvolvimento local. Ao final, houve a sistematização de relatórios contendo fotos e narrativas dos participantes referentes às atividades do projeto. Roraima obteve 15 formadores.

### 3.4 EDUCAÇÃO SUSTENTÁVEL, SINÉRGICA E SOCIAL - EDU3S (2011-2015)

A ITCPES/UFRR no período de 2011 a 2015, elaborou e realizou atividades de pesquisas e extensão no âmbito do projeto Educação Sustentável, Sinérgica e Social, financiado pelo Programa Social da Petrobras. As ações do projeto EDU3s ocorreram em dois projetos de Assentamentos da Reforma Agrária no Estado de Roraima – o primeiro, o Projeto de Assentamento Anauá – PAD Anauá - e o segundo, no Projeto de Assentamento Nova Amazônia – PANA. As ações do EDU3s ensejaram a consecução de duas pesquisas: uma de mestrado do professor Robson de Sá Souza e outra de doutorado da professora Meire Joisy Almeida

Pereira.

O projeto visou capacitar agricultores familiares inseridos em projetos de assentamento da reforma agrária, gerenciados pelo Instituto nacional de Colonização e reforma agrária – INCRA - numa perspectiva focada na formação completa do agricultor. Dessa feita, os primeiros cursos consistiram na formação técnica, por meio de cursos técnicos e no segundo momento, foram ofertadas oficinas, cujo propósito foram o fomento à organizações de trabalho coletivo – associações e/ou cooperativas. Os resultados alcançados constam da realização de 36 cursos de qualificação profissional nas áreas de associativismo/cooperativismo, apicultura, avicultura, produção de mudas e piscicultura, num total de 620 participantes-agricultores familiares assentados da Reforma Agrária. Em 2012, segundo ano do projeto EDU3S, foram realizados 07 (sete) oficinas de 20 horas, com a finalidade de estimular a formação de grupos, para criação de unidades produtivas na perspectiva da economia solidária – podendo ser associações e/ou cooperativas -, uma das metas do projeto. As oficinas realizadas foram: *Formação Política, Princípios da Economia Solidária, Iniciação à Inclusão Digital e Software Livre, Noções de Contabilidade para não Contadores, Elaboração de Projetos Comércio Justo e Solidário e Planejamento Estratégico*. Participaram das oficinas 71 (setenta e um) participantes-agricultores. A ideia da ação visava, para além da formação, estimular o processo de multiplicação da dinâmica da Economia Solidária nos projetos de assentamento da reforma agrária.

Ao final do projeto, os relatos apreendidos pelos participantes revelaram a importância do projeto nos assentamentos, os conteúdos abordados nas capacitações, e a constituição de mais uma cooperativa no âmbito da dinâmica da Economia Solidária no estado de Roraima, dessa vez, nos espaços agrários do estado – Cooperativa Agropecuária Nova Amazônia - COOPANA. Os relatos também destacam a relevância dos

conteúdos apreendidos durante as oficinas que subsidiaram os agricultores na consecução de suas atividades produtivas, como por exemplo o gerenciamento e controle das finanças, a importância do emprego do software livre no controle e na organização dos empreendimentos.

### 3.5 PROGRAMA NACIONAL DE APOIO ÀS INCUBADORAS - PRONINC/CNPQ/SENAES (2013-2016)

O projeto do PRONINC/CNPq/SENAES desenvolvido pela ITCPE/UFRR de 2013-2016, teve como objetivo precípua apoiar à autonomia e emancipação dos empreendimentos econômicos solidários incubados. Desta forma, no intuito de sanar as dificuldades e os pontos fracos no desenvolvimento das atividades, foram ofertados cursos, palestras, oficinas, acompanhamento e assessoramento técnico, cujo conteúdo consistiu no fortalecimento da formação dos sujeitos dos EES, pautados na ação política pedagógica, autogestionária e solidária, cujo fito fora proporcionar a maturidade e autonomia na condução de seus empreendimentos. Entretanto, o maior destaque na existência e, ao mesmo tempo, na consecução do presente projeto foi a oportunidade em que a ITCPE/UFRR teve em adquirir material permanente – equipamentos - para os EES. Nessa trilha, pela primeira vez na história dos editais destinados à dinâmica da Economia Solidária foi possibilitado aplicação de recursos financeiros oriundos da SENAES para aquisição de máquinas, equipamentos, entre outros materiais para atender às demandas do EES. Esse feito foi uma inflexão na trilha do movimento de economia solidária brasileiro. Oportunidade que ensejou uma estratégia sólida para o alcance da autonomia e emancipação dos EES.

Os EES participantes do projeto foram ampliados, para além dos incubados, passaram a integrar a ITCPE/UFRR três associações

da Agricultura Familiar - A Associação dos Agricultores do Projeto de Assentamento Nova Amazônia Polo I - AAFPPANA, Projeto de Assentamento Nova Amazônia Polo II – AASPANA, a Associação dos produtos Orgânicos - Hortivida, Associação de Agricultores e Agricultoras do Projeto Nova Amazônia – polo IV e Cooperativa Agropecuária do Projeto de Assentamento Nova Amazônia - COOPANA.

No geral, a ITCPES/UFRR passou de uma cooperativa – COOFECs – de confecção e artesanato e um empreendimento que atua com o folclore/arte e o artesanato – Feras do Amazonas, para sete EES incubados. Caracterizados como sendo duas cooperativas e cinco associações; todos desenvolvendo suas atividades na cidade e no espaço rural. O conjunto dos projetos realizados e descritos no presente documento foram ações empreendidas pela coordenação da ITCPES/UFRR sob os auspícios da professora Meire Joisy e colaboradores.

Nessa caminhada, baseada na vivência de formação, assessoramento e acompanhamento dos EES pela ITCPES/UFRR, o projeto de autoria do professor Emerson Clayton Arantes, membro da incubadora, intitulado “*Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Econômicos Solidários- ITCPES/UFRR: formação em economia cooperativa e solidária para superação da pobreza em Roraima*”, ganhou o prêmio de 2º lugar na categoria Suporte ao Desenvolvimento Regional na edição do *Projeto Samuel Benchimol/2013*. O resultado reforça positivamente a trajetória da ITCPES/UFRR, nos seus esforços para contribuir no crescimento e desenvolvimento dos empreendimentos solidários e na dinâmica da economia solidária em Roraima.

### 3.6 INCUBADORAS DE EMPREENDIMENTO ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS - IEES/CNPQ/ SENAES (2017 – 2019)

O projeto de título: “*Economia Solidária no Estado Roraima: formação e desenvolvimento dos empreendimentos em redes colaborativas*”, finalizou em 31/10/2019 cujo fomento foi do CNPq/ SENAES-MTb. O objetivo do projeto visou desenvolver processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários em Roraima como estratégia para emancipação e autonomia por meio de redes colaborativas. Ainda na elaboração do projeto juntaram-se a ITCPES/ UFRR, o Instituto Federal de Roraima – IFRR, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMPBRAPA, o Instituto de Amparo à Ciência e Tecnologia de Roraima – IACT e o Fórum Roraimense de Economia Solidária. Todos os órgãos reunidos numa rede colaborativa e cooperativa com vistas a fortalecer os EES, por meio da pesquisa participante, da pesquisa-ação, da formação, da qualificação, do assessoramento técnico e do acompanhamento aos empreendimentos incubados. Entretanto, a proposta da ITCPES/UFRR foi a única vencedora junto ao CNPq.

O projeto aprovado visou incorporar formalmente os EES que estavam ainda em processo de consolidação, apoiados pelo edital do PRONIC/CNPq. Os EES que foram formalmente incubados pela ITPCES/ UFRR no presente projeto foram a Cooperativa Agropecuária Nova Amazônia – COOPANA, as Associações do Projeto de Assentamento Nova Amazônia Polo IV – AAFP-IV, a Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em Regime Familiar do Projeto de Assentamento Nova Amazônia I – ASSTRF e mais recentemente a Cooperativa de agricultores do Assentamento Nova Amazônia I - COOPNOVA. Contabilizando assim, 9 Empreendimentos solidários, acompanhados pela incubadora, por meio da capacitação, assessoramento e fomento à produção, proporcionando entre seus objetivos, promover o crescimento

e o desenvolvimento da Economia Solidária local e regionalmente.

## 4 CONCLUSÃO

A ITCPES/UFRR, ao longo dos treze anos de existência realizou seu papel com esmero, compromisso e zelo, utilizando-se fundamentalmente dos princípios da Economia Solidária para afirmar que há outras formas de produzir, consumir, poupar, circular e viver, no modo de produção capitalista, hegemônico no mundo.

A experiência da ITCPES/UFRR evidencia pelo conjunto de suas atividades que há forças antagônicas e convergentes no campo das ideias e no mundo real que ocupam o mesmo espaço, revelando a polissemia de conceitos e de vida nas sociedades contemporâneas.

A Economia Solidária é uma dessas formas que anseiam por uma vida mais equânime e justa, na medida em que dissemina e pratica os princípios da autogestão, da solidariedade, do trabalho coletivo, do respeito à diversidade do conhecimento científico e saberes populares, da diversidade de gênero e do convívio harmônico com o sistema ambiental. A casa que nos acolhe enquanto organismo vivo.

Durante a historicidade da ITCPES/UFRR foi evidenciado o esforço de um conjunto de professores que acreditam nessa forma alternativa de vida, e por meio desse acreditar, envidam suas energias e esforços para consecução de ações como o assessoramento e acompanhamento aos EES incubados. O *modus operandi* utilizado nas ações são a interdisciplinaridade e a sinergia de propósitos, visando um bem maior, o bem comum de todos que integram a dinâmica da Economia Solidária local e regionalmente.

Por fim, afirmamos que a ITCPES/UFRR, empreendeu, por meio de suas ações o fomento e o fortalecimento dos EES, dos bolsistas, dos professores, dos parceiros, gestores públicos, enfim, de todos os sujeitos



que integram o movimento da ECOSOL.

Os resultados ora apresentados, destacados no desenvolvimento dos projetos realizados, validam que um outro mundo é possível, um mundo em que o respeito nas relações sociais e ao ambiente são vitais, na busca de um bem viver. Portanto, torna-se fundamental destacar também o esforço empreendido pelo Fórum Brasileiro de ECOSOL que sempre pautou a SENAES para elaboração de políticas públicas voltadas para a Economia Solidária, envolvendo as Universidades brasileiras, por meio das Incubadoras sociais nos processos formativos e no assessoramento aos EES.

A guisa de conclusão, observando os resultados alcançados, podemos afirmar que a ITCPES/UFRR contribuiu e continua a contribuir na consolidação dos processos que articulam ensino, pesquisa e extensão, para além dos seus muros, no atendimento à sociedade roraimense.

## REFERÊNCIAS

LEMOS, Dalila Marques et al. **Economia Solidária: experiência do PITCPES/UFRR na formação social de trabalhadores e trabalhadoras por meio do Centro de Formação em Economia Solidária na Região Norte.** I Jornada Internacional do CEDUC - UFRR Em Pesquisa, 2011.

GRADE, Marlene; MILANI, Ana; ARAÚJO, Verônica Fagundes. Economia Solidária e Desenvolvimento Regional: mobilização e formação na Amazônia brasileira. **In (org) Mulheres Migrantes e Indígenas em Roraima: a construção de uma trajetória coletiva.** Boa Vista: UFRR/PROEX, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **O trabalho como princípio educativo.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

NASCIMENTO, Cleane da S.; ARANTES, Emerson Clayton; PAIVA, Anderson dos S. **Inclusão Digital e Formação em**

**Economia Solidária Através do Software Livre: Uma Experiência no Projeto Edu3s em Rorainópolis –RR.** 11º ENEDS – Castanhal, Pará, Brasil, 24, 25 e 26 de setembro de 2014.

POCHMANN, Márcio (org.). **Reestruturação Produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social.** Petrópolis: Vozes, 2004.

SANTOS, Graciele Oliveira dos; BEZERRA, Débora Karine Feitoza; PEREIRA, Meire Joisy Almeida; BEDIN, Sandro. **Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária – SIES: Os perfis dos Empreendimentos Econômicos Solidários no Estado de Roraima.** Semana da Integração Universitária - VIII ENEX – Encontro de Extensão de 07 a 10 de junho de 2011.



## **2 PROCESSOS FORMATIVOS DE BOLSISTAS EGRESSAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA: A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PERSPECTIVA DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DA UFRR**

Dalila Marques Lemos  
Gisely da Silva Costa  
Graciele Oliveira dos Santos  
Maria Soledade Dutra Silva  
Meire Joisy Almeida Pereira

### **1 INTRODUÇÃO**

Nesse artigo analisamos as contribuições da extensão universitária - na perspectiva das incubadoras tecnológicas de economia solidária - nos processos formativos de vida e da profissão de bolsistas da Universidade Federal de Roraima. As bolsistas são egressas dos cursos de bacharelado em administração, ciências econômicas e licenciatura em química, que atuaram no Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários da Universidade Federal de Roraima - ITCPES/UFRR- no período compreendido entre 2008-2016.

É preciso destacar que nos dias atuais as universidades enfrentam o desafio de promover para os estudantes, além das habilidades e competências necessárias para exercer determinada profissão que o ‘pensar universitariamente’ desperte nos estudantes seu papel, seja enquanto cidadão na sociedade, seja por meio da reflexão, capaz de transformar o conhecimento resultante dos cursos de graduação em sinergia/ação no alcance dos objetivos da universidade.

Nessa linha, Singer (2005) enfatiza que a Economia Solidária é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe nova

prática social e um entendimento novo dessa prática. A única maneira de aprender a construir a Economia Solidária é praticando-a. Mas, seus valores fundamentais precedem sua prática. Não é preciso pertencer a uma cooperativa ou empreendimento solidário para agir solidariamente.

Segundo Addor e Laricchia (2018) as incubadoras de economia solidária constituem-se nas principais experiências que efetivamente conseguem promover a propalada, mas rarefeita, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, pois partem de problemas concretos, envolvem os estudantes na análise das demandas e buscas de soluções e, assim, geram conhecimento-aprendizado. Dessa feita, a extensão universitária, no que diz respeito à Economia Solidária, pode ser vista como uma missão em busca do diálogo, da troca de saberes, da cooperação e da solidariedade. E a ITCPES/UFRR consiste nessa experiência capaz de gerar o conhecimento mais amplo, para além da sala de aula no período da formação dos estudantes.

Os conteúdos aqui abordados constam de estudos quanti e qualitativos baseados na metodologia da pesquisa bibliográfica, documental e experiencial, visando alcançar processos formativos das bolsistas por meio das experiências vivenciadas no campo.

Assim, a oportunidade de atuação como bolsistas na ITCPES/UFRR nos propiciou a construção de um pensamento crítico e reflexivo, questionador das desigualdades no mercado de trabalho e conhecedoras das lutas sociais por igualdade de direitos e acesso a políticas públicas. Hoje sabemos que existem outros tipos de conhecimentos e saberes, além do conhecimento científico-acadêmico. Daí inferirmos que a extensão universitária nos ensejou um olhar social, político e da cidadania, na medida em que tínhamos o contato com os sujeitos sociais envolvidos na economia solidária, sobretudo nos Empreendimentos Econômicos Solidários - EES.

Em termos de organização, o presente artigo está estruturado em 05 seções, a partir dessa primeira parte introdutória. A segunda destaca as bases metodológicas utilizadas. Na terceira seção consta o referencial teórico dos eixos norteadores da pesquisa, contemplando a historicidade da economia solidária, das incubadoras sociais no universo da extensão universitária. A quarta seção trata da interpretação dos dados apresentados por meio dos resultados e discussão. A quinta seção retoma o objetivo deste artigo e pondera as conclusões.

## **2 REVISÃO DA LITERATURA**

As experiências dos processos formativos das bolsistas egressas da ITCPES/UFRR foram compreendidas à luz do materialismo histórico-dialético, que segundo Santos et al (2018), promove o desvelamento da realidade e depende do contexto em que o indivíduo está envolvido, considerando sobretudo, as relações que este estabelece com o real. Além das lições de Singer (2003) nosso maior inspirador.

As linhas metodológicas para concepção deste artigo fundaram-se na investigação, no uso da pesquisa bibliográfica por meio de consulta às publicações que tratassem da economia solidária e incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, além de temas relacionados à universidade e formação profissional. A pesquisa documental também foi um eixo norteador, uma vez que consultamos as publicações e relatórios da ITCPES/UFRR com a finalidade de compreendermos como eram delineados os processos de incubação e assessoramento junto aos empreendimentos econômicos solidários. Por fim, a nossa vivência no Programa nos ensinou apresentar as narrativas e experiências vivificadas em nossas trajetórias de estudantes do ensino superior. Quanto aos instrumentos metodológicos dessas narrativas, elas aconteceram por meio de encontros presenciais em forma de rodas de conversas para análise e

interpretação qualitativa da experiência de ser bolsista de uma incubadora social, sobretudo na Amazônia setentrional.

### **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

O referencial teórico utilizado no presente artigo foi extraído dos conceitos fundamentais que norteiam o *modus operandi* de uma incubadora universitária de perspectiva social.

#### **3.1 AS INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS NO SEIO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

A Economia Solidária teve sua gênese ainda no século XIX como uma alternativa de trabalho para uma parcela da sociedade da época que estava em situação de marginalização, devido à demissão em massa impressas pela Revolução Industrial. Os primeiros registros desta dinâmica criaram uma nova forma de organização do trabalho, que ocorreu na Inglaterra e nos Estados Unidos, em decorrência de um conjunto de episódios que afetaram diretamente milhares de operários (SINGER, 2003).

Paul Singer, um dos precursores das pesquisas sobre Economia Solidária no Brasil, cita em suas obras que a Economia Solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como uma reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocada pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção (SINGER, 2002). Ou seja, a Economia Solidária nasceu como uma fenda ao modo capitalista, que visava somente a produção em grande escala para venda e enriquecimento dos grandes empresários, priorizando a mão de obra barata, sem levar em

consideração as condições de trabalho dos operários.

Apesar de não representar algo novo na história, a mobilização popular em torno do apoio à formação de grupos produtivos e associativos, de caráter suprafamiliar, recebeu uma nova “roupagem” política, denominada por seus próprios atores envolvidos de “economia solidária”. Enquanto conceito, a economia solidária despontou como um elemento definidor de alternativas para a organização associativa do trabalho e suas relações de produção em busca de novas estratégias de inclusão social. O debate em torno de sua compreensão e seu papel na sociedade contemporânea ganhou destaque não apenas no Brasil, mas em praticamente todos os países da América Latina e também na Europa (IPEA, 2016).

As práxis da são descritas em ações. Os trabalhadores reúnem-se em formas de organização que se denominam empreendimentos econômicos solidários (EES) tais como associação, grupo informal, cooperativa, empresas autogestionárias, grupos de produção, redes e centrais, clube de trocas, entre outras. Nesse conjunto de atividades e formas de organização destacam-se quatro importantes características que estão sempre presentes na Economia Solidária: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade (ANTEAG, 2009).

Além das diversas formas organizativas, os EES compreendem organizações cujos participantes ou sócios (as) são trabalhadores (as) dos meios urbanos e rurais que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal e, realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário (ANTEAG, 2009).



Dessa maneira, no processo de acompanhamento aos EES que realizávamos observamos que havia nessa configuração, as entidades de apoio, assessoria e fomento (EAFs), o nosso caso. O papel das entidades de apoio são fundamentalmente dois: o assessoramento e a formação. As assessorias são realizadas para os EES no Brasil, com atuação tanto no meio rural quanto no meio urbano, sendo inclusive responsáveis pelo aumento dessas experiências nos últimos anos. Elas são estruturadas ou organizadas por igrejas, ONGs, universidades, movimentos sociais, centrais sindicais, fóruns nacionais e estaduais, entre outros. Algumas delas tiveram atuação mais decisiva em momentos específicos, ou em setores econômicos específicos, enquanto outras seguiram como pontos de referência importantes para a realidade atual da economia solidária no país (IPEA, 2016). No campo da formação, essas entidades ofertam eventos diversos, podem ser cursos, oficinas, seminários, rodas de conversa, entre tanto outros eventos.

Nesse universo das EAFs encontram-se as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs): projetos que se desenvolvem por meio da extensão universitária voltada a apoiar iniciativas de trabalho coletivo. Elas prestam assessoria de diversas naturezas a esses grupos, diretamente ou via parceria com outras organizações, envolvendo gestão, tecnologias de produção, comercialização, formação de redes, acesso a políticas, capacitação técnica, entre outras possibilidades. A primeira ITCP foi criada em 1998, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente são mais de cento e quarenta unidades em todo o país, que se articulam em duas redes independentes: a Rede de ITCPs e a Rede Unitrabalho (IPEA, 2016).

Na literatura não existe uma metodologia única para as incubadoras na perspectiva da economia solidária – presentes em universidades de diferentes regiões do Brasil – elas são diversas como o mundo real é,

e atendem às necessidades dos EES incubados. No entanto, Schiochet (2018) denomina as ITCPs como ‘metodologia de extensão universitária, como coletivos acadêmicos, com metodologia de atividade acadêmica e diversificação metodológica e organizativa das experiências’. O autor continua seu pensamento pontuando que “a força da identidade das incubadoras sempre foi a extensão. Paulatinamente, o Proninc<sup>1</sup> foi expandindo sua identidade e a tecnologia, a inovação e a pesquisa tornaram as incubadoras experiências práticas da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão” (SCHIOCHET, 2018, p. 10).

Não existindo um caminho único para a atuação das ITCPs Singer nos leva à reflexão a partir da formulação de Paulo Freire: “Ninguém ensina nada a ninguém; aprendemos juntos”, demonstrando que isso se aplica inteiramente à Economia Solidária, enquanto ato pedagógico. O autor aborda ainda que a Economia Solidária, nesse momento histórico no Brasil, está sendo ensinada por educadores ou incubadores praticantes, cujo caráter reflete seu perfil, sendo a maioria de jovens e inexperientes, que vão enfrentando a difícil tarefa de manter e desenvolver os EES, para saírem da condição de empreendimentos tecnologicamente atrasados e insuficientemente capitalizados. Docentes e discentes são igualmente inexperientes, pois os primeiros possuem conhecimentos teóricos e os segundos o saber que se adquire por tentativa e erro na prática. Nessa interação, produz-se um auto-aprendizado mútuo (SINGER 2005).

Nesse sentido, no âmbito das universidades, as incubadoras são formadas por professores, técnicos e discentes de diferentes áreas do conhecimento constituindo uma equipe multidisciplinar e interdisciplinar responsável por programas e projetos de atendimento às necessidades dos empreendimentos econômicos solidários.

---

<sup>8</sup>Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares.

## 3.2 A UNIVERSIDADE NO CONTEXTO EDUCACIONAL DE FORMAÇÃO

Na obra freiriana destacamos a busca pela educação, assentada na ideia de inacabamento, inconclusão e incompletude do ser humano. Sabendo-se inacabado, o ser humano procura educar-se ao longo da vida. Cumpre ressaltar que é exatamente na universidade que (re)surge a ideia de formação, o ato de formar, ser formado. É preciso destacar que as universidades públicas brasileiras estão pautadas em três pilares fundamentais, o ensino, a pesquisa e extensão (NEVES; MARTINS, 2016). Encontramos na atual Lei nº 9.394/1996 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) um conceito de universidades: elas são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano (BRASIL, 1996). Sieutjes (1999) argumenta que a missão das universidades, em um sentido mais amplo, possa a ser a de transformar a sociedade por meio do conhecimento do potencial humano. Para esta autora

as funções seriam formar ou ensinar, investigar ou pesquisar e servir ou exercer a atividade de extensão. A partir desta premissa, podemos entender que o ensino universitário engloba não só a transmissão do conhecimento em sala de aula, mas a pesquisa, que pode ser pura ou aplicada, e a objetivação da pesquisa aplicada, por meio da extensão (OSPINA, 1990 apud SIEUTJES, 1999).

Nesse caminho, é fundamental lembrar que a tradição pedagógica insiste ainda hoje em limitar o pedagógico à sala de aula, à relação professor-aluno, educador-educando. Abrir os muros da escola para que ela possa ter acesso à rua, invadir a cidade, a vida, parece ser ação classificada como de “não-pedagógica” pela pedagogia tradicional

(FREIRE, 1979).

Na obra *Universidade, formação, cidadania*, Santos(2001) chama a atenção para o fato de que “a pergunta ‘O que é formar’ não é nova; como também não são recentes os debates sobre as relações que se estabelecem entre as instituições de ensino e a sociedade. A questão colocada – que é ‘formar’? – permanece inteiramente aberta à procura de resposta” (SANTOS, 2001, p. 9).

O universitário, o estudante, então, ingressante nos cursos de graduação de uma universidade está intimamente ligado ao ensino - dimensão enriquecida de experiências e processos formativos - com a participação em atividades de pesquisa e extensão universitária. Se o ensino é área de conhecimento mais teórico, concretizada no ambiente de sala de aula; pode-se dizer que a pesquisa e a extensão são áreas que permitem aos estudantes universitários explorar o contato com a sociedade e a comunidade local.

[...] a universidade não é apenas o espaço, o ambiente ou o “contexto” onde desenvolvemos o nosso trabalho e onde transcorre boa parte das nossas vidas; é, na verdade, a *condição transcendental* (grifo do autor), no sentido kantiano, do nosso pensamento: o que o torna possível, o que o organiza, o que lhe dá forma. Não pensamos apenas “na” universidade; pensamos “universitariamente”. Pensamos “com” a universidade ou, até mesmo, é a universidade – se me permitem esta fórmula levemente anacrônica – que pensa por nosso intermédio (RINESI, 2001, p. 89).

Do ponto de vista institucional, ao estabelecer princípios, missão e valores orientadores do planejamento estratégico, a Universidade se empenha em responder indagações, como por exemplo, o que é formar, como se forma, para que se forma, onde se forma, entre outras questões, compromissada com a transformação da realidade local e passando a ser reconhecida não como única detentora de saberes, mas como uma das

instituições responsáveis pelo conhecimento.

Nesse sentido, a educação Superior, de acordo com o artigo 43 da LDB, tem por finalidade:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares (BRASIL, 1996).

Nada disso exclui a necessidade de buscar a articulação ensino-pesquisa-extensão que pode ser realizada em áreas específicas do conhecimento, não pela universidade como um todo, mas por grupos de trabalho que ensinam, pesquisam e disseminam conhecimentos e que

devem organizar-se para exercer esta articulação da forma que lhes for mais conveniente (SIEUTJES,1999).

Assim, a Universidade Federal de Roraima - UFRR firma-se como instituição de ensino superior referência no saber amazônico e fronteiroço, como aponta o Plano de Desenvolvimento Institucional (UFRR, 2017). Atualmente a UFRR possui três *campi*, com um total de 69 blocos para atividades acadêmicas e 27 blocos para atividades administrativas. Conta com 643 professores e 364 técnicos, oferece 47 cursos de graduação, além de 14 mestrados, 3 doutorados, cursos técnicos e tecnológicos 03 e o ensino médio. Tem em seus registros, aproximadamente, 7.678 alunos (UFRR, 2019).

No conteúdo do Plano Desenvolvimento Institucional (PDI) para a gestão 2016-2020, a UFRR tem como princípios filosóficos a promoção do conhecimento por meio da cultura; da democratização do acesso ao saber e a intervenção solidária junto à comunidade, para a transformação social; além de socializar o resultado da aplicação do conhecimento gerado tanto na pesquisa, como na própria extensão, realimentada pela relação dialética conhecimento realidade-conhecimento, especialmente nas atividades voltadas para a eliminação da pobreza, da intolerância, da violência, do analfabetismo, da fome, da deterioração do meio ambiente e de enfermidades.

De acordo com PDI de 2016-2020, o ensino da Universidade Federal de Roraima perpassa, como já mencionado, não apenas pelas formações superiores, mas também pela oferta de ensino básico e técnico profissionalizante, técnico-tecnológico, respectivamente, ofertados pelo Colégio de Aplicação e pela Escola Agrotécnica. Soma-se a isso, a oferta de qualificação em diferentes áreas de conhecimento aos diversos grupos sociais que integram a população roraimense, dentre eles, os indígenas, os quais, por meio do Instituto Insikiran, compartilham do conhecimento

científico por meio de uma proposta que preza pelo respeito à cultura e às crenças desses povos originários.

### 3.3 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E OS PROCESSOS FORMATIVOS

Nos últimos anos a extensão universitária vem ganhando reconhecimento da própria universidade e das demais instituições de ensino. O Fórum de Pró-reitores de Extensão das universidades públicas brasileiras - FORPROEX – divulgou a Política Nacional de Extensão Universitária (2012) que tratou a extensão universitária como o processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político capaz de promover a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Hoje, discute-se a curricularização da extensão universitária nos cursos de graduação, avançando nos debates dispostos na supracitada política nacional, norteada pelo Plano Nacional de Extensão Universitária (1999), que concebe

retirar o caráter de terceira função da extensão, para dimensioná-la como filosofia, ação vinculada, política, estratégia democratizante, metodologia, sinalizando para uma universidade voltada para os problemas sociais com o objetivo de encontrar soluções por meio da pesquisa básica e aplicada, visando realimentar o processo ensino-aprendizagem como um todo e intervindo na realidade concreta (FORPROEX, 1999, p. 02).

É nessa trilha que a ITCPES se insere, uma vez que o programa conta com uma equipe interdisciplinar formada por professores e estudantes que desenvolvem ações e atividades relacionadas às demandas dos EES distribuídos nos espaços urbano e rural, por meio de um planejamento e diagnósticos participativos; procura contribuir nos

processos de gestão e melhorias da produção, desenvolvendo projetos de fomento, assessoramento técnico e formação popular.

Outro aspecto da extensão universitária na formação do estudante consta da possibilidade do despertar nesse estudante a sua singularidade, a construção identitária e social num universo no qual todos são anonimamente “estudantes de graduação ou pós-graduação” das turmas de ensino, agrupados por centros de ciências e cursos. A esse respeito Silva (2001) questiona que o processo de socialização total, engendrado historicamente, produziu a liquidação do indivíduo e de toda sua singularidade, mediante sua integração anônima aos interesses do coletivo e aos interesses do mercado.

No acompanhamento de campo, no mundo real dos empreendimentos incubados ressaltamos os processos de formação para os EES na perspectiva da educação popular, utilizando-se de processos pedagógico no olhar da construção social que valoriza a experiência e o conhecimento dos grupos acompanhados. Sobre isso Paulo Freire (1977) nos ensina que o educador

preciso ir “lendo” cada vez melhor a leitura do mundo que os grupos populares com quem trabalho fazem de seu contexto imediato e do maior de que o seu é parte. O que quero dizer é o seguinte: não posso de maneira alguma, nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E isso tudo vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo “leitura do mundo” que precede sempre a “leitura da palavra” p. 81. [Isso] lhe coloca uma exigência fundamental: que se pergunte a si mesmo se realmente crê no povo, nos homens simples, nos camponeses. Se realmente é capaz de comungar com eles e com eles “pronunciar” o mundo (p.93).

Assim, no acompanhamento de um conjunto de projetos e programas realizados pela ITCPES tivemos a oportunidade de



acompanhar os processos, as formas, como a dinâmica acontecia. Nessa experiência apreendemos que há um movimento interdisciplinar no fazer, articulado às necessidades do EES. Promovendo nesse fazer resultados agregadores, experiências diversas que só à extensão universitária é capaz de promover. Movimentos que foram nos edificando, formando enquanto ser e enquanto rede por nos agregarmos em si e com os outros.

O conceito de redes formulado por Corrêa (2007) consta de formas de organização multicêntricas, com múltiplos nós, que são lugares de articulação. A propulsão do conjunto não está a cargo de um nó fixo. O autor continua sua conceituação:

as redes são uma proposta de trabalho coletivo, uma nova forma de articular sujeitos diversos e de produzir transformações. Para constituir uma rede é essencial que os projetos e pessoas se articulem a partir da necessidade de enfrentar problemas concretos e comuns ou para criar um contexto externo mais favorável aos processos inovadores, gerando um produto que não se pode obter isoladamente. Uma rede é necessariamente uma construção coletiva, de sujeitos que se articulam horizontalmente, ativamente, voluntariamente (p. 14).

Dos possíveis sujeitos que integram uma incubadora social no âmbito de uma universidade, ainda é reduzido o número de publicações relacionadas à categoria social bolsista e aos processos formativos de vida pessoal e profissional desses estudantes universitários. Por isso, a justificativa do presente artigo seguiu este propósito, revelar e as experiências das egressas do Programa de Extensão Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários da UFRR nas duas primeiras décadas dos séculos XXI.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O ingresso das bolsistas na ITC PES/UFRR no ano de 2008

ocorreu por meio de seleção do até então intitulado Programa Conexão de Saberes<sup>2</sup>, ligado à Pró-Reitoria de Extensão – PROEX; no entanto, contemporaneamente a Pró-Reitoria tem sua denominação de Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão - PRAE. O fluxo foi o seguinte: houve reunião inicial para apresentação dos membros (professora-coordenadora da ITCPES/UFRR e bolsistas) no intuito de delinear-se o cronograma das atividades que seriam desenvolvidas e a formação das equipes para execução das tarefas previstas.

Participar de um programa multidisciplinar cuja equipe era composta por docentes das áreas de economia, administração, pedagogia, artes visuais e atuar juntamente com estudantes da área de química, administração, matemática, economia e ciências sociais enriqueceu e complementou nosso processo formativo, uma vez que essa troca de experiências e aprendizado dificilmente se encontra nos currículos de ensino fora do contexto de disciplinas básicas comuns a determinados grupos de cursos. Trata-se, em suma, de um novo paradigma curricular no qual é inevitável a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão enquanto eixo de formação do estudante, de uma perspectiva na qual a graduação vai além da mera transmissão para se transformar em espaço de construção do conhecimento (FORPROEX, 2006).

Uma característica que permeou as atividades desenvolvidas enquanto bolsistas no âmbito da ITCPES/UFRR é que o processo foi dialógico e construtivo, interessado na promoção da autonomia de cada um, o que nos faz lembrar os inúmeros encontros entre professores e bolsistas ao redor de uma mesa para problematizar as situações de acompanhamento, indicar pessoal para determinado projeto ou ação de extensão, decidir estratégias de trabalho, apresentar novas propostas de projetos e incluir novos parceiros na equipe colaborativa.

---

<sup>2</sup>No âmbito da UFRR, a ITCPES foi criada na década 2000, Programa no âmbito da PROEX de bolsistas

especificamente no ano de 2006. Conforme Pereira et al. (2018), desde sua criação a incubadora social já contou com aproximadamente 53 universitários na categoria bolsista, conforme representação no quadro abaixo:

Tabela 01: Representação histórica de bolsistas

Período	Quantidade de bolsistas	Projeto
2006/2007	4	ADA
2008/2010	6	Proninc Banco da Amazônia
2009/2010	6	Sies
2009/2013	8	CFES
2011/2012	9	Proext
2013/2016	9	Proninc
2014/2017	11	Nedet
Total	53	

Fonte: ITCPES/UFRR. Elaborado por Pereira et. al (2018)

Podemos dizer que o programa de extensão ITCPES/UFRR experimentou (e experimenta) o compromisso retratado por Paulo Freire (1979 p. 19) em sua obra Educação e Mudança. Ao mergulhar no envolvimento de inúmeras possibilidades de fortalecimento da economia solidária no estado de Roraima, os professores e bolsistas participam de um compromisso, como diz o autor, “próprio da existência humana, [e que] só existe no engajamento com a realidade, de cujas ‘águas’ os homens verdadeiramente comprometidos ficam ‘molhados’, ensopados”.

Dentro dos trabalhos já realizados pelos bolsistas ITCPES/UFRR, destacam-se o acompanhamento dos empreendimentos, participação em feiras, organização de eventos, realização de oficinas, sistematização de dados, elaboração de relatórios, entre outros.

Os eixos de atuação extensionista desta incubadora social da UFRR estavam baseados de uma forma geral na perspectiva da

educação popular, que direcionou a promoção de cursos e oficinas; articulação com instituições (fórum de economia solidária e feiras do 24,99); levantamento de dados sobre a economia solidária em Roraima (mapeamento estadual); composição de redes regionais e nacionais com outras de incubadoras (centro de formação em economia solidária) e principalmente o acompanhamento aos empreendimentos solidários. A ITCPES/UFRR executou projetos nas zonas rurais e urbanas do estado de Roraima, demonstrando sua contribuição no universo da economia solidária. Abaixo (tabela 01) construímos uma linha do tempo de execução dos projetos da ITCPES (UFRR).

Quadro 01: Projetos executados pelo Programa de Extensão da ITCPES/UFRR

ANO	PROJETO	FINANCIADORA	EES	RESULTADOS
2008	Projeto Mulheres Empreendedoras da Amazônia, para assessoramento, incubação e constituição de cooperativa de Empreendimentos Econômicos Solidários - EES.	FINEP	CPC - Santa Tereza, Mulheres do <del>Cauaia</del> , Mulheres Aliança, Associação Feras da Amazônia e CPC - Jôquei Clube.	Formação e assessoramento técnico aos EES; criação da COOFECs e logotipo
2009	Projeto Mulheres Empreendedoras da Amazônia, para assessoramento, incubação e constituição de cooperativa de Empreendimentos Econômicos Solidários - EES.	Banco da Amazônia e Fundo de Financiamento da Amazônia - BASA	CPC - Santa Tereza, Mulheres do <del>Cauaia</del> , Mulheres Aliança, Associação Feras da Amazônia e CPC - Jôquei Clube.	Construção do estudo de viabilidade e uma cartilha de Economia Solidária.
2010	Centro de Formação em Economia Solidária - CFES/NORTE.	Parceria com a Universidade Federal do Pará, responsável pelo programa.	Atores sociais da economia solidária	Foram <u>capacitados</u> 842 pessoas por meio de oficinas e cursos.
2009, 2010 e 2011	O mapeamento dos EES do Estado de Roraima.	Sistema Nacional de Economia Solidária - SIES	Empreendimentos do Estado de Roraima.	Banco de dados de EES.
2011	Parceria com o projeto "Educação Sustentável, Sinérgica e Social em Áreas de assentamento no Estado de Roraima - EDU'S	Petrobrás	Projetos de Assentamentos no Estado de Roraima	Capacitação dos EES em temas relevantes para construção da cooperativa <del>cooperativa</del>
2013	Incubadora de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários da UFRR, promovendo a Sustentabilidade e a Cidadania.	Proext/2013/MEC	Cooperativa de Empreendimentos Solidários do Município de Boa Vista - COOFEC'S.	Formação em comercialização e gestão dos EES
2014-2016	PRONINC: Projeto de pesquisa cujo objetivo foi apoiar e fomentar as incubadoras universitárias e os institutos federais de educação, ciência e tecnologia (IFET)	PRONINC	Processos de incubação de EES.	Formação de alunos, técnicos e professores.
2014 2015	Projeto de Pesquisa Núcleo de extensão em Desenvolvimento territorial de Roraima: territórios Norte e Indígena que visa implantar os Núcleos de Extensão em Territorial de Roraima- NEDET-RR	NEDET-RR.	Território Rural Norte, e Território da Cidadania Terra Raposa Serra do Sol e São Marcos	O assessoramento, acompanhamento e monitoramento das iniciativas de desenvolvimento nos Territórios.
2014 2016	As mulheres aprendendo a elaborar projetos de organização produtiva para o desenvolvimento conforme sua cultura	IEES/CNPq	Mulheres Indígenas do Estado de Roraima	Fomentar sua capacidade de viabilizar projetos de desenvolvimento

Fonte: ITCPES/UFRR. Elaborado pelas autoras (2019).

Ao lançar um olhar sobre as experiências e os processos formativos enquanto bolsistas da ITCPES/UFRR nos veio o primeiro desafio: mas, afinal, o que devemos saber a respeito da economia solidária e o que talvez com outra nomenclatura já conhecemos? Nessa empreitada da descoberta do sentido da economia solidária, fomos apresentadas ao livro Introdução à Economia Solidária, do escritor Paul Singer e aos encontros para debater acerca dessa referência. Surgiu a dimensão formativa do trabalho de ser bolsista na incubadora social da UFRR que nos acompanhou durante todo o percurso, por meio de outras obras, cartilhas, artigos, CDs e publicações.

De acordo com Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) percebemos que a formação não é apenas uma atividade transversal aos projetos desenvolvidos, mas constitui-se na própria base de sustentação dessas iniciativas (SENAES, 2012).

Outra experiência relevante no processo formativo das bolsistas foi à visitação diária (o trabalho de campo) aos empreendimentos solidários no acompanhamento aos docentes. Ter contato direto com os participantes nos empreendimentos nos trazia inquietações: indagávamos sobre outras formas de trabalho, de sobrevivência, novas formas de relacionamento e de autoridade no âmbito da economia, sem hierarquização típica de uma empresa; o comparecimento às reuniões de instâncias de discussão e debates como o Fórum Estadual de Economia Solidária acrescentou ao nosso contexto de vida a ressignificação de sentidos para expressões como estruturas sociais, poder, governo, políticas públicas e a descoberta de novos conceitos como atores sociais, economia solidária, empreendimentos solidários, fomento, comércio justo e solidário, educação popular e tecnologia social.

No programa ITCPES/UFRR também houve a nossa inserção no universo da pesquisa, nascida exatamente das indagações e no retorno ao próprio ponto de partida sobre as nossas experiências no âmbito da economia

solidária. Assim, com o intuito de disseminar o conhecimento adquirido durante o período de bolsa, apresentamos trabalhos em eventos da UFRR e, como resultados do nosso envolvimento acadêmico, 03 trabalhos de conclusão de curso (TCC)<sup>3</sup> foram elaborados a respeito da economia solidária.

Dito isto, ressaltamos que principalmente as bolsistas dos cursos de graduação em química e matemática à medida que interagem com as mulheres migrantes dos empreendimentos autogestionados do segmento de confecção e vestuário, descobriam a utilidade da química na fabricação dos tecidos, na diversidade de fios e tipos de tecidos, presente na pintura das camisetas, nos moldes das roupas, no corte e costura entre outras aplicações, mostrando que o conhecimento científico encontra a finalidade de sua existência na sociedade, pois Rinesi (2001, p. 88) argumenta que nas ciências que são qualificadas, às vezes de “duras” – isto é, as ciências exatas e naturais - é pura ilusão pensar que não falamos de nós mesmos quando medimos os anos-luz que separam a nossa galáxia da sua vizinha.

Destacando ainda que o programa propiciou valorosas vivências as quais pudemos adquirir experiências significativas que nos servirão como base para nossa longa trajetória na formação e educacional e pessoal. Assim, visualiza-se a importância do bolsista como colaborador nos debates entre academia e a comunidade, dadas as vivências acadêmicas conferirem discussão diferenciada. Por meio da vivência enquanto bolsista no programa Incubadora Social foi possível compartilhar com os atores de diversos Estados a dinâmica e troca de experiências da Economia Solidária por todo o país, conforme quadro representativo das viagens para participação de eventos (fig 1):

---

<sup>3</sup>Dalila Lemos, Maria Soledade e Graciele dos Santos.

## Quadro02-Roteiro das viagens realizadas pelas bolsistas da ITCPES/UFRR

LOCAL VISITADO	ANO	OBJETIVO	PROJETO FINANCIADOR
Porto Velho – Rondônia	2010	Participar do I Curso Regional de Formação de Formadores em Economia Solidária CFES.	Centro de Formação em Economia Solidária –CFES
Macapá – Amapá	2010	Participar do II Curso Regional de Formação de Formadores em Economia Solidária CFES.	Centro de Formação em Economia Solidária –CFES
Rio Branco – Acre	2010	Participar do III Curso Regional de Formação de Formadores em Economia Solidária CFES.	Centro de Formação em Economia Solidária –CFES
Brasília- DF	2010	Curso de extensão em Economia Solidária e Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários.	Centro de Formação em Economia Solidária –CFES
Ananindeua - Pará	2010	Reunião Regional de Articulação do Centro de Formação em Economia Solidária da Região Norte/CFES- Amazônia.	Centro de Formação em Economia Solidária –CFES
Brasília - DF	2011	Participar do Encontro Nacional do PRONINC para Compartilhar as experiências e avaliar o desenvolvimento das atividades das Incubadoras de todo país.	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC
Rio Branco - Acre	2011	Participar do VII Encontro Macro Norte da Rede de Educação Cidadã – RECID para conhecer e refletir acerca da conjuntura da educação na região Norte, assim como aprofundar a educação popular na perspectiva de políticas públicas para fortalecer as bandeiras de lutas na Amazônia.	VII Encontro <u>Macro Norte</u> da Rede de Educação Cidadã - RECID

Fonte: ITCPES/UFRR. Elaborado pelas autoras (2019)

Representar a ITCPES/UFRR nestes eventos, seja no estado de Roraima ou fora dele, abriu-nos novos horizontes para o conhecimento e respeito de outras culturas e lugares, além de despertar para o aprendizado de redes de articulação dos atores envolvidos no movimento da economia solidária, principalmente na Amazônia brasileira. A passagem, pois, por um projeto de extensão universitário proporciona aos bolsistas debates e produções científicas, bem como nova visão de, e para o mundo. Nesta perspectiva, a ITCPES/UFRR, além de aproximar o estudante do meio social, o torna mais humano, solidário e autônomo, para assim, ser capaz de tomar suas próprias decisões e, transformar a sua realidade e do seu próximo.

Por fim, trazemos à reflexão que a convivência diária com os docentes desse programa de extensão contribuiu sobremaneira para a integração dos processos formativos da nossa trajetória de vida e da profissão para a qual ingressamos na universidade. É inegável que adquirimos

da docência deles, competências, valores e aspectos profissionais que adotamos na filosofia de vida que permeia nossas relações sociais.

Em síntese, as atividades realizadas pelas bolsistas visaram proporcionar a inserção de nós estudantes nas práticas de ensino, pesquisa e extensão, durante nossa permanência na graduação, preparando-nos para o exercício profissional, pessoal e da cidadania. Além disso, a vivência na construção de um espaço de aprendizagem e na troca de experiências possibilitou-nos ampla visão para uma formação mais crítica.

## **5 CONCLUSÃO**

Este artigo objetivou analisar as contribuições da extensão universitária - na perspectiva das incubadoras tecnológicas de economia solidária - nos processos formativos de vida e da função de bolsistas da Universidade Federal de Roraima. Destacamos que na Incubadora Social da UFRR, as bolsistas vivenciaram a indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão. Isto colaborou no sentido de cidadania e ampliou nosso olhar sobre o verdadeiro papel do profissional na sociedade, além de propiciar o pensamento crítico e reflexivo que contribui permanentemente na construção identitária de sujeitos capazes de transformar a realidade local.

Outra perspectiva importante que resultou da experiência na ITCPES/UFRR está relacionada às relações sociais entre estudantes de outros cursos, que resultou num amadurecimento pessoal e profissional, que não seria possível somente pela graduação. A interação com a comunidade, por meio das visitas técnicas, viagens, participação em eventos de pesquisa e extensão, reuniões e conversas no cotidiano, possibilitaram o acesso às informações e aprendizados.

Consideramos que a extensão universitária no contexto acadêmico torna-se fundamental no processo de construção de



conhecimento dos estudantes permitindo ao estudante vivenciar e interagir com a comunidade e, perceber o quão importante é integrar o conhecimento do senso comum ao conhecimento científico.

Por fim, é importante ressaltar que nos processos formativos, além da formação nas áreas de conhecimento dos cursos de graduação da UFRR, as bolsistas do programa ITC PES/UFRR tiveram formação universitária em Economia Solidária na Amazônia. Durante o processo acadêmico, fazer parte de um projeto como bolsista na graduação é uma etapa fundamental no desenvolvimento e aprendizagem do estudante, é o primeiro contato com a teoria e a prática, além de agregar experiências que contribuirão para a formação integral do estudante.

## REFERÊNCIAS

ADDOR, F.; LARICCHIA, C. R. (Org.). **Incubadoras tecnológicas de economia solidária: experiências e reflexões a partir da prática**. Volume II. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E EMPRESAS DE AUTOGESTÃO E PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA – ANTEAG. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007**. São Paulo: Todos os Bichos, 2009. 64 p.  
BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Presidência da República**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm) .Acessado em setembro de 2019.

CORÊA, E. J. (Org.). **Extensão universitária: organização e sistematização/Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. 112 p.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX,

2012. 68 p. Disponível em <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%AAdtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf> Acessado em agosto de 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Natal: FORPROEX, 1999. 05 p. Disponível em <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf> Acessado em agosto de 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão**. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006. 100 p.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 46 p.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 93p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos - Relatório de Pesquisa**. Brasília, 2016. 48 p.

NEVES, C. E. B.; MARTINS, C. B. Ensino Superior No Brasil: uma visão abrangente. In: DWYER, Tom et al. (Org.). **Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira**. Brasília: Ipea; Pequim: SSAP, 2016. p. 95-125.

PEREIRA, M. J. A. et al. Incubadora social da Universidade Federal de Roraima (UFRR) um estudo de caso no extremo norte da Amazônia brasileira. In: ADDOR, F.; LARICCHIA, C. R. (Org.). **Incubadoras tecnológicas de economia solidária: experiências e reflexões a partir da prática**. Volume II. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018. p. 137-148.

RINESI, E. *Universidade reflexiva e cidadania*. In: SANTOS, G.A. (Org.). **Universidade, formação, cidadania**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 87-98.

SANTOS, G. A. (Org.). **Universidade, formação, cidadania.** São Paulo: Cortez, 2001. 190 p.

SANTOS, T. et al. O materialismo dialético e a análise de dados quantitativos. **Revista Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 27, n. 4, p.01-08, nov. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072018000480017> .Acesso em: 10 set. 2019.

SCHIOCHET, V. Prefácio. In: ADDOR, F.; LARICCHIA, C. R. (Org.). **Incubadorastecnológicasdeeconomiasolidária: experiênciasereflexões a partir da prática.** Volume II. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018. p. 09-11.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – SENAES. **Avanços e desafios para as políticas públicas de Economia Solidária no Governo Federal – 2003-2010.** Brasília: SENAES/MTE, junho de 2012. 206 p. Disponível em [http://nides.ufrj.br/images/Imagens/programas/SOLTEC/AvaliacaoSENAES\\_2003-2010.pdf](http://nides.ufrj.br/images/Imagens/programas/SOLTEC/AvaliacaoSENAES_2003-2010.pdf) Acessado em junho de 2019.

SIEUTJES, M. H. C. Refletindo sobre os três pilares de sustentação das universidades: ensino-pesquisa-extensão. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3 p. 99-111, maio/junho. 1999.

SILVA, D. V. A formação universitária em tempos de sociedade administrada. In: SANTOS, G. A. (Org.). **Universidade, formação, cidadania.** São Paulo: Cortez, 2001. p. 133-147.

SINGER, P. A Economia Solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, S. M. P. (Org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos.** Brasília: Inep, 2005. p. 13-20.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. **Conselho Universitário aprova Plano de Desenvolvimento Institucional (2016-2020).** Resolução nº 001/2017-CUni, de 26 de janeiro de 2017, Boa Vista, 26 jan. 2017.

### **3 ECONOMIA SOLIDÁRIA EM RORAIMA: MAPEAMENTO E PERFIL DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**

Dalila Marques Lemos  
Meire Joisy Almeida Pereira  
Leuda Evangelista de Oliveira

## **1 INTRODUÇÃO**

Este artigo está relacionado a uma pesquisa mais específica desenvolvida no âmbito do Trabalho de Conclusão do curso de Bacharelado em Administração da Universidade Federal de Roraima. A análise dos dados partiu das 05 dimensões do mapeamento, outra estratégia de análise foi considerar o primeiro Mapeamento de Economia Solidária no Brasil realizado junto aos empreendimentos econômicos solidários (EES) no Estado de Roraima.

É preciso destacar que a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE), entre os anos de 2005-2007, realizou o primeiro mapeamento nacional brasileiro por meio do Sistema de Informação da Economia Solidária (SIES) e um segundo mapeamento nacional da Economia Solidária aconteceu no período de 2009-2013 trazendo novas possibilidades de diagnóstico do perfil dos empreendimentos solidários, abrangendo outras características e perspectivas dos grupos populares. Ambos os mapeamentos ensejaram o conhecimento mais detalhado dessa alternativa de trabalho coletivo e autogestionário.

Por meio dos dois mapeamentos nacionais já realizados, o SIES dispõe de uma base de dados propícia à elaboração de políticas públicas em Economia Solidária a partir de uma visão empírica ampla do perfil dos membros dos empreendimentos econômicos solidários, das suas formas

de gestão e atuação econômica, entre outros aspectos. O formato e a metodologia do segundo mapeamento, aperfeiçoados graças à experiência anterior, apresentam indicadores de maior abrangência e precisão para coleta das informações, o que permitiu que sejam exploradas segundo diferentes prismas (GAIGER, 2014).

O objetivo do presente trabalho consistiu em conhecer a face da economia solidária no Estado de Roraima com base no banco de dados do SIES. Para isso, apresentam-se separadamente, ou, em comparação quando possível, dados dos dois mapeamentos sobre a Economia Solidária em Roraima a partir de 05 dimensões.

Historicamente a Economia Solidária ressurgiu no Brasil por obra da Cáritas, da Igreja Católica, mediante os chamados Projetos Alternativos Comunitários, PACs, que consistiam em tentativas de organizar os desempregados em associações de trabalhadores que passaram a produzir bens e serviços de primeira necessidade, que eram trocados ou vendidos, aliviando as necessidades mais prementes. Milhares destas associações surgiram no campo e nas cidades, sem que a opinião pública tomasse conhecimento. Mas, pouco a pouco, os sindicatos e as universidades tiveram acesso de que haviam formas práticas de socorrer os mais necessitados e passaram a se somar aos esforços da Cáritas, até que a situação permitiu instituir as novas formas de interação econômica, no que acabou sendo conhecido como Economia Solidária (GAIGER, 2014).

Conhecer esses grupos só foi possível com a institucionalização do Sistema de Informação da Economia Solidária o SIES. O sistema foi projetado para ser uma base permanente de informações sobre as múltiplas dimensões do cotidiano desses empreendimentos, para que fosse acessado por atores com diferentes interesses (políticos, acadêmicos, profissionais etc.) (IPEA, 2016). Tanto no primeiro quanto no segundo mapeamento, houve a aplicação do instrumento da pesquisa - questionário

- padronizado aos membros dos empreendimentos econômicos solidários, pois conforme relata Gaiger (2014) essa foi “a melhor alternativa para garantir a representatividade do estudo, de modo a aferir as condições de vida dos integrantes dos empreendimentos e de suas famílias” (GAIGER, 2014, p. 19).

A unidade básica para constituição do banco de dados foi o Empreendimento Econômico Solidário, cujo conceito foi adotado do próprio manual do SIES, como sendo aquelas organizações:

- coletivas – organizações suprafamiliares, singulares e complexas (tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca, redes etc.) cujos participantes ou sócios exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;
- permanentes – que disponham ou não de registro legal, prevalecendo a existência real; e
- que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização e de consumo solidário (BRASIL, 2006).

Como forma de permitir um estudo comparativo entre os dois mapeamentos optou-se pela permanência das dimensões analisadas na peça monográfica, quais sejam: a) organização dos empreendimentos solidários; b) atividades econômicas; c) gestão financeira d) gestão administrativa e; e) dimensão sociopolítica.

Na interpretação dos dados a respeito do mapeamento da Economia Solidária em Roraima, percebeu-se que os EES estão organizados de forma predominante em associação, grupo informal e cooperativa, com aumento de 12% na primeira forma organizativa, redução de 16% no número de grupos informais acompanhado pelo aumento de 06% na

categoria cooperativa. A maioria dos empreendimentos estão localizados na capital Boa Vista e, à exceção do município de Caracaraí que possui 12 empreendimentos e do município de Uiramutã onde não houve registro de EES, os demais municípios do estado caracterizam-se por ter menos de 10 empreendimentos econômicos solidários. Contudo, segundo dados do segundo mapeamento (SENAES/SIES, 2014), Roraima possui o quantitativo de 10.328 trabalhadores ligados ao universo da economia solidária.

Do ponto de vista organizativo, o presente estudo está estruturado em 05 seções, esta primeira parte introdutória. A segunda seção destaca as bases metodológicas utilizadas para a elaboração do artigo. Na terceira seção é abordado o referencial teórico dos eixos norteadores da pesquisa, contemplando historicamente a categoria trabalho, além de discorrer sobre as bases da economia solidária no mundo e no Brasil. A quarta seção trata da interpretação dos dados apresentados por meio dos resultados e discussão. A quinta seção retoma o objetivo do artigo e pondera as conclusões.

## **2 MATERIAL E MÉTODOS**

Este artigo possui caráter exploratório e descritivo quanto aos objetivos propostos. Exploratório porque procura determinar os objetivos e buscar informações sobre o assunto de estudo. Dessa feita, os estudos têm por objetivo familiarizar-se com o fenômeno ou obter uma nova percepção dele e descobrir novas ideias (CERVO et al. 2007). Já a pesquisa descritiva propõe-se a descrever as características de determinada população. Além de ser elaborada com a finalidade de identificar possíveis relações entre as variáveis (GIL, 2010).

No que se refere aos meios, a pesquisa lançou mão do conjunto de documentos oficiais dispostos e das referências relacionadas à temática. A primeira, conforme enuncia Gil (2010), tem a principal vantagem no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos do que aquela que poderia pesquisar diretamente (GIL, 2010). E na pesquisa bibliográfica, a fonte de informações, por excelência, estará na forma de documentos escritos, estejam impressos ou depositados em meios magnéticos ou eletrônicos (CERVO et al. 2007).

Quanto à coleta dos dados, utilizou-se dos secundários, abrangendo o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), além dos atlas da economia solidária 2005-2007 e 2009-2013 oriundos da sistematização SIES, e produções científicas da literatura relacionadas ao tema.

O primeiro mapeamento foi realizado entre 2005 e 2007. Com um registro, na primeira etapa, de aproximadamente 15 mil EES. Em 2007 realizou-se uma nova coleta de dados, complementar, chegando-se ao total de 21.859 EES.

O segundo mapeamento nacional, executado entre 2009 e 2013, gerou uma base de dados com 19.708 EES, após o tratamento das informações (GAIGER, 2014).

### **3 REVISÃO DA LITERATURA**

A revisão da literatura propõe-se em compreender a importância do trabalho na sociedade contemporânea, do ponto de vista histórico. Para tanto, fez-se necessário, a localização dos conceitos chaves para compreender o fenômeno investigado. Buscou-se os conceitos da categoria trabalho ao longo da história para os diferentes povos e sociedades. Assim, a sessão a seguir, discorre sobre os conceitos da categoria trabalho no contexto capitalista, evidenciando seus impactos para o trabalhador nas dimensões econômicas e social e, posteriormente, analisa o trabalho



na economia solidária em contraposição ao capitalismo.

### 3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO TRABALHO: DA ERA PRIMITIVA À ECONOMIA SOLIDÁRIA

O trabalho tornou-se elemento essencial para o ser humano, tanto em sua vida econômica quanto em sua vida social. Dessa forma, o ser humano foi construindo sua história ao utilizar técnicas e instrumentos para a melhoria das suas condições de vida, ao mesmo tempo em que construía a base das relações sociais. O trabalho é tão essencial para a vida do ser humano que Engels (1952, p. 03) afirmou que “o trabalho criou o próprio homem”.

Para este estudo, utilizou-se o conceito de trabalho de Marx (1996). O autor assevera que “antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (p. 297).

Nesse contato o homem atua sobre a natureza externa a ele e a modifica. Interessante observar que ao modificar a natureza externa, o homem também modifica a sua natureza interna. Marx (1996) pressupõe o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem, pois

uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente. (p. 297-298).

Surgiram palavras diversas para designar o termo trabalho, como ocupar-se, produzir, agir, fazer e praticar (ALBORNOZ, 1990).

Representou aquilo que à época condizia, uma vez que o conceito foi-se modificando ao longo do tempo. O trabalho diversificava-se e se aperfeiçoava de geração em geração, estendendo-se cada vez a novas atividades.

O trabalho no primeiro estágio da economia isolada e extrativista é um esforço apenas complementar ao trabalho da natureza: o homem colhe o fruto produzido pela árvore da mata virgem; extrai do rio o peixe que sobreviveu ao assalto das piranhas (ALBORNOZ, 1990). Nesse contexto de complementação do trabalho da natureza, a evolução das condições de vida material do homem pode ser compreendida por meio de quatro pontos fundamentais:

a) passagem da vida nas cavernas naturais para cabanas construídas em pedra e madeira; b) desenvolvimento de conhecimentos técnicos, aplicados na fabricação de instrumentos de pedra - inicialmente lascada, depois polida – empregados na caça, na pesca, na luta corporal com animais de grande porte e com outros homens; c) passagem da vida individual-familiar para a vida em grupo, com a apropriação coletiva de áreas de exploração econômica d) a prática de atividades coletivas (OLIVEIRA, 2003, p. 9-10).

No que diz respeito às formações antigas, a característica fundamental consistiu, por um lado, o aparecimento e o desenvolvimento da propriedade privada da terra em caráter de privilégio de classe e, por outro, de uma forma de Estado legitimadora dessa apropriação (OLIVEIRA, 2003, p. 23) <sup>4</sup>.

Pode-se dizer conforme descrição de Carmo (2005) que a noção de trabalho para os gregos,

está diretamente vinculada à rotina da utilização das mãos em contato com utensílios rudimentares, sem técnica

---

<sup>4</sup>A vida nas formações antigas transcorre numa íntima relação cidade-campo, entendendo-se que a cidade é ainda um aglomerado de proprietários rurais, reunidos em torno das instituições de domínio aristocrático (tribo-patriarcal) (OLIVEIRA, 2003, p. 24-27).

desenvolvida ou criatividade. Muitos defendem que o descaso dos gregos pelo trabalho não ocorria por ele ser manual ou por ser considerado degradante, mas pela sua simplificação, por dispensar qualquer qualificação e por sua característica monótona e suas jornadas de longa duração (CARMO, p. 26, 2005).

Sobre o trabalho na antiguidade, Arendt (2007) afirma

a escravidão foi a tentativa de excluir o labor das condições da vida humana. Os gregos não negavam que os escravos pudessem ser humanos; negavam somente o emprego da palavra homem para designar membros da espécie humana totalmente sujeitos à necessidade (ARENDR, 2007, p. 95).

A mercantilização da economia que constitui o móvel do escravismo promoveu a extensão da propriedade dos meios de produção aos cidadãos livres de diferentes categorias, o aprofundamento da apropriação privada do excedente do trabalho e da produção, a ampliação da organização e das funções.

Nesse sentido, Oliveira (2003) corrobora, tanto na Grécia quanto em Roma (formações escravistas), a cidade torna-se o centro do universo do mundo antigo clássico sem perder, no entanto, a sua condição de prolongamento do campo, mesmo porque é do campo que ela extrai os componentes de suas estruturas.

A passagem do escravismo para a servidão culminou na organização em curso da vida rural. O trabalho agrícola era realizado nas comunidades germânicas por todos os indivíduos – homens, mulheres e crianças – organizadas em famílias, que atuavam em suas parcelas independentes. Essa forma de trabalho manteve o conjunto da economia tribal, na medida em que, mesmo como o domínio do trabalho individual e familiar, havia cooperação permanente entre os trabalhadores. O período após as invasões germânicas resultou na combinação de dois modos de produção, o escravista e o germânico que, culminou no modo de produção feudal, este último, ensejou na etapa do processo histórico das formações

pré-capitalistas.

No feudalismo o trabalho funcionava como uma espécie de tributo do servo para o senhor. Contudo, lembra Carmo (2005, p. 32) “deveria ser de baixa produtividade, pois não havia uma economia de mercado que comportasse excedentes; o ritmo das atividades e a sua interrupção eram ditados pelas chuvas, pelas estações do ano e pelo ciclo do dia e da noite”.

Assim como o trabalho realizado no feudo pertencia ao senhor feudal, o trabalho no artesanato urbano, realizado em oficinas, era organizado em torno de fiandeiros e tecelões, sob o controle de pequenos mercadores e mestres. Nessa época, os trabalhadores produziam suas mercadorias em escala artesanal e não detinham os meios de produção. Era o início do modo de produção que predomina até hoje - o capitalista.

### **3.1.2 O trabalho no capitalismo e na economia solidária**

O desenvolvimento do capitalismo só foi possível quando houve mão-de-obra disponível em grande escala.

No início, lançou-se mão do crescente exército de camponeses expulsos das terras e das aldeias, desenraizados e sem uma situação segura na sociedade. É esse melancólico exército de decaídos, mendigos, vagabundos e mercenários que forma os primeiros proletários (CARMO, 2005, p. 42).

Se o trabalho do homem é diferente do trabalho realizado por uma aranha ou abelha é porque ele imagina o desenho antes de construí-lo, no capitalismo isso não é possível.

na produção industrial mecanizada e em série. Esta é a maior alienação a que está submetido o trabalho moderno, pois assim ele se desumaniza. Pois é claro: se já não é possível ao trabalhador conter em sua mente a construção antes de construí-la; se ele está sendo agora incapaz de antever o seu produto em sua totalidade, pois só quem tem a totalidade do produto é a máquina que o trabalhador não domina totalmente, então o trabalho dos homens está reduzido ao mesmo nível do das abelhas, da agitação

animal sem projeto e, logo, é desumano (ALBORNOZ, 1990, p. 70-71).

Entretanto, a emergência do capitalismo ocorreu quando houve a dominação da natureza por uma classe tornou-se substancialmente “diferente”, pois se antes o trabalhador era forçado a trabalhar no regime de escravidão ou trabalhava uma parcela da semana para o senhor feudal ou ainda pagava tributos e seu dízimo, “no contrato de trabalho capitalista não repousa sobre a posse direta dos meios de violência, e o trabalho assalariado é nominalmente livre” (GIDDES, 1991, p. 58).

E é oposto a esse sistema, no qual o trabalhador não detém os meios de produção e não possui o produto final do seu trabalho. Dinâmica que a economia solidária quer desenvolver

uma nova relação do trabalhador com seu trabalho, onde o peso da obrigatoriedade ganhe sentido na melhoria da qualidade de vida, para ele e para os seus companheiros do empreendimento, e na possibilidade de desenvolvimento profissional/pessoal por meio do trabalho. Além disso, que aproxime o trabalhador do fruto de seu trabalho, que humanize o seu produto ou serviço, de modo que este seja reflexo do trabalho executado e das condições em que foi executado (ANTEAG, 2005, p. 80-81).

Por conseguinte, as relações de produção dos empreendimentos solidários não são apenas atípicas para o modo de produção capitalista, mas contrárias à forma social de produção assalariada: nessa, o capital emprega o trabalho; nos empreendimentos, os trabalhadores empregam o capital (GAIGER, 1999).

Assim, analisar a cultura do trabalho nos empreendimentos econômicos geridos pelos próprios trabalhadores não se caracteriza pela acumulação de capital, mas pela reprodução da própria vida. Como assevera Tiriba (2003)

não há como analisar as experiências de produção [...] sem levar em conta o caráter ontológico do trabalho e sua centralidade na produção da vida social trazem consigo as práticas sociais concretas e o conjunto de valores e representações que os trabalhadores interiorizam, em cada momento histórico, em sua atividade laboral e em outras redes de convivência humana (TIRIBA, 2003, p. 222.).

Portanto, a economia solidária torna-se alternativa para o trabalhador, pois vai além do lucro e das relações hierárquicas encontradas no capitalismo, ao propor novos modos de reprodução da vida pessoal e social como a coletividade e a solidariedade na geração de trabalho e renda.

## 3.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA

A presente seção abordará os antecedentes históricos da economia solidária no mundo e a importância de seu ressurgimento no Brasil demonstrando que desde o início, a dinâmica surgiu como alternativa ao desemprego e oportunidade de autogestão para os trabalhadores.

### 3.2.1 Economia solidária no mundo e no Brasil

Com o advento da revolução industrial na Europa Ocidental surgiram reações ao empobrecimento dos trabalhadores, já que a exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais. Singer (2002) advoga que as crianças começavam a trabalhar tão logo podiam ficar de pé e as jornadas de trabalho eram tão longas que o debilitamento físico dos trabalhadores impedia que a produtividade do trabalho pudesse se elevar.

A economia solidária surge em meio à difusão das máquinas e organização da produção em fábricas com a migração de camponeses para a cidade. Nesse contexto, em 1817, o britânico Robert Owen apresentou ao governo britânico, um plano de sustento dos pobres que estavam se

multiplicando. O plano consistia na criação de aldeias cooperativas<sup>5</sup>. Suas ideias se expandiram e novas aldeias foram criadas por toda parte. Singer (2002) explica que no meio dessa ascensão do cooperativismo, o owenismo foi assumido pelo crescente movimento sindical e cooperativo da classe trabalhadora. Eis que o cooperativismo, em seu berço já se arvorava como modo de produção alternativo ao capitalismo.

Além da Grã-Bretanha outras experiências de cooperativismo se difundiram, como por exemplo, na França. O maior representante foi Charles Fourier. Em seu projeto, o trabalho seria atraente para todos, o que deveria notar um aumento na produtividade e na produção. Surge, assim, a ideia de falanstério que, como observa Singer,

era uma comunidade suficientemente grande (com 1.800 pessoas trabalhando) para oferecer a cada um ampla escolha entre trabalhos diversos [...] cada pessoa poderia encontrar um ou mais trabalhos que estivessem de acordo com suas paixões e aos quais ela poderia se entregar quase sem se importar com a remuneração (2002, p. 36).

Entretanto, o falanstério de Fourier não era coletivista como a Aldeia Cooperativa de Owen. Naquele se preservavam as características eram: propriedade privada e a liberdade individual de mudar de trabalho, pois “o resultado do trabalho de todos seria repartido de acordo com proporções fixas: 5/12 pelo trabalho, 4/12 pelo capital investido e 3/12 pelo talento” (SINGER, 2002, p. 36). Dessa forma, Owen e Fourier inspiraram as primeiras iniciativas de cooperativismo no mundo e a economia solidária recebeu deles inspiração para sua firmação.

O mundo do trabalho no Brasil vai muito além das relações assalariadas de mercado, que são as formas típicas e características do modo de regulação capitalista. Toda uma gama de outras atividades econômicas que não envolvem diretamente uma relação contratual

<sup>5</sup>Em cada uma das quais viveriam cerca de 1.200 pessoas trabalhando na terra e em indústrias, produzindo assim a sua própria subsistência (SINGER, 2002).

de compra e venda de força de trabalho são observadas nas diversas dimensões da sociabilidade humana (IPEA, 2016).

As iniciativas de economia solidária ressurgem no Brasil a partir da década de 1980 como alternativa encontrada pelos trabalhadores para o desemprego. Nesse período, o ajustamento da estrutura organizacional representou a interrupção do processo de estruturação do mercado de trabalho nacional.<sup>6</sup> A reinvenção da economia solidária não se deveu apenas aos próprios desempregados e marginalizados:

ela é obra também de inúmeras entidades ligadas, ao menos no Brasil, principalmente à Igreja Católica e a outras igrejas, a sindicatos e a universidades. São entidades de apoio à economia solidária, que difundem entre trabalhadores sem trabalho e microprodutores sem clientes os princípios do cooperativismo e o conhecimento básico necessário à criação de empreendimentos solidários (SINGER, 2002, p. 112-113).

Neste sentido, é possível perceber “que não há uma nova cultura do trabalho. [...] No interior de cada grupo de trabalhadores associados, a cultura do trabalho se constitui de forma diferenciada, no qual pouco a pouco seus integrantes se dão conta de que não querem voltar à forma assalariada de trabalho” (TIRIBA, 2003, p. 232-233).

Os empreendimentos solidários não são somente espaços para geração de trabalho e renda, mas também se caracterizam pela busca de novas oportunidades para a inclusão dos trabalhadores na sociedade ao passo que favorecem o crescimento da confiança e compromisso em um negócio cujos próprios trabalhadores são os donos. Nesse conjunto de atividades e formas de organização, a SENAES/MTE (2006) afirma que existem quatro importantes características que estão sempre presentes na economia solidária: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade.

<sup>6</sup>Essa situação recebeu diferentes denominações – informalização, precarização, vulnerabilidade ou aumento da heterogeneidade da estrutura ocupacional brasileira (DEDECCA; MONTAGNER, 1993).



## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa seção foram analisados os dados do I e II Mapeamentos do SIES/SENAES (2008; 2014, respectivamente) referentes ao estado de Roraima, agrupando-os em cinco dimensões: dimensão de organização dos empreendimentos solidários, dimensão das atividades econômicas, dimensão da gestão financeira, dimensão da gestão administrativa e dimensão sociopolítica. Importa informar que essas dimensões foram utilizadas por Culti (2010) para a interpretação de dados nacionais.

No I mapeamento os dados dos empreendimentos solidários foram coletados por meio da aplicação de questionário composto de 72 questões durante o período 2005-2007. Já no segundo mapeamento, optou-se por um questionário padronizado com uma considerável amplitude de questões – 171 questões ao todo, além das informações cadastrais dos empreendimentos –, no intuito de possibilitar a caracterização das variadas formas de manifestação da economia solidária no país (IPEA, 2016).

### 4.1 DIMENSÃO ORGANIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Esta dimensão teve por objetivo identificar as características de organização dos EES, notadamente: tamanho (em número de sócios), localização (urbana e rural), motivação para criação e forma jurídica em que se encontram fundados os EES.

Conforme tabela 1, a seguir, houve redução de 126 para 80 na quantidade de empreendimentos mapeados, com destaque para os municípios de Boa Vista, Bonfim, Cantá, Pacaraima e Rorainópolis.

Na época do primeiro mapeamento, segundo Lemos (2011), dados do SIES (2008) apontavam que dos 126 empreendimentos mapeados,

13 estavam em fase de implantação e 113 (89,68%) estavam em funcionamento. Predominava em Roraima a superioridade dos EES com até 10 sócios (35%), sendo a maioria organizada em associações e grupos informais.

Tabela 01 – Quantidade de EES – número absoluto - Roraima

**Tabela 01 – Quantidade de EES – número absoluto - Roraima**

<b>Municípios</b>	<b>Mapeamento 2005-2007</b>	<b>Mapeamento 2009-2013</b>
Alto Alegre	02	02
<u>Amajari</u>	04	01
Boa Vista	42	33
Bonfim	10	02
<u>Cantá</u>	13	03
Caracarái	13	12
<u>Caroebe</u>	03	03
Iracema	02	03
Mucajái	07	07
Normandia	03	01
Pacaraima	08	01
<u>Rorainópolis</u>	11	03
São João da Baliza	02	03
<u>São Luis do Anauá</u>	05	06
<u>Uiramutã</u>	07	-
<b>Quantidade de EES</b>	<b>126</b>	<b>80</b>

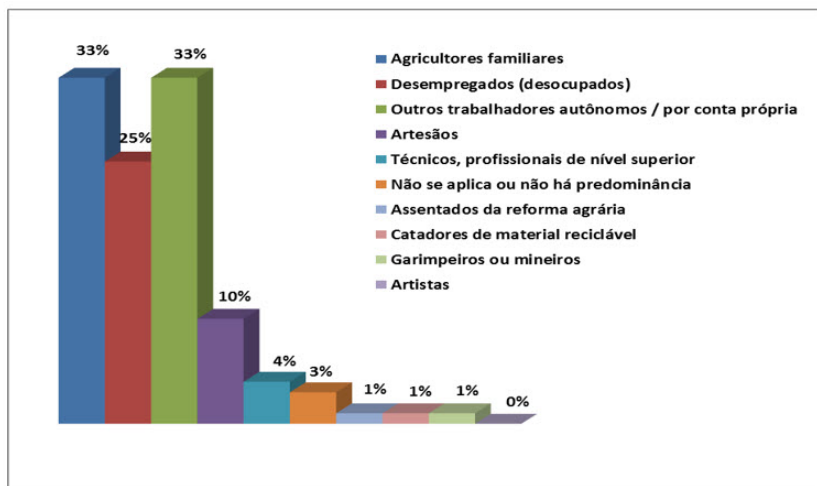
Fonte: SENAES/SIES (2008; 2014) - Elaborado pelas autoras. □

Apesar do número de empreendimentos diminuir, o II Mapeamento apontou que em Roraima a média de sócios (homens e mulheres) é de 129, sendo 04 o número mínimo de sócios, registrando na totalidade 10.328 trabalhadores no universo da economia solidária no Estado (SENAES/SIES, 2014). Igualmente constatado no I mapeamento, de forma predominante, os empreendimentos permanecem mais presentes no setor urbano (55%), seguidos pela área rural (32,5%) e (12,5%) no setor urbano e rural.

Com dados mais detalhados, mostrou-se nesse segundo levantamento a

categoria social dos trabalhadores, conforme exposto a seguir, demonstrando a força da agricultura familiar e do trabalho autônomo, ambos com 33%, liderando a categoria de sócios dos EES, conforme figura 01:

Figura 01 – Categoria social dos sócios e sócias

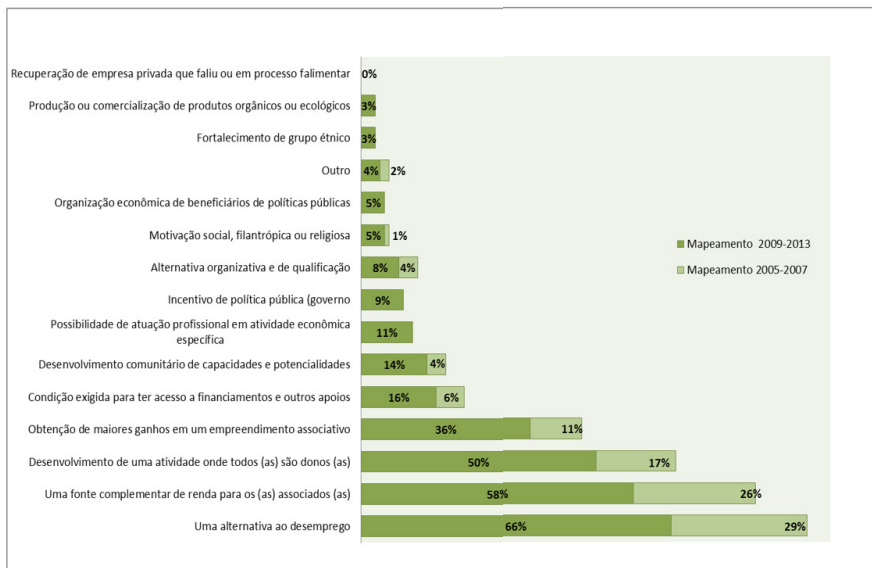


Fonte: SENAES/SIES (2014) - Elaborado pelas autoras.

Culti (2010) afirma que a adoção de iniciativas de trabalhos cooperativos pode advir de objetivos despreziosos, mas responde da própria associação de pessoas, a necessidades de proteção contra o desemprego provocado pelo movimento econômico que levam as empresas a alterarem seu quadro de trabalhadores conforme a conjuntura.

A criação de empreendimentos solidários em Roraima - conforme figura 2 - é motivada principalmente por ser uma alternativa ao desemprego, tornando-se assim, complementação de renda para os associados e uma possibilidade de desenvolvimento de uma atividade na qual todos são donos.

Figura 02 – Motivos para criação dos EES % - Roraima



Fonte: SENAES/SIES (2008; 2014) - Elaborado pelas autoras.

Além dos trabalhadores não possuírem conhecimento e capacidade técnicas suficientes, os empreendimentos solidários, diferentemente das empresas que se constituem dentro do mercado capitalista, encontram limitações e indefinições, tanto de caráter jurídico quanto no que diz respeito a políticas públicas, gerando grandes dificuldades para acessar linhas de créditos tradicionais, participarem de licitações ou até mesmo para a formalização do empreendimento.

Quanto às formas de organização dos empreendimentos solidários no estado de Roraima, verifica-se que persiste a predominância da categoria associação, com o aumento de 12% em relação ao primeiro mapeamento. No entanto, teve-se a redução de 16% no número de grupos informais acompanhado pelo aumento de 06% na categoria cooperativa.

A respeito dessa situação a ANTEAG (2005) explica que a

carência de definição jurídica a respeito da economia solidária fica bem clara quando falamos de crédito, pois as instituições financeiras e o próprio governo se abrigam no fato da não existência desta definição para justificar a falta de linhas de crédito específicas.

Gaiger (2014) argumenta que ocorre que a associação, a cooperativa na condição informal não refletem apenas um status jurídico (ou sua falta), de acordo com o previsto na lei, mas toda uma longa história de construção social dessas modalidades já instituídas e de sua maior ou menor apropriação por setores específicos, que com elas se identificam e tendem a mantê-las sob o seu controle, de acordo com sua visão e seus interesses.

Do ponto de vista da organização dos EES em Roraima, os trabalhadores encontraram na economia solidária uma alternativa ao desemprego assim como uma fonte de complementação da renda. Percebe-se que continua a prevalência da forma organizativa associação, porém, com destaque para o aumento de cooperativas e diminuição da organização informal.

## 4.2 DIMENSÃO ATIVIDADE ECONÔMICA DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

A dimensão da atividade econômica tem por objetivo identificar as características das atividades produtivas dos EES, tais como tipo de atividade econômica, forma de comercialização, destino da produção e espaços de comercialização utilizados.

Os dados do primeiro mapeamento, conforme Lemos (2011) apontaram que dos 10 principais produtos e serviços produzidos/ofertados pelos EES em Roraima, 05 eram atividades tipicamente femininas: confecções (21%); roupas íntimas (10%); artesanato (10%); crochê (09%); bolsas diversas (06%). As demais atividades econômicas

apontadas foram arroz (13%); transporte de passageiros (10%); peixe (08%), milho e farinha de mandioca (07% cada um).

Inicialmente, percebe-se que a atividade econômica acarreta uma série de consequências como afirma Gaiger (2003)

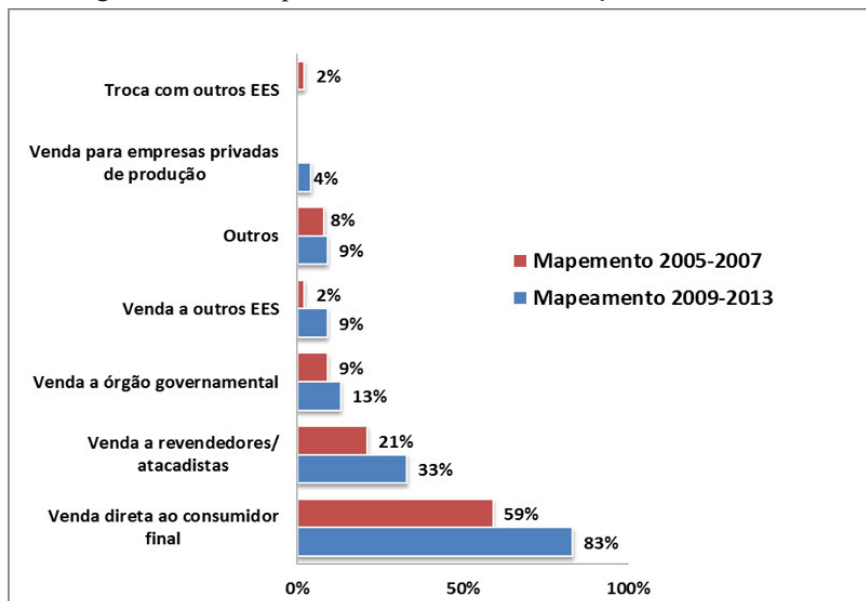
ela [a atividade econômica] determina a importância do trabalho diante dos demais fatores produtivos, condiciona as dimensões ideais do negócio, delimita a sua rentabilidade potencial e confere maiores possibilidades a que tenha um caráter essencial ou subsidiário para a renda dos associados (GAIGER, 2003, p. 274).

Em resposta de múltiplas escolhas possíveis por empreendimento, sobre a indicação da atividade econômica principal, o II mapeamento (SENAES/SIES, 2014) revelou ser a produção ou produção e comercialização (66%) o principal negócio dos empreendimentos roraimenses, seguida pela prestação do serviço ou trabalho a terceiro (18%).

Oposto à produção ou produção e comercialização, percebeu-se a necessidade de promover junto ao poder público e à sociedade, debates para o fomento da poupança, crédito ou finanças solidárias em Roraima de modo que os trabalhadores e sócios dos empreendimentos reconheçam como atividade principal a potencialidade dessa categoria no âmbito da economia solidária.

Outro fator relacionado à dimensão econômica é o destino dos produtos e a forma de comercialização. Analisando o comparativo entre os dois mapeamentos, observou-se em Roraima, a venda direta ao consumidor final é o principal destino dos produtos, tendo inclusive, aumentado 24%. Nota-se aumento (fig. 03) na venda para revendedores e atacadistas, venda a órgão governamental e venda a outros EES.

Figura 03 – Para quem é feita a comercialização - % - Roraima



Fonte: SENAES/SIES (2008; 2014) - Elaborado pelas autoras.

Ao tratamos da comercialização, o segundo mapeamento particularizou no questionário os espaços de comercialização mais relacionados ao universo da economia solidária, possibilitando demonstrar a abrangência e diversidade que os empreendimentos podem adquirir, além das redes de articulação e parcerias possíveis a que estão sujeitos seja no âmbito local, municipal ou estadual.

Assim, tanto no primeiro quanto no segundo mapeamentos, respectivamente, o comércio local ou comunitário (46%) e a entrega direta a clientes (50%) seguidos pelas feiras livres (47%) predominaram no quesito destino e principais espaços de comercialização.

Sobre essas características, Culti (2010) esclarece que considerando ser melhor ter um mercado com comércio mais expandido para o municipal e regional, o resultado é bom, porque é um indicativo de que os EES têm capacidade de fomentar a economia solidária e o

desenvolvimento local e caminhar para uma integração regional.

Dessa forma, fazendo-se um cotejo entre as principais formas de organização dos empreendimentos em Roraima – associação, grupos informais e cooperativas – e o destino dos produtos e serviços assim como as formas de comercialização, pareceu-nos ser viável a atuação no comércio local ou comunitário com a venda direta ao consumidor.

#### 4.3 DIMENSÃO GESTÃO FINANCEIRA DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Na dimensão gestão financeira foram avaliadas características relacionadas à gerência dos recursos dos EES. Entre as variáveis estão: dificuldades de comercialização acessam a crédito/financiamento e apoio/assessoria/capacitação. Com relação a esta dimensão, o II mapeamento revelou uma completude de dados, inclusive, mais detalhados, o que permitiu refletir sobre a gestão financeira envolvendo diferentes aspectos, como a capacidade de remuneração dos sócios que trabalham, se os dirigentes recebem remuneração ou gratificação pelo exercício do cargo, entre outros (fig. 04):



Figura 04 – Gestão financeira – Roraima – II Mapeamento da Economia Solidária

<b>O empreendimento está conseguindo remunerar os sócios que trabalham.</b>						
SIM		NÃO			TOTAL	
30		23			53	
<b>Os dirigentes recebem remuneração ou gratificação pelo exercício do cargo ou função.</b>						
SIM		NÃO			TOTAL	
08		72			80	
<b>De maneira preponderante, a renda obtida pelos sócios no empreendimento é.</b>						
A fonte principal da renda dos sócios		Complementação de rendimentos recebidos em outras atividades		Complementação de recursos recebidos por doações ou programa		TOTAL
16		12		02		53
<b>De maneira preponderante, a renda obtida pelos (as) sócios(as) com a comercialização é.</b>						
A fonte principal da renda dos sócios			Complementação de rendimentos recebidos em outras atividades		TOTAL	
02			06		08	
<b>Para a maioria das mulheres do EES, a renda obtida com a atividade econômica no EES.</b>						
É a única fonte de renda da família	É a maior parte da renda da família	É a menor parte da renda da família	Compõe de forma igualitária com outro(s) membro(s) a renda da família	Não se aplica	TOTAL	
21	15	21	7	3	80	
<b>Se o empreendimento teve acesso a crédito ou financiamento nos últimos 12 meses.</b>						
Não buscou crédito ou financiamento		Buscou e obteve crédito ou financiamento		Buscou crédito ou financiamento, mas não obteve		TOTAL
62		5		13		80
<b>No ano anterior, os resultados da atividade econômica do empreendimento, sem contar as doações de recursos, caso existam, permitiram.</b>						
Pagar as despesas e ter uma sobra/excedente	Pagar as despesas e não ter nenhuma sobra	Não deu para pagar as despesas		Não se aplica	TOTAL	
32	24	10		14	80	

Fonte: SENAES/SIES (2014) - Elaborado pelas autoras.

Os dados acima revelaram os principais motivos para a criação dos empreendimentos econômicos solidários em Roraima - uma alternativa ao desemprego e uma fonte complementar de renda. Observa-se que dos 53 empreendimentos que visam renda, 23 não estão conseguindo remunerar

seus sócios, equivalente a 43%, número considerável se levarmos em conta os motivos mais apontados para a constituição de um EES.

Trazemos à reflexão o fato de que para a maioria das mulheres que exerce atividade econômica no empreendimento, quase que igualmente, a renda é a única, a menor ou a maior fonte de renda, demonstrando a diversidade da economia solidária no estado e o alcance dos empreendimentos solidários na vida das trabalhadoras e suas famílias.

Outro fator vinculado à dimensão da gestão financeira refere-se às principais dificuldades na comercialização, uma vez que os EES se tornam alternativa ao desemprego para os trabalhadores. Porém, à medida que desenvolvem suas atividades e atuam no mercado, os trabalhadores percebem as dificuldades relacionadas à comercialização, pois, além da produção, agora, eles precisam estar atentos ao processo de comercialização.

Tanto o primeiro quanto o segundo mapeamentos da SENAES/SIES (2008; 2014) apontam que as principais dificuldades na comercialização estão relacionadas à falta de capital de giro e falta de registro na comercialização. À exceção destas duas, no entanto, percebe-se que nenhuma das variáveis apontadas pelos empreendimentos se sobrepõem consideravelmente à outra, o que demonstra ainda a fragilidade dos empreendimentos.

Outro fator importante para o fortalecimento da economia solidária consiste na assessoria ou capacitação dos trabalhadores para que estes possam desenvolver atividades autogestionárias, e, dessa forma, alcancem a viabilidade econômica. Sob este aspecto, Singer (2003) argumenta que a [empresa solidária] é uma opção ao mesmo tempo econômica e político-ideológica. Ela exige dos seus integrantes uma opção contra os valores dominantes da competição individual e da primazia do capital sobre o trabalho. Essa é a razão para Singer (2003)

da criação desses empreendimentos requerer o apoio de entidades, incubadores, organizações não-governamentais (ONGs), sindicatos e pastorais religiosas.

A qualificação profissional, técnica, gerencial aliada à formação sócio-política e à assistência técnica e/ou gerencial, respectivamente, lideraram os principais tipos de apoio aos empreendimentos, com destaque para o aumento de 12% no que diz respeito a formações sócio-políticas. Estas ações de apoio e assessoria acompanham de forma pontual ou permanente os EES na superação de seus principais desafios, apontados na parte primeira do esquema supramencionado: tornar-se um empreendimento economicamente viável (69%) gerando renda adequada aos sócios (69%).

Nesse sentido, ligando as formas de organização predominantes nos empreendimentos do estado de Roraima – associação, grupo informal e cooperativas – com o desafio de garantir proteção social (previdência, assistência e saúde para os(as) sócios(as) (54%) pode-se verificar que a informalidade e o tipo de constituição jurídica que não contempla situações geradoras de proteção social geram inseguranças e incertezas aos trabalhadores dos empreendimentos, passando a ser o terceiro desafio prioritário dos EES.

#### 4.4 DIMENSÃO GESTÃO ADMINISTRATIVA DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

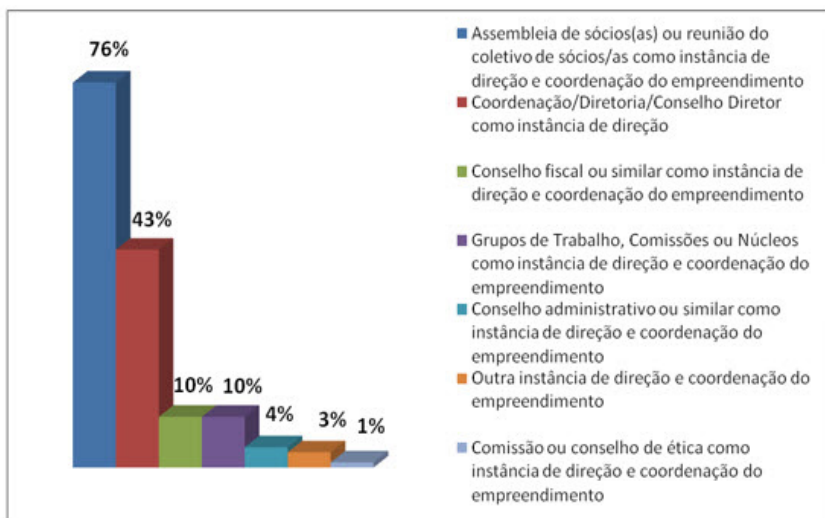
Essa dimensão avaliou as características dos EES em relação às instâncias de direção dos sócios, formas de participação nas decisões e periodicidade das reuniões coletivas. Numa empresa solidária todas as informações relevantes estão disponíveis aos interessados. A contabilidade e os demais sistemas de controle são desenhados para que a transparência

impere, de modo que a participação de todos nas decisões possa acontecer (SINGER, 2003).

No primeiro mapeamento, os empreendimentos solidários em Roraima utilizavam principalmente a assembleia de sócios ou reunião de coletivos de sócios (41%) seguida pela diretoria ou coordenação (21%) como instância de direção e coordenação dos empreendimentos. Relacionado a esse fator, na maioria dos empreendimentos as reuniões aconteciam mensalmente (46,03%) (LEMOS, 2011).

Igualmente ao constatado, permanece a periodicidade mensal a assembleia ou reunião do coletivo. Além disso, o II mapeamento apontou ser a assembleia de sócios ou reunião do coletivo a principal instância de participação dos sócios (76%), seguida pela coordenação/diretoria/ conselho diretor (43%), conselho fiscal ou similar e pelos grupos de trabalho, comissões ou núcleos, ambos com 10% (fig. 05)

Figura 05 – Instâncias de participação dos sócios – % - Roraima



Fonte: MTE/SENAES (2014) - Elaborado pelas autoras.

Como observa Singer (2002), a autogestão exige um esforço

adicional dos trabalhadores na empresa solidária: além de cumprir as tarefas a seu cargo, cada um deles tem de se preocupar com os problemas gerais da empresa, pois

o maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige. Em geral, não é a direção da cooperativa que sonega informações aos sócios, são estes que preferem dar um voto de confiança à direção para que ela decida em lugar deles. E a direção tende, às vezes, a aceitar o pedido, sobretudo quando se trata de decisões que podem suscitar conflitos entre os sócios (p. 19-20).

Os trabalhadores encontram nessas reuniões, a oportunidade de expor suas ideias, o que muitas vezes não era permitido em empresas capitalistas. No entanto, a manifestação pública, por meio do uso da palavra, não é prática habitual para a grande maioria das pessoas (HOLZMANN, 2003, p. 52). Para quem o exercita, ela significa abrir mão do anonimato, expor sua individualidade perante o grupo, arriscar-se à crítica daqueles para quem fala.

#### 4.5 DIMENSÃO SÓCIO-POLÍTICA DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

A dimensão sociopolítica procurou identificar o envolvimento dos representantes associados dos empreendimentos em atividades sociais e em redes de EES. As variáveis utilizadas foram: participação em rede ou fórum e participação em movimento social ou popular.

Comparando-se os dois mapeamentos na correlação destas duas variáveis, como demonstrado no quadro 02 abaixo, ressalta-se a necessidade da promoção de formações sócio-políticas com o objetivo de despertar a conscientização dos trabalhadores.

## Quadro 02 – Participação em rede ou fórum de articulação e movimentos sociais

Se empreendimento participa de alguma rede ou fórum de articulação?	<b>Mapeamento 2005-2007</b>	<b>65%</b>	<b>35%</b>
	<b>Mapeamento 2009-2013</b>	<b>46%</b>	<b>54%</b>
O empreendimento tem alguma relação ou participa de movimentos sociais, populares ou sindicais?	<b>Mapeamento 2005-2007</b>	<b>46%</b>	<b>54%</b>
	<b>Mapeamento 2009-2013</b>	<b>39%</b>	<b>61%</b>

Fonte: MTE/SENAES (2008; 2014) - Elaborado pelas autoras.

O resultado obtido aponta que a maioria dos empreendimentos econômicos solidários do estado de Roraima não participa de rede ou fórum de articulação tão pouco tem alguma relação ou participa de movimentos sociais, populares ou sindicais. Singer (2003) enfatiza que quando uma nova empresa solidária surge a sua estruturação segue uma lógica completamente diferente, pois ela não surge apenas para permitir ganhos aos trabalhadores, mas como criação de trabalhadores em luta contra o capitalismo.

Importa ressaltar que no campo sócio-político, o segundo mapeamento (SENAES/SIES, 2014) possibilitou aos trabalhadores da economia solidária reconhecer quais as principais conquistas dos empreendimentos. Os dados revelam que as características autogestão, cooperação, solidariedade e viabilidade econômica, pilares da economia solidária, são vistas como conquistas dos EES do Estado de Roraima, em especial a geração de renda (68%), a integração do grupo (60%), a autogestão e o exercício da democracia (48%). Outra variável que se destacou foi à relevância das conquistas para a comunidade local (25%), demonstrando que a participação em rede ou fórum de articulação e em movimentos sociais é parte integrante do universo da economia solidária.

## 5 CONCLUSÃO

Este artigo procurou analisar características dos empreendimentos econômicos solidários no estado de Roraima, com base nos dados do Sistema de Informações da Economia Solidária (SIES). A partir do prisma de 05 dimensões, a partir dos dados do I e II Mapeamentos de Economia Solidária no Brasil realizados, respectivamente, nos períodos 2005-2007 e 2009-2013. As dimensões analisadas foram: organização dos empreendimentos solidários; atividades econômicas; gestão financeira; gestão administrativa e dimensão sociopolítica.

Nesse sentido, verificou-se que nos EES em Roraima permaneceu a predominância da forma de organização em associação, grupo informal e cooperativa, com destaque para o aumento de 12% na primeira forma organizativa, acompanhado da redução em 16% dos grupos informais e do crescimento de 06% em cooperativas. A maioria dos empreendimentos localizam-se na capital Boa Vista e, à exceção do município de Caracaraí que possui 12 empreendimentos e do município de Uiramutã onde não houve registro de EES, os demais municípios do estado caracterizaram-se por terem menos de 10 empreendimentos econômicos solidários. Em linhas gerais, no estado de Roraima há 10.328 trabalhadores ligados ao universo da economia solidária.

Pode-se inferir que os principais motivos para a criação dos EES continuam sendo a geração de renda ou o complemento dela. Revelou-se no segundo mapeamento (SENAES/SIES, 2014) que os agricultores familiares e os trabalhadores autônomos são as categorias sociais que concentram o maior número de trabalhadores. Com relação às maiores dificuldades e desafios apresentados, os EES apontam a falta de capital de giro, falta de registro para emissão de nota fiscal, viabilidade econômica (69%) e garantia de proteção social (54%), mas ao mesmo tempo, vêm

a geração de renda (68%), a integração do grupo (60%), a autogestão e o exercício da democracia (48%) como principais conquistas.

Por ser uma abordagem particular das autoras, futuras investigações a partir do banco de dados do SIES podem revelar mais aspectos e realidades da economia solidária em Roraima.

## REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho.** Coleção primeiros passos. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ANTEAG. **Autogestão e economia solidária:** uma nova metodologia. 2. V, São Paulo: Altamira Editorial, 2005.

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** Tradução de Roberto Raposo. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da economia solidária no Brasil 2005.** Brasília: MTE/SENAES, 2006. 60 p.

\_\_\_\_\_. **Banco de Dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES).** Brasília: MTE/SENAES, 2008. Disponível em <http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/conteudo/RelatorioPublico.asp?SGUF=RR> . Acesso em: 26 de junho de 2011.

\_\_\_\_\_. **Atlas digital da economia solidária.** Projeto SIES. Grupo Ecosol, 2014. Disponível em <http://sies.ecosol.org.br/atlas>. Acesso no período de 02 a 15 de agosto de 2019.

CARMO, Paulo Sérgio do. **A ideologia do trabalho.** 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2005.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R.; **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CULTI, Maria Nezilda. **Economia Solidária no Brasil:** tipologia dos empreendimentos econômicos solidários – São Paulo: Todos os Bichos, 2010. 120p.



DEDECCA, Claudio Salvadori; MONTAGNER, Paula. **Flexibilidade produtiva e das relações de trabalho:** considerações sobre o caso brasileiro – Campinas: UNICAMP/IE, 1993.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** Coleção Ridendo Casticat Mores: Virtualbooks. [S.L],1952.

GAIGER, L. I. (Coord.) et al. **A economia solidária no Brasil:** uma análise de dados nacionais. São Leopoldo: Oikos. 2014. 160 p.

\_\_\_\_\_. **O trabalho ao centro da economia popular solidária.** XIII Encontro Anual da ANPOCS (GT Trabalho e Sociedade), Caxambu. 1999.

\_\_\_\_\_. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs). **A economia solidária no Brasil:** a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003. p. 267- 286.

GIDDES, Anthony. **As consequências da modernidade.** Tradução de Raul Faiker. 5 reimpr. São Paulo: UNESP, 1991.

GIL,A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HOLZMANN, Lorena. Gestão cooperativa: limites e obstáculos à participação democrática. In: SINGER Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs). **A economia solidária no Brasil:** a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003. p. 49-61.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil:** nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos - Relatório de Pesquisa. Brasília, 2016. 48 p.

LEMOS, D. M. **Possibilidades solidárias do trabalho:** a economia solidária no Estado de Roraima. 2011. 58 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) - Departamento de Administração, Universidade Federal de Roraima, 2011.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. V. I. Capítulo V. São Paulo: Nova Cultural, 1996.  
OLIVEIRA, Carlos Roberto de. **História do trabalho.** 4ª ed. São Paulo: Geográfica, 2003.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** 1 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs). **A economia solidária no Brasil:** a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003. p. 11-28.

TIRIBA, Lia. A economia popular solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. In: SINGER Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs). **A economia solidária no Brasil:** a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003. p. 221-243.



## SEGUNDA PARTE: OS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS ATENDIDOS PELA CHAMADA DO CNPq - INCUBADORAS DE EMPREENDIMENTO ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS - IEES/CNPq/SENAES/ITCPES/PRAE/UFRR

A segunda parte da presente obra aborda os resultados alcançados na execução do Projeto de Pesquisa-Extensão *Economia Solidários no Estado de Roraima: formação e desenvolvimento dos empreendimentos em redes colaborativas*.



FOTO: Acervo ITCPE/UFRR (2018)



# **4 EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS E O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NOS ESPAÇOS RELACIONAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PROJETO DE ASSENTAMENTO NOVA AMAZÔNIA-RORAIMA**

Meire Joisy Almeida Pereira  
Hiroshi Noda  
Sandra do Nascimento Noda

## **1 INTRODUÇÃO**

O objetivo do presente artigo foi identificar e descrever os processos que os empreendimentos econômicos solidários constituem quando estabelecem conexões entre si e criam espaços relacionais que formam redes sociais. Dinâmicas tecidas enquanto estratégias para manter e fixar os integrantes e suas famílias nos empreendimentos econômicos solidários da agricultura familiar no interior do Projeto de Assentamento Nova Amazônia, espaço agrário da cidade de Boa Vista, capital de Roraima.

Compreender como foram constituídas essas redes sociais ensejou, entre seus efeitos, observar a existência da perdurabilidade das famílias no lugar (BRANDÃO, 2016) como estratégia sistêmica de união em prol de um objetivo maior, a manutenção da vida social e biológica. Dessa feita, o exercício de identificação dessas redes possibilitou evidenciar o caráter e o papel das estratégias empreendidas pelos agricultores familiares em seu cotidiano (MARTINS, 2016).

A percepção ambiental, enquanto aspecto metodológico adotado na pesquisa possibilitou apreender o fenômeno no real, por meio dos dísticos dos entrevistados. A dialética da complexidade sistêmica de Edgar Morin (2011) constituiu-se na abordagem teórica-metodológica e epistemológica, escolha que ensejou o uso da interdisciplinaridade como

espaço de diálogo entre os campos científicos. Morin (2011) nos assevera, a complexidade sistêmica traz luz para compreendermos existência da ordem e desordem, do objetivo e subjetivo, revelando-nos a dialógica entre as coisas e os fenômenos.

Um dos principais resultados encontrados foi a constatação de redes sociais diversas, destacadas naquelas de caráter familiar e de parentesco, as redes sociais para fins produtivos, as redes para atender às demandas sociais e religiosas, entre outras. Estratégias fundamentais criadas para fortalecer as relações entre os agricultores familiares que integram os empreendimentos de econômicos solidários – EES - em seus espaços relacionais, permitindo, para além da manutenção e reprodução da vida social e biológica, a condição de conservação ambiental do lugar.

Essas redes possuem propósitos diversos, desde à constituição das famílias, à realização de mutirões para ajudar os vizinhos, à produção coletiva de bens, o consumo de insumos, a realização das festas, a circulação conjunta das mercadorias que serão comercializadas nas feiras, até à comercialização das mercadorias. Movimentos mediados pelo trabalho, ora individual, ora coletivo, que contribuem para apertar os laços relacionais entre os membros dos EES.

O trabalho está estruturado em cinco partes distintas e complementares, a primeira consta da presente introdução, seguida pela seção do material e métodos, relevando os movimentos empreendidos na pesquisa de campo. Na sequência, na seção do referencial teórico, consta o arcabouço teórico que deu sustentação a compreensão, interpretação e explicação do fenômeno. A seção quatro aborda os resultados e a discussão dos dados apreendidos no real. E por fim, as conclusões. A perspectiva do trabalho foi desvelar o cotidiano dos empreendimentos econômicos solidários manifesto nas atitudes e comportamentos dos agricultores familiares em seus espaços relacionais de vida, no interior de

um Assentamento da Amazônia setentrional brasileira.

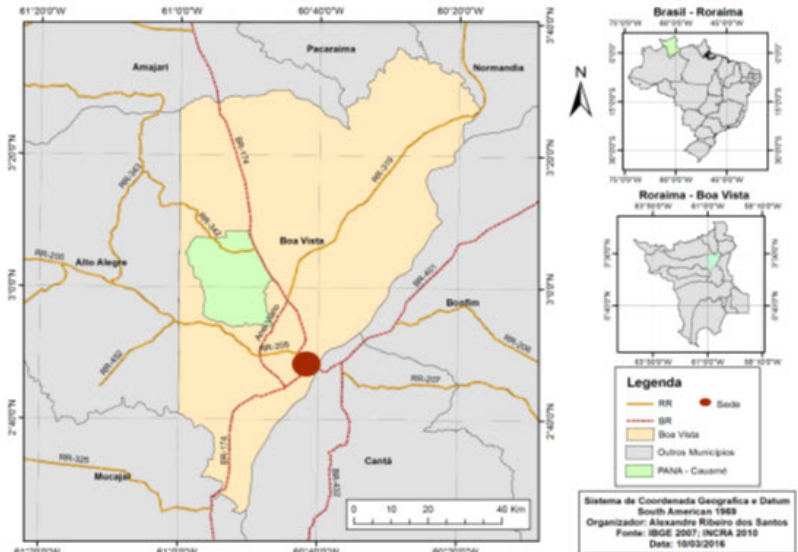
## 2 MATERIAL E MÉTODO

Os passos empreendidos para consecução da pesquisa tiveram seus princípios e pressupostos ancorados na abordagem da complexidade da dialética sistêmica de Edgar Morin (2011).

### 2.1 ÁREA DE ESTUDO

O Projeto de Assentamento Nova Amazônia – PANA - constitui-se na área privilegiada do estudo. O espaço está localizado a 30 km de Boa Vista, margem esquerda da Rodovia Federal BR 174, sentido Venezuela, circunscrito na gleba Cauamé. (Figura 1).

Figura 1 – Cartografia da localização da área de estudo: Projeto de Assentamento Nova Amazônia – Gleba Cauamé – espaço agrário de Boa Vista-RR.

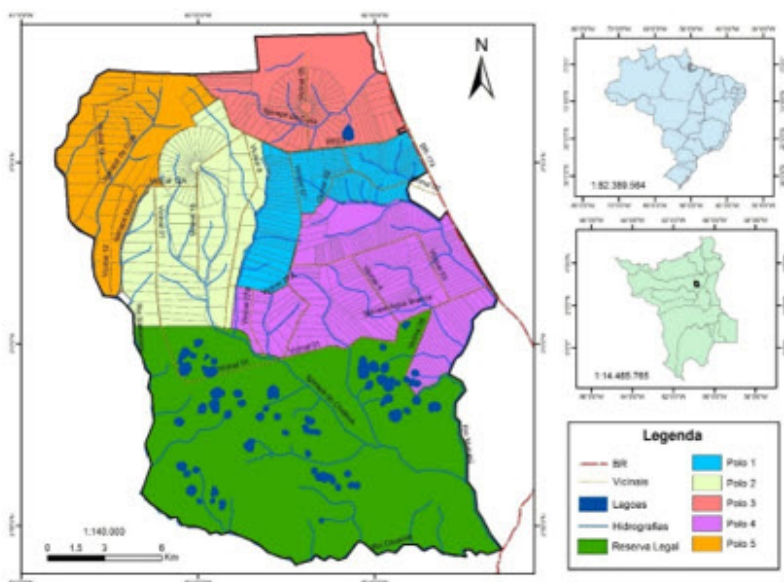


Fonte: Santos (2016).



O PANA, enquanto unidade complexa estrutura-se em cinco porções distintas denominadas de Polo 1, Polo 2, Polo 3, Polo 4 e o Polo 5. Os polos 1 e 4 margeiam a BR 174, os demais polos localizam-se no interior do assentamento. É possível observar na cartografia, na parte inferior (verde), a área de reserva legal – ainda desocupada no período da constituição do assentamento em 2001 (figura 2). Movimento que se altera com a ocupação dos desintrusados da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em 2009 (BRASIL, 2001).

Figura 2 – Cartografia do Projeto de Assentamento Nova Amazônia, Gleba Cauamé – Boa Vista- RR, destacando as cinco unidades que o formam: Polos 1, 2, 3, 4 e 5.



Fonte: Autora (2017)

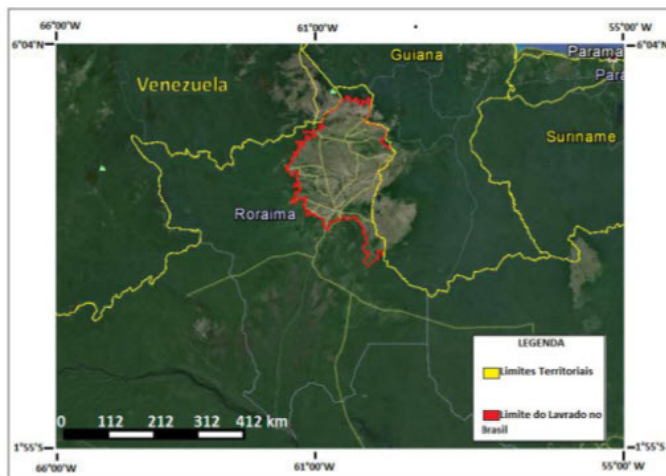
Em cada polo há uma organização coletiva, representada pela Associação dos agricultores da unidade e/ou cooperativa. As duas formas de organização congregam os agricultores familiares assentados durante

os anos de 2003 até os dias contemporâneos.

Nos aspectos relacionados ao sistema ambiental é fundamental descrever que o PANA está circunscrito no Lavrado de Roraima. De feições completamente diferentes da floresta Amazônica, o sistema complexo é encontrado no extremo norte do Brasil. Trata-se de um dos ecossistemas do estado de Roraima constituído por um mosaico de paisagens de vastos campos abertos, recoberto por gramíneas, arbustos, árvores, ilhas de matas, veredas de buritis, buritizais, lagos, igarapés, rios, brejos e serras, assemelhando-se, em alguma medida ao bioma do Cerrado brasileiro (CAMPOS; BARBOSA 2008). Desde a sua constituição há pelo menos 55 milhões de anos, o sistema ambiental sofreu transformações em suas unidades de paisagens, como é próprio de um organismo vivo (VALE JÚNIOR; SCHAEFER, 1997).

Nos aspectos relacionados às dimensões, o sistema ambiental que também é complexo em sua natureza, conta com aproximadamente 61.664 km<sup>2</sup> (figura 3). Desse total a porção maior, de 70%, ou seja, 43.358 km<sup>2</sup> estão situados no Brasil, especificamente em Roraima. O estado dispõe de 224.298,98 km<sup>2</sup>, desse total, 19% são de Lavrado. O complexo paisagístico integra-se ao “rio Branco-Rupununi” entre os limites internacionais do Brasil, da República da Guiana e da República Bolivariana da Venezuela (CAMPOS; PINTO; BARBOSA, 2008). O sistema ambiental de Lavrado em Roraima abriga dez municípios, do total de 15 que o estado dispõe.

Figura 3 - Limites do Lavrado em Roraima, Amazônia



Fonte: Google Earth, 2014. Adaptado por Roseane Moraes (2015)

Visitar, observar, observar participativamente, entrevistar, conversar, captar imagens, áudios, assim como construir coletivamente mapas cognitivos que geraram as cartografias sociais dos sítios foram os passos empreendidos no campo. Movimentos desenhados durante os encontros, as visitas, as reuniões e a realização dos grupos focais, promovidos por vezes pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários da Universidade Federal de Roraima – ITCPES/UFRR.

Os participantes pesquisados foram homens e mulheres adultos, chefes das famílias agricultores familiares assentadas no PANA.

Outro movimento empreendido na pesquisa constituiu-se da aplicação dos instrumentos da percepção ambiental, sem prescindir das informações de caráter secundário - documentos oficiais, relatórios, publicações e bibliografias. Assim, os procedimentos empreendidos revelaram as fontes de evidências (YIN, 2015) capazes de comprovar a existência das redes sociais de diversos caracteres.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa ocorreram com o fomento do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq.

### **3 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO E EPISTEMOLÓGICO**

As categorias de análises inscritas na abordagem teórico-metodológica da dialética da complexidade sistêmica de Edgar Morin (2011) foram escolhidas para interpretar o fenômeno no real. A escolha considerou como elemento determinante referências de pesquisadores que estudam a Amazônia por apresentarem um conjunto de expertises acumuladas no campo.

Assim, agricultor familiar (PEREIRA, 2017), agroecossistemas familiares (NODA, 2012), redes sociais (MARTINS, 2016) e perdurabilidade (BRANDÃO, 2016) foram às categorias de análises eleitas. E, empreendimento econômico solidário constituiu-se na categoria de análise transversal ao estudo.

Na acepção de Addor (2017) empreendimento econômico solidário consiste em unidade coletiva de trabalho organizada em associação, cooperativa, empresa recuperada e grupo informal. Para Pereira (2017) Agricultor familiar consiste no sujeito que tem na família seu núcleo estruturante da vida. A propriedade é um lugar de significados, possui pequeno porte, a produção é para o autoconsumo, a força de trabalho assenta-se na família, o excedente gerado na produção pode ser comercializado em feiras e muito recentemente, é vendida nos mercados institucionais dos governos, central, estadual e municipais, como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA - e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, entre outros programas públicos.

Os agroecossistemas familiares para um grupo de pesquisadores da Amazônia consistem em lugares privilegiados de vida, onde os

agricultores empreendem estratégias e técnicas de produção que possibilitam gerar uma diversidade de produtos suficiente para suprir as demandas alimentares das famílias e das sociedades locais conservando e elevado nível de diversidade agrícola (NODA et al., 2010, p.248; NODA, 2012b, p.86; MARTINS, 2005, p.218)

O conceito de Redes sociais foi abordado por Staevie (2013) e Soares (2002). Staevie estudou a formação das redes sociais em Roraima na perspectiva da migração de gaúchos para o estado. Em sua pesquisa o autor utilizou o conceito de Soares (2002). Assim, rede social consiste num conjunto de pessoas, organizações ou instituições sociais que estão conectadas por algum tipo de relação. O conceito é simples, mas traz consigo a objetividade necessária que traduz a essência do que se entende por redes sociais.

Perdurabilidade para Brandrão (2016) consiste na condição dos agricultores familiares permanecerem no lugar, utilizando-se de estratégias de uso e preservação dos bens comuns disponíveis no sistema ambiental. Permitindo com essa dinâmica, para além da manutenção e reprodução da vida social e biológica, a condição de conservação ambiental.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados apreendidos na pesquisa refletiram a dinâmica das redes sociais constituídas pelos agricultores familiares que integram os empreendimentos econômicos solidários do PANA.

### **4.1 O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NOS ESPAÇOS RELACIONAIS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO NOVA AMAZÔNIA**

Criar e fortalecer espaços relacionais integraram as estratégias e

os programas (MORIN, 2012) na vida dos seres humanos com propósitos diversos, podendo ser, desde a constituição da família, até produção de mercadorias. O presente caso trata da constituição de redes sociais compostas por seres vivos da espécie humana que se unem com o fito de fortalecer a boa convivência e porque não dizer o bem viver. Dito isso, observou-se que essas redes sociais contemporaneamente formam-se com os mais diversos propósitos. No presente caso, as redes sociais observadas na empiria da pesquisa revelaram fundamentalmente as conexões existentes entre os membros das famílias, dos parentes e vizinhos que ora integram organizações sociais, ora deixam de integrar. Entende-se por organizações sociais, aquelas constituídas por agricultores familiares para realização do trabalho coletivo com ou sem lucro. Tais organizações no presente estudo são denominadas de Empreendimento Econômico Solidário, representado por associações de agricultores e agricultoras familiares, como também por cooperativas de comercialização, também integradas por estes mesmos sujeitos. As associações surgem com o propósito da ação coletiva, não necessariamente do trabalho. Enquanto as cooperativas criadas no PANA nascem com o propósito de comercializar os produtos oriundos dos sítios ou dos espaços coletivos dos agricultores familiares.

As primeiras redes identificadas estavam nas relações entre as famílias nucleares. Apreendeu-se que irmãos, pais e filhos moram nas cinco unidades do PANA – nos polos 1, 2, 3, 4 e 5. Essa constatação levou a se inferir que as redes sociais familiares constituíram-se na principal estratégia de manutenção da família no lugar.

As demais redes sociais observadas ocorreram ainda entre os “trabalhadores” que se conheceram durante a formação do acampamento à beira da Rodovia Federal BR 174, movimento que deu origem ao Assentamento. A convivência coletiva da época imprimiu sentimentos de

amizade e consideração. Daquele tempo até os dias atuais os fios tecidos, uniram de um lado, e foram desfeitos de outro, na medida em que cerca de 25% dos primeiros assentados tornaram-se egressos, e novos foram se estabelecendo. Movimentos constantes e intermitentes, marcados por adventos de conquistas e desilusões.

Num dos relatos apreendidos no campo, um dos agricultores afirmou “eu gosto muito daqui, tudo é bom e bonito. O que eu não gosto é da fofoca. Tem muito disse-me-disse”. Por esse discurso depreendeu-se que os espaços relacionais no interior do PANA são próximos, causando ao mesmo tempo sinergias e tensões. Condições próprias das complementaridades (MORIN, 2012).

Outra fonte de evidência constatada na detecção das redes sociais foram as Associações de agricultores. A criação de cinco associações de agricultores, uma em cada polo revelou o tom dos méritos empreendidos pelos agricultores quando estão conectados em rede. Elas são evidências concretas da capacidade organizativa desses sujeitos a serviço de um bem comum. Pelos relatos apreendidos sobre o tema, os agricultores apontaram os consensos, dissensos e desconsensos desde a época em que foram assentados em 2003. Descreveram que, a partir da demarcação das parcelas/lotes, houve ao mesmo tempo, o estabelecimento das áreas coletivas, dado que algumas parcelas foram demarcadas com dimensões muito pequenas. Segundo eles, o discurso do INCRA à época era de que as áreas coletivas tinham o propósito de incentivar o cultivo coletivo e compartilhado dos agricultores.

Nesse sentido, cada associação, dotada de sua uma área coletiva, demarcada com dimensões diferentes entre si, buscou gerir seus processos coletivos de relações. É pertinente revelar que os polo 2 e 3 possuem as maiores áreas coletivas do Assentamento e foram recentemente desestruturadas por conta dos intensos conflitos entre o agricultores.

Uma história que chamou atenção durante o trabalho de campo foi o processo de constituição das associações descrita nos relatos de dois agricultores. Segundo eles, havia a ideia de se ter apenas uma única associação para o Assentamento. A proposta de pronto não foi aceita pelos demais sob o argumento de que uma única associação seria mais fácil de ser cooptada. Combatida a ideia da Associação única, os trabalhadores da época decidiram criar uma Associação em cada polo, medida que visava aproximar quem vivia no mesmo polo, com o fito de fortalecer as relações sociais ali dispostas.

Por outro lado, dissensos ocorreram propiciados pela sobreposição de interesses privados sobre o coletivo. A evidência dessa constatação foi a falência da primeira cooperativa criada no PANA. A organização não logrou êxito em face às disputas existentes. Depreendeu-se que, se por um lado foram detectados fios fortalecidos nas redes sociais que forjaram relações mais coesas, ao mesmo tempo, foram detectadas também a ocorrência de fragmentações, tensões e conflitos, próprios do convívio humano em sociedade. Sobretudo nas Associações dos polos, elas não conseguiram reunir a totalidade de agricultores assentados associados às entidades.

As redes sociais, portanto foram materializadas na existência das associações, cujos integrantes são famílias nucleares e extensivas. Lógica que se repete no movimento de ocupação dos lotes Assentamento, há membros da mesma família em diversos distribuídos numa das cinco unidades. Ou seja, existem irmãos que moram lado a lado, mãe que mora ao lado do filho, irmãos que moram em polos diferentes, enfim, configurações diversas na ocupação do Assentamento.

A partir dessa constatação buscou-se apreender os motivos para recorrência desse fenômeno, por isso foi perguntado aos agricultores como isso aconteceu? Os argumentos descrevem processos diversos,



destacados nos movimentos da vida:

Eu nasci aqui, sempre morei no interior, meu pai trabalhava na fazenda Bamerindus, morava eu, meu pai, minha mãe e meus irmãos. Fiquei mocinha e conheci meu marido que também trabalhava na fazenda. Nós se casamos, recebemos um lote do INCRA quando virou assentamento, vieram os filhos. Nós trocamos o lote, moramos ainda um tempo na cidade, mas eu não aguentei, voltamos pra cá, fomos morar no Truaru. Lá eu e meu marido não acostumamos e trocamos de lote e voltamos pra cá. Daqui eu não saio. O lote ali do lado é da minha sogra, o outro mais em baixo é do meu cunhado. A família está aqui, é aqui que vivemos e gostamos de viver (M.S. 2016)

As famílias nucleares e extensivas são evidências na edificação das redes sociais que se auto organizam, propiciando a perdurabilidade no lugar (BRANDÃO, 2016). Esse movimento foi detectado especialmente nos eventos – reuniões, seminários, congressos - que ocorreram no PANA, ou fora dele. Ali foi possível observar nas diversas manifestações orais dos agricultores, nos relatos públicos que esses laços são recorrentes (MATURANA; VARELA, 2001).

Todo mundo sabe aqui que eu sou o filho da professora. Pensam que não preciso trabalhar porque minha mãe tem um salário. Mas não é assim não. Eu trabalho de sol a sol para manter a minha família. Nada é fácil ou vem fácil. Pode chegar qualquer dia e vê que eu to trabalhando, sou vaqueiro, além do meu lote, faço diária onde precisar (I.S, 2015).

Duas gerações são contabilizadas desde a gênese do PANA, a primeira com os pais, beneficiários do lote e a segunda, dos filhos nascidos, ou que nasceram no processo, no decorrer dos últimos 15 anos. A combinação entre as redes sociais familiares e gerações são refletidas no relato de um pai:

Antigamente nossos filhos iam para cidade estudar, e lá mesmo ficava porque não se acostumava mais com a vida no lote. Agora está diferente, eles viram que na cidade a

coisa tá muito difícil. Aqui nós conseguimos trabalhar e vender nossos produtos pro PAA, pro PENAE, não temos patrão, nós temos uma renda. Nossos filhos descobriram que é aqui que eles tem futuro. Se antigamente só ficava no lote quem não tinha estudo, agora é diferente, pra ficar no lote é preciso estudar (S. F. 38, 30/08/2016).

É possível postular-se que as redes sociais familiares forjaram as mais firmes estratégias de fixação das famílias no PANA e fortaleceram os empreendimentos econômicos solidários, sobretudo as associações e as cooperativas. Constatou-se que uma terceira geração familiar está a caminho, são os filhos dos filhos que começam a nascer. Agora num outro contexto, porque esses filhos nascem com a propriedade da terra assegurada e titulada.

#### 4.2 SOLIDARIEDADE E RECIPROCIDADE MEDIADAS PELO TRABALHO: DINÂMICAS QUE CONSTITUEM AS REDES SOCIAIS

A solidariedade foi uma fonte de evidência constata na dinâmica do trabalho coletivo no interior das Associações e das Cooperativas do PANA. Numa digressão elementar, o trabalho solidário sempre esteve acoplado às unidades familiares, desde a vida nas cavernas (MARX, 2008). Assim, os membros da família são os primeiros sujeitos a imprimir essa condição. Nesse sentido, e considerando a média de 4 membros por família no PANA (PEREIRA, 2017) constatou-se que essa é a principal força de trabalho existente no interior dos agroecossistemas familiares do Assentamento. Embora a pesquisa tenha encontrado outras configurações, como a existência de famílias com apenas 1 membro, em geral, formada por mulher, viúva que tem seus filhos crescidos, que não moram mais no lugar, em geral em Boa Vista. Nesse sentido, a manutenção do sítio (lugar de vida) da viúva é realizada com a colaboração dos filhos que moram na cidade, ora com a força de trabalho aos fins de semana, ora com apoio

financeiro, ou ainda as duas coisas combinadas, mais o auxílio dos amigos e vizinhos da Associação ou Cooperativa. Esse tipo de fenômeno foi investigado pelos princípios da Economia Solidária, um campo teórico recente que vem se estabelecendo aos poucos nas ciências econômicas.

Nesse sentido, o apoio a esse tipo de família, e ou/outras congêneres ocorre por meio da solidariedade. As noções, as categorias da Economia Solidária surgiram no final da década de 1980 e 1990, quando o Brasil experimentou uma das suas maiores crises do emprego. O trabalho coletivo por meio de cooperativas e associações surgiu como uma forma de enfrentar esse contexto de crise e fazer frente ao modo de produção capitalista. A base teórica da Economia Solidária é campo recente nas ciências econômicas, e tem na solidariedade, na autogestão, no respeito à diversidade e no trabalho coletivo os seus principais pilares. Paul Singer é o seu principal idealizador e maior expoente (SINGER, 2002).

A economia solidária manifesta-se fundamentalmente por meio do trabalho coletivo das associações, grupos informais e cooperativas. As cooperativas de resíduos sólidos destacaram-se ao longo da história da Economia Solidária por conta da forma encontrada para o enfrentamento das altas taxas de desemprego nos grandes centros brasileiros. Mas foi no início dos anos 2000, com a chegada da Secretaria Nacional de Economia Solidária que se institucionalizou um conjunto de políticas públicas voltadas para os empreendimentos econômicos solidários.

Para além das cooperativas de resíduos sólidos, outros empreendimentos foram se destacando ao longo desses últimos 30 anos, os destaques são daqueles que organizaram e continuam a se organizar nos diversos espaços agrários brasileiros. Dados constados pelo Sistema de Informação da Economia Solidária – SIES – da Secretaria Nacional de Economia Solidária. O arcabouço teórico da Economia Solidária foi o escolhido para os aspectos relacionados ao trabalho coletivo no interior

do PANA. As fontes de evidências que comprovam essas práxis constam nas atividades realizadas pelas associações dos polos, nas manifestações do *ajuri* (mutirão) e na organização dos bingos entre outras. Como o trabalho coletivo tem sua primeira manifestação no interior da família, outra característica observada na pesquisa consta das relações geracionais que estão sendo edificadas. Daí depreendeu-se que os pais constituem-se na primeira geração do PANA, os primeiros beneficiários dos lotes que, ao chegarem, tinham filhos crianças e alguns nem tinham filhos. Os filhos representam a segunda geração. Na investigação foi percebido o nascimento da terceira geração, ou seja, os filhos dos filhos, que estão voltando para Assentamento, casados e para incorporar a família com mais membros e também com sua força de trabalho.

Ainda nesse contexto, foi registrada também a ocorrência dos genitores dos agricultores da primeira geração, embora em menor medida. A família, portanto, enquanto materialidade e configuração da célula maior da unidade produtiva é a responsável pelo planejamento e deliberações das estratégias das práxis de trabalho, visando garantir a produção e reprodução social e biológica. Nessa perspectiva, o trabalho configurou-se como condição precípua para que essa reprodução aconteça em especial na forma coletiva no interior da família nuclear.

Nesse contexto, do ponto de vista geracional, é fundamental lembrar que os agricultores familiares quando adentraram em seus sítios ainda em 2003, 2004 estavam no auge do vigor físico. Assim, a divisão social do trabalho empreendida ocorria entre marido e mulher, uma vez que os filhos ainda nem eram nascidos, ou eram muito crianças. Contemporaneamente, essa condição foi alterada multidimensionalmente, em especial na divisão social do trabalho, que agora está distribuída entre todos os membros da família. O trabalho, portanto é coletivo e familiar, existe no real. Movimento expandindo para o interior do sítio, para os

vizinhos - outras famílias, uma vez que esses sujeitos têm procurado se manter coesos por meio dos convívios frequentes, especialmente nas Associações de agricultores dos polos, espaços relacionais de trocas diversas e mais recentemente em Cooperativas.

As associações, portanto, constituem-se nas maiores mobilizadoras da comunhão para o trabalho coletivo e solidário no Assentamento. Mesmo que ainda predomine a individualidade, a competição e por vezes a descrença entre os pares, o que provoca inúmeros conflitos. Mesmo assim, as associações têm fortalecido esses elos de convivências solidárias e de reciprocidade (SABOURIN, 2011).

É preciso destacar que o conflito é fruto desse convívio, como diria Maturana (2001, p.32) “nossa linguagem é o ponto de partida, nosso instrumento cognitivo e nosso problema”, se há convivência, comunicação, há na mesma medida tensões, conflitos. As complementaridades (antagonismos) permeiam o convívio nas organizações vivas, sobretudo, nos empreendimentos econômicos solidários do PANA.

Para além das associações, outras instâncias corroboram com a perspectiva do trabalho coletivo e solidário, as Cooperativas, o sindicato municipal de agricultores, os fóruns da agricultura familiar, assim como os conselhos dos territórios da cidadania, ou ainda, nos múltiplos eventos promovidos no âmbito das igrejas. Todos integram esse protagonismo, acompanhado do fortalecimento da consciência política desses agricultores, historicamente construído para alcançar seus pleitos emancipatórios.

As demandas no assentamento nunca cessam, por isso é constante a existência de reuniões com INCRA, EMBRAPA, CAIXA, UFRR, secretário municipal de agricultura, enfim, relações sociais, promotoras de emergências, ou seja, novas organizações (MORIN, 2012). A grande maioria dos gestores públicos mantém boas relações com as associações

do PANA, firmando os processos constantes de coesão.

Outro aspecto observado nas dinâmicas do trabalho coletivo constou na nomenclatura escolhida pelos agricultores para denominar as 5 Associações: algumas inscrevem “produtores” outras agricultores. Ambiguidades que guardam os elementos das suas origens. Nesse contexto, destacam-se as associações do polo 1 e 2. As demais – polo 3, 4 e 5 – sofreram alternâncias e/ou vacâncias de presidentes durante a pesquisa, tornando seus processos de gestão, por vezes, com solução de continuidade. Nos últimos momentos da pesquisa constatou-se a reativação da associação do polo 4 mobilizada pelo presidente da associação do polo 1, influências recíprocas positivas.

A despeito dessas duas Associações – polo 1 e 2 - as evidências observadas no campo permitiram postular que existe um caráter orgânico na gestão dessas unidades, ou seja, os gestores são dotados de características aglutinadoras que tornaram suas gestões destacadas no contexto do PANA, estratégias como diria Morin (2011). A pesquisa comprovou a existência de uma consciência política, sobretudo na defesa dos direitos e deveres dos associados nas diversas circunstâncias do cotidiano no PANA.

Esse contexto nem sempre foi assim, pelos relatos, os agricultores afirmaram “no começo eles queriam uma única associação para os cinco polos. Nós resolvemos que não porque uma associação para cada polo é mais difícil de ser manipulada” (M.J. 14/04/2016). Ou seja, o saber local garantiu a atual condição de autonomia de todas as associações. Maturana (2001) confirma essa condição quando afirma “todo fazer é um conhecer e todo conhecer é um fazer, e faz surgir um mundo” (p.32).

Ao se aprofundar nos aspectos orgânicos do trabalho coletivo dessas unidades, comprovaram-se características objetivas e subjetivas. Pelo lado da objetividade, ambas promoveram resultados materiais

relevantes e fundamentais no início do PANA que permanecem até os dias atuais, partindo sempre da utilização do princípio do trabalho coletivo. A Associação do Polo 2 por exemplo foi criada em 02/08/2004, ela inovou desde sua gênese no sentido Schumpeteriano do termo inovação (SCHUMPETER, 2001). Embora nascente, a Associação foi capaz de mobilizar as 31 famílias e destinar parte de suas verbas advindas dos créditos do INCRA e contratou uma empresa para perfurar 3 poços semi artesianos na área coletiva do polo. A área coletiva do polo 2 é uma das maiores com mais de 800 hectares. Essa quantidade expressiva de terra tem dois propósitos, uma para associação trabalhar coletivamente e a outra, para compensar os agricultores que foram assentados em lotes menores.

Além dos poços a Associação também adquiriu os conjuntos moto bombas e os acessórios necessários para as instalações das redes de abastecimento coletivo, e assim, disponibilizou água para os associados. Esforços que garantiram até os dias atuais a segurança hídrica no lugar. Para além da segurança hídrica o polo 2 dispõe de iluminação pública. Conquista efetuada junto à prefeitura municipal de Boa Vista. O polo é constituído de forma circular, numa estrutura de agrovila, o que facilita a adoção de estratégias de caráter coletivo, movimentos que desvelam os saber desses agricultores.

Em termos de produção coletiva, a associação realizou iniciativas como o cultivo de melancias, de feijão e de soja. O modelo adotado consistiu na repartição coletiva de todos os custos para o cultivo das espécies. A soja foi uma exceção porque a atividade foi implementada enquanto política pública do governo estadual e contou com adesão de 22 agricultores que mudaram sua base produtiva, antes diversificada para o monocultivo do grão (Figura 4).

Figura 4 – Unidade produtiva de soja no Polo 2 do Projeto de Assentamento

Nova Amazônia – Boa Vista/Roraima iniciado em 2015.



Foto: Folha de Boa Vista (2015)

O sistema adotado pela empresa contratante foi semelhante ao praticado nos sistemas de integração de suínos e aves. Para os 22 agricultores coube a responsabilidade de disponibilizar o espaço físico, plantar, manejar e pagar pelos insumos para empresa. Ao governo do estado coube à logística. Coube à empresa detentora do cultivo, a assistência técnica e o fomento financeiro. A maioria dos agricultores endividou-se e não prosseguiram com a produção. Embora o cultivo tenha tido uma perspectiva coletiva, ela foi realizada no interior do sítio de cada agricultor, não utilizando a área coletiva do polo.

Implicações desse cultivo foram aparentes. Os agricultores afirmaram que houve o aumento substantivo de lagartas no assentamento, “elas eram tantas que cobriam a estrada, eu nunca tinha visto isso” (V. P, 2016). Do ponto de vista ecológico essa ocorrência deveu-se, entre tantos aspectos, à retirada da cobertura nativa dos solos e o uso de agrotóxicos e o monocultivo aumenta a incidência de praga. Diante desse contexto foi possível apreender as lógicas produtivas ali contidas, de um lado, revelando a existência do agricultor familiar que pratica o cultivo diverso



de espécies para se manter e o excedente para comercializar no mercado, e do outro, a lógica do produtor, voltado para o monocultivo destinado ao mercado, com fito na acumulação do capital.

Embora as lógicas sejam distintas, na soja, essas lógicas juntaram-se, conjugaram-se e provocaram conflitos, ambiguidades e complementaridades entre si, influenciaram-se recursiva e circularmente (MATURANA, 2001). Os argumentos colhidos de quem cultivou a soja afirmou “os grãos iriam contribuir para as receitas das rações dos frangos que a gente cria e gera boa renda”. O argumento tem pertinência, mas faltou o domínio do processo. Depois da primeira safra, por conta das questões técnicas e financeiras a soja continua, mas em proporções bem menores.

A outra experiência detectada do trabalho coletivo foi na Associação do Polo 1 (figura 5). Diferente da associação do polo 2, a associação do polo 1 trilhou outro histórico, destacado, sobretudo, na dimensão das conquistas coletivas.

Figura 5 - Sede da Associação de Produtores do Pólo 1 do Projeto de Assentamento Nova Amazônia, edificada pelos próprios associados



Legenda: faixa da Sede da Associação do Polo  
Fonte: própria autora (2017).

O histórico desse processo começou com o cultivo coletivo do feijão iniciado há seis anos, 2013. A associação coleciona um conjunto de atividades conjuntas a começar pela edificação física da sede, construída em forma de mutirão; a perfuração de um poço semi-artesiano para ajudar na produção coletiva; a ampliação da sede também em formato de mutirão, e por último o documento de concessão do INCRA, ocorrido em abril de 2017, além da edificação de casas e do conserto das vicinais.

O documento do INCRA destinado à associação do polo 1 garantiu a instalação de energia na sede, demanda antiga agora realidade. Outros pleitos estão em andamento, um diz respeito à aquisição de um trator junto à agência de Desenvolvimento de Roraima – agência de Fomento. A máquina garantirá a autonomia no processo de produção coletiva e autônoma no Polo, o que diminuirá a dependência dos governos do estado e da prefeitura. O anacronismo entre as partes tornam os cultivos

coletivos em situações de risco. Embora existam dificuldades por conta da necessidade dos insumos – trator e calcário – doados pelos órgãos públicos, a produção coletiva do feijão no polo 1 tem sido constante e vigorosa. Quando teve início em 2013, contava com apenas 4 agricultores. Atualmente está na quarta safra consecutiva, congregando 17 agricultores. Segundo o presidente da associação, todo processo de trabalho é dividido em partes iguais. A edificação do espaço físico da sede em alvenaria é uma referência no Assentamento. Ela é a única, lá são realizadas reuniões, debates, encontros e, constitui-se no lugar onde são entregues e pesadas a produção individual dos agricultores para formar o todo da Associação para as entregas dos produtos no PAA, PENAE e sementes crioulas da CONAB. O mobiliário da sede ainda é parco, mas atende às demandas prementes dos associados. “As cadeiras foram doadas pela ITPCES/UFRR” afirmou seu atual presidente. Os outros mobiliários foram doados pelo sindicato dos agricultores da cidade de Boa Vista.

O lugar também é utilizado para inúmeras confraternizações do dia das mães, pais, crianças e etc. Os associados, agricultores, os moradores do PANA são bastante adeptos das festas e confraternizações. Segundo Morin (2012), os momentos de confraternização promovem elos invisíveis de fraternidade. As festas são constantes no polo 1, o que reforça essa assertiva.

Sobre as atividades do trabalho coletivo apreendidas na associação do Polo 1, apreendeu-se enquanto fonte de evidência o cultivo do feijão, o fornecimento de produtos da agricultora familiar para o PAA, PNAE e o cultivo de sementes crioulas para serem entregues a CONAB, isso na dimensão material. Em termos de faturamentos advindos dos contratos com a CONAB – PAA e Semente crioula – segundo relato do presidente da Associação, os dois contratos quase totalizam R\$ 500 mil reais. “tem muito trabalho para ser feito e muito compromisso para dar conta”

(E.S.P, 2017). Em 2018 a Associação foi beneficiada com o Programa de Desenvolvimento da Agricultura, uma política pública da Prefeitura Municipal de Boa Vista. A ação fortalecerá a autonomia da Associação e da Cooperativa – Coopana.

Outro movimento empreendido por iniciativa da presidência da Associação do polo 1 foi o mutirão para construção da casa de uma agricultora. A narrativa do presidente da associação “aqui a gente faz de tudo, se ajuda uns aos outros” (E.S.P, 2017)

As teorias que tratam da economia solidária (SINGER, 2002) e da teoria da reciprocidade (SABOURIN, 2011) são distintas. A primeira aborda a produção coletiva e solidária, no âmbito da inclusão produtiva, baseada nos princípios da solidariedade e da autogestão fundamentalmente. Por outro lado, a teoria da reciprocidade evidencia as trocas não monetárias, relacionadas a um sentimento recíproco de colaboração, sem os elementos da dimensão econômica (SABOURIN, 2002). Dois movimentos localizados no polo 1 que vem ganhando corpo nas práxis do trabalho material e imaterial, visto que o ideário de solidariedade sempre permeou os grupos sociais, desde os primórdios da vida coletiva nas cavernas, na coleta do alimento e nos usos da água, bem como na segurança, no sentido de preservar os membros da família dos infortúnios causados pelas intempéries do tempo e/ou vicissitudes advindas de animais na busca de presas.

Naquela época as clivagens sociais não existiam, elas surgiram no transcorrer da história humana, demarcadas pelas metamorfoses desses grupos sociais que, em franca expansão demográfica formou modos diversos de vida, baseados no trabalho. Os grupos sociais foram criando novas necessidades, ultrapassando aquelas baseadas na dimensão biológica de ser social. Assim, esse ideário de solidariedade, embora tenha sido invisibilizado, não sucumbiu por inteiro, sobrevive ainda hoje firme,

em comunidades locais, movimentados pelos grupos sociais que tem no amparo coletivo a medida para harmonia e o convívio entre os pares e o sistema ambiental. O convívio entre os integrantes desses grupos são movidos pelo espírito de solidariedade, especialmente nas atividades do trabalho coletivo, em detrimento da competição. E as redes sociais fortalecem esses laços invisíveis.

A divisão social de classes, a divisão social do trabalho, a propriedade privada e a subsunção do trabalho ao capital, não foram suficientes para determinar o fim do trabalho coletivo e solidário. E os agricultores familiares, organizados em empreendimentos econômicos solidários mantem no PANA essas práxis de forma viva, revitalizando essa condição.

A gente faz bingo pra ajudar quem precisa. Um monte de gente precisa viajar pra cuidar da saúde. A gente sabe, se reúne e faz. O dinheiro arrecadado a gente entrega. Toda ajuda é bem vida quando se tá doente (V., 2016).

O presidente da Associação do Polo 1 confirmou para pesquisa, dados que representam os momentos dos mutirões, do compartilhamento da força de trabalho solidária que, por vezes, é também da reciprocidade.

A produção da farinha foi outra práxis de trabalho coletivo encontrado no âmbito da solidariedade entre os agricultores no PANA. Duas casas de farinha foram localizadas: uma no polo 4 e uma no polo 1. O Funcionamento dessas casas de farinha baseia-se no sentimento da solidariedade. No polo 1 por exemplo, inexistente a moeda como mediação para o uso do forno. Os agricultores combinam com o proprietário o dia e a hora para que todo o processo aconteça. O combinado entre o proprietário da casa de farinha e o agricultor é que fique um percentual do total de produzido como forma de agradecimento e manutenção do forno, um movimento de trocas. Reciprocidade e solidariedade caminham juntas e separadas, seguindo especificamente seu caráter.

Embora tenham sido constatadas evidências de solidariedade e reciprocidade entre os agricultores associados do polo 1, não exime a existência dos conflitos. Muito pelo contrário, além de continuar a existir, reforçam o argumento das complementariedades de Morin (2012) quando o autor afirma que existem convergências e antagonismos ao mesmo tempo nas relações sociais. Complementariedades que promovem condições de vida mais próximas da conservação e da degradação ambiental, estratégias estabelecidas pelos agricultores familiares nos espaços relacionais, por meio das redes sociais.

## 5 CONCLUSÃO

O objetivo do presente trabalho foi identificar e descrever como os empreendimentos econômicos solidários estabelecem redes sociais nos espaços relacionais do PANA. A pesquisa constatou que tais redes foram tecidas e estabelecidas primeiramente entre os entes familiares.

Constatou-se também a existência de redes sociais diversas, destacadas naquelas de caráter familiar e de parentesco, as redes sociais para fins produtivos, as redes para atender às demandas sociais e religiosas, entre outras. Mecanismos fundamentais criados por meio de estratégias para fortalecer as relações entre os agricultores familiares em seus espaços de convívio, permitindo, para além da manutenção e reprodução da vida social e biológica, a condição de conservação ambiental do lugar.

Essas redes possuem propósitos diversos, desde à constituição das famílias, à realização de mutirões para ajudar os vizinhos, à produção coletiva de bens, ao consumo de insumos, às festas, à circulação de produtos até à comercialização das mercadorias, movimentos mediados pelo trabalho, ora individual, ora coletivo, expressando tanto a solidariedade quanto a reciprocidade de maneira imbricada.

## REFERÊNCIAS

- ADDOR, F, et al. **Relatório de Avaliação do PRONINC.** Rio de Janeiro: Soltec. UFRJ 2017.
- ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; CUNHA, L. V. F. C. **Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica.** v 1, Série: Estudos & Avanços. Recife-PE, NUPPEA, 2010.
- ALENTEJANO, P. R. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: **Agricultura familiar: realidades e perspectiva.** (Org.) TEDESCO, J. C. 3. ed. Passo Fundo: UFP. 2001, p. 149 - 178.
- BRANDÃO, J. C. M. Perdurabilidade da agricultura familiar no Projeto de Assentamento Vila Amazônia. 2016, p. 334. Tese (Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia), Manaus: Universidade Federal do Amazonas. 2016.
- BRASIL. Superintendência do INCRA em Roraima. **Processo Administrativo n. 5439.000503/2001-57 MAARA-Instituto Nacional da colonização e Reforma Agrária,** que dispõe sobre a criação oficial do Projeto de Assentamento Nova Amazônia. Boa Vista-RR, 2001, p. 653.
- BARBOSA, R. I.; FERREIRA, J. G; CASTELLÓN, E.G. **Homem, ambiente e ecologia no estado de Roraima.** INPA, Manaus, 1997.
- BONNAL, P.; MALUF, R. S., Do uso das noções de multifuncionalidade e território nas políticas agrícolas e rurais no Brasil. In: LIMA, E. N.; DELGADO, N. G.; MOREIRA, R. J (Org). **Mundo Rural 4** – configurações rural-urbanas: poderes e políticas. Rio de Janeiro: MAUAD X: Edur 2007. p. 217-235.
- CAMPOS, C; PINTO, F; BARBOSA, R. I.; **O Lavrado de Roraima:** importância biológica, desenvolvimento e conservação na maior savana do Bioma Amazônia. Boa Vista: INPA, 2008. 8p.
- CARNEIRO, M. J. Em que consiste o familiar da agricultura familiar? In: COSTA, L.F.C.; FLEXOR, G.; SANTOS, R. (Orgs.). **Mundo Rural Brasileiro: ensaios interdisciplinares.**

- Rio de Janeiro: Mauad X/EDUR, 2008. p. 255-269.
- CARVALHO, H. M. Padrões de sustentabilidade: uma medida para o desenvolvimento sustentável. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. **A Amazônia e a crise de modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.
- CAVALCANTI, C. Só existe desenvolvimento sustentável: a economia como parte da natureza. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. L. do (Orgs.). **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p.185-200.
- CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. **Agricultura familiar: multifuncionalidade, desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro, Mauad X, 2009.
- DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L.(Orgs.) **Percepção ambiental: a experiência Brasileira**. São Paulo: Studio Nobel; Editora da universidade Federal de São Carlos, 1999.
- GORZ, A. **O Imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005. 107 p.
- JATOBÁ, S. U. CIDADE, L. C. F; VARGAS, G. M. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 1. p. 47-87, jan/maio, 2009.
- KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. **Revista Economia Aplicada**, São Paulo, v.2, n.3, p.515-551, jul./set., 1998.
- LÖWY, M. Crise ecológica de civilização: a alternativa ecosocialista. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. L. do (Orgs.). **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p.147-156.
- MARTINS, A. L. U. Conservação da agrobiodiversidade: saberes e estratégias da agricultura familiar na Amazônia. 2016, p. 213. Tese (Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia), Manaus: Universidade Federal do Amazonas. 2016.



MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. 1.1, v 1/2. São Paulo, Nova Cultural. 1988.

MATURANA, H.; REZEPCKA, S. N.; **Formação humana e capacitação.** 4. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

MATURANA, H.; VARELA, F. J. **A Árvore do Conhecimento:** as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athena. 2001

MATURANA, H. **Ontologia da realidade.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

MORAES, R.; CARVALHO, T. M. **Aspectos dinâmicos da paisagem do lavrado, nordeste de Roraima.** Geociências, São Paulo, v.34, n.1, p55-68, 2015.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo.** 4. ed, Porto Alegre: Sulina, 2011.

\_\_\_\_\_. **Ciência com Consciência.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

\_\_\_\_\_. **O Método 2.** a vida da vida. Trad. de Marina Lobo. Porto Alegre: Sulina, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Método 3.** O conhecimento do conhecimento. 4. ed, Porto Alegre: Sulina, 2012.

NODA. S. do N. **Na terra como na água:** organização e conservação de recursos naturais terrestres e aquáticos em uma comunidade da Amazônia brasileira. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas) Universidade Federal de Mato Grosso. 2000.

NODA, H.; NODA, S. do N.; SILVA, A. I. C. Compartilhamento, conservação e melhoramento de recursos genéticos hortícolas na Amazônia Centro-Ocidental. In.: MING, L. C.; AMOROSO, M. C. M.; KFFURI, C. W. (Orgs.). Agrobiodiversidade no Brasil: Experiências e caminhos da pesquisa. V.6, Série: Estudos Avançados. Recife: NUPEEA, 2010. p.243-257

NODA. H. et al. **Dinâmicas socioambientais na agricultura familiar no Amazonas.** Manaus-AM: Wega, 2013.

NODA, S. do N. Paisagem e etnoconhecimento na agricultura Ticuna e Cocaina o alto rio Solimões, Amazonas. **Bol Mus. Emílio Goeldi. Ciências Humanas**. Belém, v. 7, n. 2. p.397-416, maio-ago. 2012.

\_\_\_\_\_(Org.). **Agricultura Familiar na Amazônia das Águas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

PEREIRA, M. A. P.; Formação institucional e desenvolvimento regional no estado de Roraima. In: **Formação institucional da Amazônia** (Org) SILVA, F. C.; RAVENA, N.; Belém: NAEA, 2015, 473-556p.

RICOVERI, G. **Bens comuns versus mercadorias**. Rio de Janeiro: Multifoco, SOLTEC-UFRJ, 2008.

SABOURIN, E. Teoria da Reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, n.27, maio/ago, p.24-51, 2011

SANTOS, V. O. **Trabalho imaterial e teoria do valor em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. SP: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SILVEIRA, I. Mda; GALTÍ, M. Nota sobre a ocupação de Roraima, migração e colonização. **Bol. Mus. Pará Emílio Goeldi**, Ser, Antropolo 4(1) 1988.

SILVA, M. C.; HAINARD, F. **O ambiente: uma urgência interdisciplinar**. Campinas, SP; Papyrus, 2005.

SOARES, Weber. **Da metáfora a substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga**. 2002. Tese (Doutorado). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2002

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucro, capital, crédito, juro e ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 2001.

STAEVIE, P. M. **O papel das redes sociais na migração contemporânea de gaúchos para Roraima**. Boa Vista-RR editora da UFRR, 2013.

TONNEAU, J. P.; SABOURIN, E. **Agricultura familiar:** interação entre políticas públicas e dinâmicas locais, ensinamentos a partir de casos – Porto Alegre: Editora da URGs, 2007.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina; Eduel, 2012.

VALE JÚNIOR, J. F.; SCHAEFER, C. E. G. R. **Solos sob savanas de Roraima:** gêneses, classificação e relações ambientais. Boa Vista: Gráfica Iores, 2010.

VASCONCELLO, M. J. E. **Pensamento Sistêmico:** o novo paradigma da ciência. Campinas, SP: Paripus, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. Emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 15, outubro 2000, p. 87-145.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

# **5 PROTAGONISMO E TRAJETÓRIA DA COOPERATIVA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - COOFECs: O PIONEIRISMO NO PROCESSO DE AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO EM RORAIMA-AMAZONIA-BR**

Cleane da Silva Nascimento  
Meire Joisy Almeida Pereira  
Paulo Sérgio Maroti  
Herundino Ribeiro do Nascimento Filho

## **1 INTRODUÇÃO**

O presente trabalho trata da trajetória histórica da Cooperativa de Economia Solidária de Boa Vista - COOFECs. Primeiro Empreendimento Econômico Solidário - EES enquanto cooperativa popular constituída na cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima. A pesquisa teve como propósito desvelar os processos de consolidação, emancipação e autonomia percorridos, ao longo da trajetória social, cultural e econômica, da COOFECs.

As atividades produtivas da COOFECs inscrevem-se na indústria, no comércio e na prestação de serviços por meio da produção e comercialização de peças - costura industrial - do artesanato e da formação da força de trabalho, via realização de cursos de corte e costura para iniciantes e artesanato em geral. O EES localiza-se na periferia de Boa Vista – RR, condição que lhe enseja a inserção social, a geração de renda e à promoção social às populações vulneráveis, sobretudo por meio do trabalho coletivo.

A abordagem teórica do estudo utilizou-se do materialismo histórico dialético capaz de evidenciar as contradições e a luta de classes no modo de produção capitalista. Os conceitos fundamentais inscreveram-se nos fundamentos e conceitos da Economia Solidária de Paul Singer (2003).

Os resultados apreendidos revelaram a existência de iniciativas inovadoras como o “Projeto Costurando Sonhos”, a distribuição de alimentos à comunidade por meio de Programa Aquisição de Alimentos – PAA.

O plano de exposição do trabalho compõem-se da presente introdução, duas seções que descrevem o processo histórico e a trilha percorrida pela COOFEC’S na construção de pontes que lhe ensejaram a autonomia e a emancipação.

Por fim, as considerações finais, abordam os caminhos e descaminhos empreendidos pela cooperativa, dinâmicas que lhe deram à condição de protagonismo e pioneirismo nos processos da Economia Solidária em Boa Vista-RR.

## **2 A HISTÓRIA COMO TESTEMUNHA DA TRAJETÓRIA DA COOFEC’S**

A Cooperativa de Economia Solidária de Boa Vista – RR - COOFEC’S foi constituída em 2010, embora sua gênese tenha sido em 2008. As características fundamentais da cooperativa são: formada por mulheres, 20 no total, oriundas dos estados do nordeste, do norte, mas, sobretudo de Roraima. Mulheres migrantes e indígenas de baixa escolaridade, chefes de família que vêm e vivem sua práxis no trabalho social e coletivo como forma de sustentar de suas famílias, vivem na periferia de Boa Vista e têm em média cinco filhos.

Os processos históricos que deram origem à Cooperativa advêm ainda da experiência pretérita vivificada na Associação do Bairro Santa Tereza - quando as mulheres integraram o projeto do Centro de Produção Comunitária - CPC, embrião da cooperativa. O CPC foi constituído no âmbito do projeto da Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social - SETRABES - nos anos de 1995. Entre o surgimento da Associação

e a consolidação da cooperativa somam-se quinze anos de expertise acumulada na luta do trabalho social e coletivo.

Por trabalho, entende-se a relação empreendida entre os seres humanos e o ambiente para satisfação das suas necessidades. Na medida em que estes seres interagem com o ambiente, eles se transformam, ao mesmo tempo em que o ambiente também se transforma, constituindo-se numa relação circular e recursiva (PEREIRA, 2017). Tal conceito tem inspiração na obra de Marx (2008) Para Crítica da Economia Política, quando o autor estuda os primeiros anos do modo de produção capitalista na Inglaterra do século XIX.

Na mesma linha, o conceito de coletivo a emprego de energias dos seres humanos numa perspectiva social, materializada pela união de esforços humanos em prol de uma atividade comum, também para satisfazer suas necessidades.

Sobre o aspecto da dimensão social, o conceito remete às relações estabelecidas entre seres humanos numa determinada sociedade. No presente caso em particular, na sociedade boavistense.

Portanto, consolidando os dois conceitos, atrelada à dimensão social tem-se, de um lado, o trabalho e do outro, o coletivo. Conjugando-os, tem-se o trabalho coletivo, categoria de análise inspirada nos socialistas utópicos de Rochadelle, cidade do interior da Inglaterra, que abrigava os socialistas utópicos no ano de 1848, sobretudo Robert Owem.

O trabalho social e coletivo, portanto, constituiu-se na estratégia empreendida pelas mulheres da Associação do Santa Tereza capaz de gerar possibilidades de renda, na medida em que ensejaram esforços físicos para produção de mercadorias para serem comercializadas em mercados diversos (PEREIRA, 2010). Foi essa a lógica que permitiu o fortalecimento e a via para consolidar os processos produtivos e de comercialização para elas empreenderem um caminho de autonomia e

emancipação.

Se de um lado essas mulheres estabeleceram, enquanto forma, o trabalho social e coletivo para se consolidarem enquanto empreendimento produtivo e gerador de trabalho e renda, do outro, havia, ao mesmo tempo, no contexto nacional, um movimento seminal cujas características convergiam, guardavam similitudes com o *modus operandi* dessas mulheres, no sentido de produzir e comercializar coletivamente. A denominação desse movimento era da Economia Solidária, dinâmica que nasceu no Brasil no auge da maior crise do emprego nas décadas de 1980 e 1990, sobretudo na cidade de São Paulo, maior centro industrial do país.

As características fundamentais da Economia Solidária constavam da centralidade nas relações sociais entre os seres humanos e não no lucro, o trabalho era na perspectiva coletiva, havia o respeito à diversidade, ao ambiente, aos princípios fundamentais da autogestão, à solidariedade e a cooperação nos processos econômicos de produzir, comercializar, consumir e poupar (SENAES, 2004).

O processo de criação e fortalecimento da economia solidária conjugam-se com a própria Associação do bairro Santa Tereza, pois evidenciavam o caráter socioeconômico, com ênfase em processos: *educativo, organizador, estimulador de cidadania e do bem viver das populações*.

Os instrumentos e métodos de ação utilizados primeiramente pela Associação e em seguida na COOF ECS visavam, entre outras questões, atar os fios dos objetivos da Política Nacional de Economia Solidária (PNES), focados particularmente na formação e geração de renda e por fim, na autonomia e emancipação das mulheres.

Durante a execução desses objetivos foram estabelecidas estratégias metodológicas que visavam o fortalecimento das ações, pautadas, sobretudo, em metas e no cuidar de umas com as outras.

As ações construídas na trajetória histórica assentavam-se nas Políticas da Secretaria Nacional de Economia Solidária, no documento denominado Plano Nacional de Economia Solidária - PNES. Em suas diretrizes o PNES estabelecia os princípios e valores da Economia Solidária, bem como os fundamentos, práticas e ações da Educação Popular, estabelecendo como pressupostos o respeito e a valorização dos saberes locais e um assessoramento e formação contextualizados no tempo e no espaço com a socialização de conhecimentos e saberes.

Do nacional ao local é relevante destacar que o contexto vivenciado na sociedade brasileira era, e continua a ser, o modo de produção capitalista - ou sistema capitalista. As características fundamentais desse modo são a propriedade privada dos meios de produção, a relação capital-trabalho, o lucro como fundamento econômico, mediado pela moeda. Movimentos que ensejam competir, em detrimento do cooperar. Movimentos que ensejam as desigualdades e por vezes a vulnerabilidade. Para Singer (2002) “a competição tem sido criticada por causa de seus efeitos sociais”. E “o capitalismo produz desigualdade crescente, verdadeira polarização entre ganhadores e perdedores” (SINGER, 2002, p. 08).

Contraditoriamente, ainda assim o mundo real evidencia, por meio do trabalho coletivo seres humanos que sentem a necessidade de cooperar, na perspectiva de se sentirem pertencentes a algo, dado que, cotidianamente são excluídas do contexto social e econômico, ora escolaridade, ora por renda, ora por idade, ora por gênero, enfim, as exclusões são multifacetadas.

Foi no bojo desse contexto que em 1995, no âmbito da Secretaria Estadual do Trabalho em Bem-Estar Social – SETRABES, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE em Roraima, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAI/Roraima e o Banco do estado de Roraima – Baner



foram criados o Projeto para implantar os Centros de Produção Comunitária – CPCs.

De caráter inovador, o projeto continha em seu núcleo fundamental as dimensões social e econômica como solução possível para inclusão das famílias em situação de vulnerabilidade, ao mesmo tempo em que promovia a inclusão produtiva por meio da confecção de vestuários em escala industrial e a produção de alimentos. Pela vanguarda, o projeto foi premiado nacionalmente, validando a efetividade da política pública de cunho estadual.

O *modus operandi* dos CPCs privilegiava o trabalho coletivo e associativo. As 20 unidades recebiam capacitação do SEBRAE nos aspectos gerenciais e do SENAI, nos aspectos produtivos e de manutenção das máquinas de costura; máquinas que foram adquiridas por meio de financiamentos junto ao Baner.

As oportunidades de trabalho e a geração renda para as famílias participantes do projeto foram evidentes e reais uma vez que os primeiros resultados colhidos na execução do projeto ocorreram. Movimentos combinados que garantiram o sustento das famílias beneficiárias da ação. Dos 20 CPC's, 19 eram da área da costura e apenas um na área da produção de alimentos. Cada CPC localizava-se em 20 bairros distintos da cidade de Boa Vista, um era inclusive no espaço agrário da capital, no Monte Cristo, ali ficava o CPC de alimentação.

Durante a vigência do projeto destacaram-se o CPC's do 13 de setembro, do Santa Tereza e do Jôquei Clube. As demais unidades foram aos poucos encerrando suas atividades.

Atualmente apenas duas unidades oriundas do antigo projeto dos CPC's continuam ativas, o do 13 de setembro, onde as mulheres trabalham no mesmo espaço físico, mas na dinâmica individual e CPC do do bairro Santa Tereza. A unidade do bairro Santa Tereza merece

destaque porque ao longo desses 23 anos, vem trabalhando na perspectiva do trabalho associativo e coletivo, baseado nos princípios da economia solidária. Cabe frisar que segundo Singer (2002)

para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir (PAUL SINGER, 2002, p. 09).

A Associação do Bairro Santa Tereza trilha o percurso de associação até a conquista da constituição da Cooperativa. Dessa feita, a COOF ECS além de carregar o nome de economia solidária, apresenta características do conceito em seus 16 anos de prática de trabalho coletivo de mulheres. Dinâmica que, ganhou fôlego e avançou nos últimos 08 anos para perspectiva da constituição da primeira cooperativa de mulheres que atuam na dinâmica da Economia Solidária em Roraima. Atualmente a COOF ECS tem na sua composição 20 mulheres que trabalham econômico e solidariamente na produção de confecção e artesanato. Atividades que garantem renda, trabalho e o sustenta de suas famílias.

## 2.1 A CONSTITUIÇÃO DA COOPERATIVA: CONSCIÊNCIA PARA AUTONOMIA

A constituição da COOF ECS consistiu da junção das associações do bairro Santa Tereza, Mulheres do Cauamé, Mulheres Aliança, Associação Feras do Amazonas e do CPC – Jôquei Clube. O movimento de concepção foi organizado pelas atividades da Incubadora Tecnológica de Cooperativa Populares e Empreendimentos Solidários da Universidade Federal de Roraima – ITC PES/UFRR.

O objetivo da ITC PES/UFRR foi contribuir nesse processo na medida em que realizava o assessoramento técnico e a formação

educativa para grupos que atuavam no trabalho associativo e coletivo. Dessa parceria, surgiu um conjunto robusto de atividades, destacadas pela conquista de prêmios, viagens, trocas de experiências entre outros eventos. Ações que levaram à COOF ECS a empreender um movimento virtuoso de autonomia na gestão de suas atividades.

As dinâmicas, os movimentos, o percurso pedagógico empreendido pelas mulheres da COOF ECS foram apreendidos a partir de evidências como a necessidade de expandir o trabalho por meio da auto gestão e da solidariedade.

Do ponto de vista da trajetória, a COOF ECS foi gestada em abril de 2008, tendo como principal objetivo integrar, fortalecer e capacitar os Núcleos de Economia Solidária para a emancipação social. Do ponto de vista institucional a consolidação do registro do Estatuto na Junta Comercial de Roraima foi em 2010. A cooperativa conta com 22 (vinte e duas) associadas. Sendo treze participantes ativas na produção.

O perfil das integrantes da COOF ECS é de mulheres migrantes de diversos estados do Brasil, com nível de escolaridade baixa e média, faixa etária acima dos 20 anos que encontram dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal. Esse número tem na associação Santa Tereza a sua maioria das integrantes, pois “Contava inicialmente com a participação de dez mulheres que receberam um treinamento de corte e costura fornecido pelo Governo de Estado em parceria com o SENAI” (GRADE e PEREIRA, 2010, p. 27).

Inicialmente este Grupo começou a trabalhar na Associação de Moradores em um bairro próximo que disponibilizava o espaço físico, depois passaram seis meses em um espaço alugado, até o período em que o governo do Estado de Roraima reformou o espaço cultural do bairro Santa Tereza, que os vem abrigando até o momento. (GRADE e PEREIRA,, 2010, p. 28).

As principais atividades realizadas pela COOFECS são peças do fardamento escolar da rede estadual, municipal e privada da cidade de Boa Vista-RR, uniformes para empresas e profissionais liberais, peças do vestuário íntimo feminino, consertos e acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e a fabricação de artefatos de tapeçaria e artesanato.

A distinção da COOFECS das demais cooperativas do estado consiste na sua via ideológica. A Unidade Produtiva foi criada com base nos princípios da economia solidária que se assentam nos princípios da autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, comércio justo e consumo solidário. Em termos de localização, a Cooperativa está baseada em Boa Vista, sito à Rua Tambaqui, n. 895 – Santa Tereza, Boa Vista – RR.

A COOFECS possui um parque industrial que conta com máquinas de costuras industrial e insumos para fabricação dos seus produtos. Recentemente, nos anos de 2015 e 2018 a cooperativa recebeu como doação da ITCPEs/UFRR por meio do projeto do PRONIC/CNPq/SENAES. E por último foi agraciada com a doação de 12 máquinas domésticas, frutos do fomento de um projeto da embaixada da Austrália. As máquinas foram destinadas às atividades de formação, sobretudo às migrantes venezuelanas. Essa estratégia possibilitou ampliar o campo de atuação da Cooperativa que, recentemente alterou seu estatuto social para abarcar novas atividades, como por exemplo a formação de pessoal. Possibilidade que enseja a oferta de capacitação para outras mulheres necessitadas, para além das migrantes.

Em sua oferta de cursos para capacitação a COOFECS disponibiliza a costura básica, cuja instrutora é a dona Maria dos Santos. Essa iniciativa possibilita às mulheres que participam da formação integrar a própria COOFECS. Estratégia capaz de manter viva a existência da cooperativa.

### 3 PARCERIAS E COOPERAÇÃO: OS DOIS LADOS DO MESMO PROPÓSITO

As atividades vivificadas pela COOF ECS são oriundas de parcerias que, ao fim e ao cabo foram destacadas nacional, regional e localmente por meio de prêmios, obras, publicações, eventos, entre outros eventos.

A publicação da obra “*Mulheres Migrantes e Indígenas de Roraima: a trajetória de uma construção coletiva*” (2010), organizada pela ITC PES/UFRR foi um dos frutos dessas parcerias. O fomento para realização da referida obra foi do convenio com o Banco da Amazônia, com recursos do Fundo de Financiamento da Amazônia (FNO). A obra aborda toda trajetória do movimento de economia solidária em Roraima, evidenciando os aspectos teórico e prático da dinâmica. Conta com 05 artigos elaborados pelos professores e bolsistas que compunham a ITC PES/UFRR à época.

Um dos desdobramentos dessa publicação consta da disponibilização de conteúdo para as disciplinas de Economia Solidária que são ministradas no âmbito da UFRR. Uma conquista para o movimento. Em seu conteúdo substantivo, a obra revela a história dos Empreendimentos Econômicos Solidários em Roraima, sobretudo a história da Associação do Santa Tereza.

Outra vitória no bojo dessa trajetória de êxitos consta do destaque dado à COOF ECS no dia 07 de Outubro de 2013 no jornal de circulação nacional, a Folha de São Paulo. O período destacou a atuação da cooperativa no âmbito do projeto BRASIL27 . O referido projeto foi idealizado pelos jovens Fabio Serconek e Pedro Henrique G. Vitoriano e realizado em parceria com Centro de Empreendedorismo e Administração em Terceiro Setor da Universidade de São Paulo (CEATS), que objetivou “mapear e estudar modelos

de negócios sociais bem sucedidos em todos os estados brasileiros” (ITCPES/UFRR, 2013).

A COOF ECS também foi destaque numa publicação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) no que concerne às iniciativas sustentáveis. A matéria destaca que a principal mercadoria consiste na produção de uniformes, ao mesmo tempo que efetivam o reaproveitamento de materiais que são descartados no decorrer do processo produtivo.

Outra vitória da Unidade Produtiva foi no ano de 2015 quando foram laureadas com o Prêmio Sandra Magalhães de Boas Práticas em Economia Solidária. Em todo o Brasil foram premiados 30 (trinta) empreendimentos econômicos solidários (EESs) formalizados, 08 ainda não formalizados e 10 redes de EESs, distribuídos por 21 estados nas 05 regiões brasileiras. O prêmio constou de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Em 2019, a COOF ECS mais uma vez foi agraciada com R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) pela iniciativa de ofertar capacitação às mulheres vulneráveis social e economicamente, sobretudo às venezuelanas. O prêmio foi promovido pela CIED, uma Organização não governamental de São Paulo que se instalou em Roraima para atender aos migrantes e refugiados que se encontram em Roraima.

A trajetória exitosa da COOF ECS pode ser atribuída a um conjunto de condicionalidades, mas, sobretudo deve ser destacada pela capacidade da autogestão das mulheres que a integram. Nesse caminho as parcerias são evidências das ações operacionalizadas entre a COOF ECS e ITCPE S/UFRR. A Incubadora procura ser um canal de disseminação das práticas dessas mulheres ao longo de sua trajetória de existência. Um movimento que teve início em 2006, quando a associação recebeu um conjunto de formações para o trabalho associativo e coletivo, permanecendo até os dias atuais. Naquela época a professora Marlene Grade submeteu um projeto

que tratava sobre a formação desses grupos e foi laureada com o Premio Samuel benchimol. O prêmio consistia numa remuneração em dinheiro para a referida professora, que num gesto da própria economia solidária, distribuiu os recursos financeiros entre os grupos que integravam seu projeto. O valor monetário recebido por cada grupo foi o ponto de partida para o fortalecimento do capital de giro. Em depoimento dona Francisca (2019) relembra “aquele dinheiro que a professora nos deu, ajudou muito, nós colocamos para ser nosso capital de giro”.

As ações decorrentes do processo de assessoramento da ITCPES/UFRR à COOF ECS foram e continuam a ser baseadas nos princípios da economia solidária e na perspectiva da autonomia econômica. Nessa linha, o relato da Presidente da Cooperativa, afirma a importância da ITCPES/UFRR em sua trajetória virtuosa e afirma também que desse encontro, houve tantos outros que gestaram novas parcerias. Dinâmicas cujas implicações são positiva, na medida em que as parcerias continuam sendo estabelecidas, como por exemplo com SENAI, SEBRAE e recentemente com o Alto comissariado para migrantes da Organização das Nações Unidas - ACNUR - que destinou recursos para os Jesuítas, uma organização não governamental da igreja católica, realizarem por meio da COOF ECS, curso de costura básica para migrantes venezuelanas. Os frutos dessas formações são peças que, ao fim do curso são comercializadas na comunidade. Gerando um movimento virtuoso. De um lado a formação profissional e do outro a produção de uma mercadoria comercializada ao fim da capacitação. Pelo lado da COOF ECS, os recursos oriundos dessas parcerias ajudam na manutenção das máquinas e nos prédios onde a cooperativa está instalada.

Para além das atividades produtivas de formação, a COOF ECS atua no campo social, na medida em que realiza atividades solidárias para atender à comunidade do entorno onde está localizada, ou seja, o

Bairro Santa Tereza. Um exemplo dessa afirmativa consta da elaboração e execução do projeto “*Costurando Sonhos*”, cujo propósito consiste na formação em costura para mulheres. A cooperativa já ministrou 05 turmas compostas por 10 (dez) alunos cada.

Figura 01 – Logotipo do *Projeto Costurando Sonhos* elaborado pela ITCPES/UFRR



Autora (2018)

Em 2019 a parceria com o Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (Jesuítas) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) permaneceu. A COOFECs promoveu e realizou da 4ª edição do Projeto Costurando Sonhos. A parceria consistiu em um curso de 40 horas ministrado para refugiados venezuelanos e Haitianos que se encontram em situação de vulnerabilidade em Roraima. Durante o curso foram produzidos jogos de cama, cozinha e banheiro e ao final realizado



uma feira de comercialização. Os recursos financeiros angariados no processo de comercialização das mercadorias na feira solidária criada para esse fim foram divididos entre as participantes do curso e com os produtos que sobraram foram construídos kits e entregue a elas.

Figura 02 – Cerimônia de Entrega dos Certificados do Curso para Refugiados



Fonte: Autora (2018)

Ainda em 2019 a COOF ECS continuou sua trajetória de parcerias e firmou uma nova com a Cáritas Arquidiocesana de Manaus para a 5ª edição do Projeto Costurando Sonhos. Já foram realizadas as compras de maquinários e tecidos. Assim como os Jesuítas e o ACNUR sinalizaram a parceria para 2019 com mais uma edição do Projeto Costurando Sonhos para refugiadas.

Cabe destacar que a COOF ECS dispõe um espaço físico localizado na Rua Tambaqui, bairro Santa Tereza. O espaço é administrado

pelo Governo do estado de Roraima por meio da Secretaria do Trabalho e bem-estar Social – SETRABES. O local abriga outras associações: Agremiação Folclórica Feras do Amazonas (20 associados), Associação dos Idosos Santa Tereza (10 associados) e o Fórum Roraimense de Economia Solidária (28 participantes, dentre estes, 14 Empreendimentos Econômicos Solidários de todo o Estado de Roraima).

Nesse sentido, é necessário revelar que o referido espaço constituiu-se no espaço privilegiado da existência dessas unidades produtivas. Por conta dessa característica é preciso destacar que os integrantes que ali trabalham compartilham suas vidas, seu trabalho e suas experiências, tornando o lugar num Centro Público de Economia Solidária, ou seja, um espaço central para agregar políticas públicas direcionada aos empreendimentos econômicos solidários, que se expressam nos vários ramos da produção e serviços, e bem como unidades produtivas que se reproduzem no trabalho coletivo e auto gestor.

Importa destacar que a longa experiência associativa da COOF ECS garante-lhe expertise para disseminar suas experiências para outras iniciativas coletivas de trabalho. Destacados no caráter na perseverança empreendida pelas mulheres que a integram. Segundo a cooperada Maria dos Santos “a gente tem que compreender o outro e aprender a viver com os defeitos de cada um. Só assim dá certo”.

Por fim, a COOF ECS integra o conselho estadual de Segurança Alimentar. Nesse contexto, é inscrita como beneficiária dos alimentos do Programa Aquisição de Alimentos. Os alimentos que recebe, distribui para 144 famílias da própria cooperativa e para as famílias vulneráveis do entorno da unidade produtiva. Um trabalho social que lhe garante ampliar seu espectro de amor e solidariedade.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo evidenciar a trajetória da COOFECS. Dentre as conquistas e os limites. No que concerne aos limites cabe destacar os elementos do processo de organização do espaço de trabalho, haja vista que o espaço de produção é o mesmo espaço de comercialização. Aspecto que não teve qualquer solução até os dias atuais porque o espaço é da SETRABES, ou seja, a Cooperativa não dispõe de qualquer documento oficial de autorização, permissão para uso e/ou possui um termo formal de concessão do governo do estado. Embora tenha envidado frequentes incursos nesse sentido. Esse limite não permite que a Cooperativa revitalize o lugar, haja vista que há qualquer momento pode perder o espaço de trabalho.

Outra característica observada na trajetória da Cooperativa consiste no fato das mulheres não se observarem, não se reconhecerem plenamente como sujeitos políticos sociais e não se darem conta do quão impactante é a dinâmica de trabalho coletivo realizado por elas na comunidade.

No que diz respeito às conquistas, o destaque fica para o *Projeto Costurando Sonhos* que se tornou referência internacional a partir das atividades com migrantes refugiados. Aliado ao movimento de doação dos produtos alimentícios oriundos do PAA que são destinados à comunidade do entorno. Os produtos do PAA advém da agricultura familiar a partir do Projeto Aquisição de Alimentos Municipal e Estadual, promovendo ajuda para uma alimentação saudável das cooperadas, bem como da comunidade do entorno do bairro Santa Tereza.

Por fim, ficou evidenciado que a COOFECS, pelas suas características de atuação é também enquadrada na nova modalidade de negócios - os negócios de impacto social e econômico - modelos que vêm transformando a vida de pessoas em vulnerabilidade social por

meios econômicos e solidários, a partir da liderança de mulheres com autonomia social.

## REFERÊNCIAS

GRADE, M.; PEREIRA, M. A. J. **Mulheres Migrantes e Indígenas em Roraima:** a construção de uma trajetória coletiva. Boa Vista: UFRR/ PROEX, 2010.

SINGER, P. **Reflexões sobre inflação, conflito distributivo e democracia.** In: Reis, F. W. e O' Donnell, G. (org.). A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice, 1988.



## **6 A ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES HORTIFRUTIGRANJEIROS ORGÂNICOS DE BOA VISTA - HORTIVIDA**

Luís Felipe Paes de Almeida  
Cleane da Silva Nascimento  
Meire Joisy Almeida Pereira  
Paulo Sérgio Maroti

### **1 INTRODUÇÃO**

O avanço da agricultura orgânica no Brasil e no mundo é relativamente recente, com aumento substantivo após o início dos anos 2000, apresentando taxas crescentes de no mínimo 20% ao ano. De acordo com a legislação brasileira, o produto orgânico fresco ou industrializado é obtido em sistema orgânico de produção agropecuária ou de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local.

A partir do ano de 1999 programas e leis governamentais foram implementados por meio da ampla participação de setores da sociedade civil e do governo central. Da sociedade civil, destacamos as Organizações Não Governamentais, os Movimentos sociais, os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Organismos que permitiram a regulamentação da produção, comercialização, e certificação e beneficiamento dos produtos orgânicos.

A maior preocupação do movimento foi centrada na dinâmica e forma de produção, nos reflexos na saúde dos consumidores e produtores, além das consequências ambientais dos produtos convencionais. Esses elementos têm evidenciado tendência de ascensão e positiva. Pelo lado do crescimento, o destaque fica por conta da alta na demanda pelos produtos,

não só nos mercados globais, mas, sobretudo em microregiões nacionais.

Do ponto de vista dos números, o destaque fica por conta das vendas mundiais de alimentos e bebidas orgânicos. Essas categorias atingiram 97 bilhões de dólares em 2017, sendo os maiores mercados orgânicos os Estados Unidos da América, seguido da Alemanha e França (FiBL e IFOAM, 2019).

Em 2017 a área total destinada à agricultura orgânica mundial atingiu o patamar de 69,8 milhões de hectares, um crescimento de 20% em relação a 2016. Um recorde histórico graças ao aumento das áreas cultivadas em países como a Austrália, a China, a Argentina, a Índia e a Rússia. No Brasil o mercado de produtos orgânicos ocupa o lugar de maior da América Latina e Caribe. Porém, no que diz respeito à área cultivada, a classificação cai para a segunda posição. Disponível de uma área de 1.100.000 hectares, perdendo somente para Argentina que cultivava uma área total de 3.400.000 hectares (FiBL e IFOAM, 2019).

## **2 AGRICULTURA ORGÂNICA NO BRASIL**

O histórico da agricultura orgânica do Brasil revela que em 2012, havia quase 5,9 mil produtores orgânicos registrados no MAPA. Em 2019, esse número alterou-se, segundo o MAPA, há o registro de mais de 17,7 mil produtores brasileiros que se inscrevem como orgânicos, um crescimento de 200%.

No período aventadoi foi possível observar, para além do crescimento do número de produtores, o crescimento do número de unidades de produção orgânica, movimento que coaduna com o crescimento de produtos. Dessa feita, há no Brasil, o registro inicial de 5,4 mil unidades produtivas registradas em 2010, para alcançar o patamar de mais de 22 mil unidades no ano de 2018. Uma variação de mais de

300% (MAPA, 2019a). Desse total de produtores, 75% são de origem da agricultura familiar (SEBRAE, 2017).

Contemporaneamente, o registro no MAPA é de que haja 36 Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica (OAC) credenciados, sendo 25 Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica (SPG) e onze certificadoras por auditoria (MAPA, 2019b) e 368 Organizações de Controle Social (OCS). Todo esse conjunto (fig. 1) de organizações oferecem produtos orgânicos da agricultura familiar para um mercado em crescimento (FiBL e IFOAM, 2019).

Figura 1 - Indicadores crescentes de produtores orgânicos no Brasil



Fonte: MAPA (2019)<sup>7</sup>

No mesmo período houve o crescimento do número de unidades de produção orgânica no Brasil, saindo de 5,4 mil unidades registradas (fig. 2), em 2010, para mais de 22 mil em 2018, revelando uma variação de mais de 300% (MAPA, 2019a).

<sup>7</sup>Em 7 anos, Brasil triplica o número de agricultores orgânicos registrados. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/noticias/em-sete-anos-triplica-o-numero-de-produtores-organicos-cadastrados-no-mapa> acessado em: 05/08/2019.



Figura 2 - Aumento do número de Unidades Produtivas de orgânicos no Brasil



Fonte: MAPA (2019)<sup>8</sup>

Em todas as regiões do Brasil, são registrados exemplos concretos e exitosos de produção orgânica e de base agroecológica, desenvolvidos a partir do esforço dos agricultores e de organizações e movimentos sociais articulados em diversas redes. Como exemplo, podemos citar a Rede Ecovida de Agroecologia, no Sul do país, a Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária, no Nordeste, a Rede Cerrado, na região central do país, e a própria Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que congrega milhares de famílias, organizações e movimentos sociais representativos de agricultores/as, extrativistas, povos e comunidades tradicionais (CIAPO, 2013).

Os pontos de comercialização de produtos orgânicos e de base agroecológica têm proliferado em todo o país. As feiras livres constam como a principal característica dos espaços destinados a viabilização dos processos de comercialização dos produtos. Os preços desses produtos apresentam o caráter de elementos de equidade, ou seja, assumem uma perspectiva de justiça para quem produz e para quem consome. Outra

característica desses espaços coletivos de comercialização são laços  
<sup>8</sup>Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Cadastro de produtores orgânicos. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos> acessado em 02/08/2019.

afetivos que são estabelecidos entre produtores e consumidores.

Para além das feiras livres a dinâmica impressa para a comercialização dos produtos orgânicos constam de iniciativas como as Cooperativas de consumo, as pequenas redes familiares de varejo local, os pontos de distribuição especializados em produtos orgânicos nos centros urbanos, além de grandes redes de supermercados (CIAPO, 2013).

### **3 REGULAMENTAÇÃO E TIPOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS**

A regulamentação da produção de orgânicos no Brasil teve avanços significativos a partir da publicação da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, e do Decreto nº 6.223, de dezembro de 2007, que dispõem sobre a produção orgânica. O Decreto estabeleceu um grande avanço sobre o ponto de vista dos mecanismos de controle necessários para assegurar ao consumidor a qualidade do produto orgânico. Ele prevê três mecanismos de controle para garantia da qualidade orgânica, sendo um por auditoria externa (OAC) (Certificadora contratada pelo produtor), e dois por Sistemas Participativos de Garantia (SPG), o OPAC (Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade) realizadas pelos próprios agricultores e por outros interessados, como consumidores, comerciantes e fornecedores, e a OCS (Organizações de Controle Social) representados pelos agricultores familiares que comercializam seus produtos unicamente em venda direta aos consumidores.

A obtenção do certificado de conformidade orgânica, emitida por meio da avaliação de instituições certificadoras credenciadas pelo MAPA (OAC) confere ao produtor o direito de utilizar e estampar nos seus produtos certificados o selo do Sistema Brasileiro de Conformidade Orgânica - SisOrg, além do selo da certificadora pelo qual foi avaliado

(KAWAKAMI, 2016). A garantia do certificado baseia-se na relação de confiança entre quem vende e quem compra.

Os processos de certificação seguem trâmites consolidados. Dessa feita, os produtores devem permitir a visita a sua propriedade, para que clientes e órgãos de fiscalização possam verificar o que está sendo produzido e de que forma. O movimento é denominado de acreditação da produção orgânica. Assim, a Organização de Controle Social poderá, quando necessário, consultar a CPOrg sobre decisões técnicas que lhe estejam imputadas pelos regulamentos. O SPG se diferencia da certificação por auditoria devido ao seu processo de fiscalização ser realizado pelos próprios agricultores, e técnicos da área e por organizações envolvidas, sem prescindir dos próprios consumidores ou fornecedores.

Para a legislação brasileira, a venda direta ao consumidor consiste naquela em que o produtor e o consumidor final se encontram sem a necessidade de intermediários. A lei também determina que a venda seja realizada por outro produtor ou membro da família que participe da produção e que também integre o grupo vinculado à Organização de Controle Social (BRASIL, 2008).

Ainda sobre a comercialização, destacam-se aquelas relacionadas às compras governamentais, sobretudo às realizadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Ambas tiveram crescimento sistemático da participação de produtos orgânicos e de base agroecológica.

Quanto a comercialização dos produtos diretamente ao consumidor, as OCSs devem cadastrar-se junto à Superintendência Federal de Agricultura da unidade federada ou órgão fiscalizador conveniado, da esfera federal, estadual ou distrital (Art. 25 e 28 do Decreto No 6.323/07), atendidas às exigências da IN 19/09 contidas em seus Art. 96 e 97 e nas Seções I e II de seu Capítulo III.

Do ponto de vista da constituição, as OCS só podem ser formadas por agricultores familiares legalmente reconhecidos; devem estar ativos, possuir formas de controle e registro de informações que sejam capazes de assegurar a qualidade orgânica dos produtos e identificar claramente que produtor é responsável por cada produto. Conferidos esses requisitos, os produtores assinam um Termo de Compromisso juntos, comprometendo-se a atender ao Decreto No 6.323/07 nos princípios e diretrizes da produção orgânica. Como grupo, todos se responsabilizam por todos (MAPA, 2016 citada por ROCHA,2016).

O produtor não poderá utilizar o selo do Sistema Brasileiro de Conformidade Orgânica - SisOrg , porém, poderá incluir na rotulagem ou no ponto de comercialização a expressão: “Produto orgânico para venda direta por agricultores familiares organizados não sujeita à certificação de acordo com a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003 (KAWAKAMI, 2006).

#### **4 HISTÓRICO DA AGRICULTURA ORGÂNICA COMERCIAL EM RORAIMA**

O movimento que originou a agricultura orgânica comercial em Roraima data do ano de 1982 pelo senhor Antônio Aloisio Moura Macuglia. O agricultor possuía propriedade rural no município de Boa Vista, onde cultivava hortaliças e frutas convencionais e orgânicos. Migrou com a família para o município de Pacaraima em 1983 e se tornou completamente orgânico, devido a sua nova propriedade apresentar menores dificuldades climáticas. Foi desse modo que a empresa familiar de hortifrutigranjeiros “Trigenros” teve seu gênese. A organização atende atualmente à demanda interna do município de Pacaraima e Boa Vista. O rol de produtos orgânicos consta de mais de 40 variedades de produtos (ROCHA, 2016). Nos últimos anos os produtores de Pacaraima têm

sofrido problemas no que diz respeito ao escoamento de mercadorias devido a presença da mosca da carambola e do ácaro hindustânico dos citros, prejudicando a produção de tomate, biribá, manga, laranja e limão, que não podem ser comercializados para Boa Vista e para fora do Estado.

## **5 A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO HORTIVIDA**

Em 29 de julho de 2005 foi criada a Associação dos Hortifrutigranjeiros Orgânicos de Boa Vista – HORTIVIDA, uma entidade sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com o intuito de lutar pela expansão da atividade orgânica em âmbito local, nacional e internacional.

A associação surgiu a partir de capacitação em projetos de horticultura orgânica, de gestão do SEBRAE em parceria com a SEAPA, prefeitura de Boa Vista (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola-SEMDA SEAAB, Embrapa, SENAR- Serviço Nacional de Aprendizado Rural, Universidade Federal de Roraima-UFRR, Superintendência Federal da Agricultura e SESCOOP) realizada durante três anos, cujo objetivo consistia em transformar 20% das propriedades agrícolas convencionais de Boa Vista em produção orgânica. Nesse projeto foram capacitados 22 produtores com cursos de produção orgânica com os temas associativismo, comercialização, processamento mínimo de hortaliças e visitas técnicas às feiras nacionais. Dos 22 produtores capacitados, 9 (nove) permaneceram com objetivos de avançar na associação HORTIVIDA e na produção de alimentos saudáveis (ROCHA, 2016).

Atualmente a HORTIVIDA conta com 10 associados que produzem hortaliças, frutas, ovos, queijos, pães, bolos, biscoitos, chás, iogurte, água de côco, plantas medicinais, geleias, frango e porco caipira

e comercializam diretamente ao consumidor em feiras. A comercialização dos produtos ocorrem em três pontos da cidade de Boa Vista: aos sábados pela manhã na Praça da Amoca no bairro Caçari, as quartas-feiras pela tarde na avenida Capitão Júlio Bezerra, no bairro Aparecida e durante a noite em um Shopping de Boa Vista localizado no bairro Paraviana.

A HORTIVIDA consiste em uma associação certificada como OCS, ou seja, é um organismo de controle social. Os próprios agricultores realizam as vistorias e garantem a conformidade de produção orgânica, com base na participação, confiança e ética. A OCS é cadastrada na Superintendência Federal de Agricultura de Roraima, vinculada ao Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA – e integra a Comissão da Produção Orgânica de Roraima – Cporg/RR.

A CPorg Roraima é coordenada por Francisco Canindé Bessa, presidente da HORTIVIDA, e os demais integrantes constam de membros da esfera governamental e não-governamental, mantendo a paridade entre os dois setores. Os organismos que integram a Comissão são servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria Estadual de Agricultura, do SEBRAE, da Universidade Federal de Roraima e de agricultores familiares representados pelas Organizações de Controle Social (OCS). A HORTIVIDA Foi a primeira associação em Roraima a se cadastrar junto ao Mapa.

A Associação tornou-se destaque no município a partir da produção orgânica e pela realização de atividades sociais constantes. Em decorrência dos conhecimentos e “expertise” acumuladas no cultivo orgânico, a associação firmou parceria com a Fazenda da Esperança . A fazenda Esperança é um projeto nacional que atua no tratamento de dependentes químicos.

Os temas da parceria firmada constou da HORTIVIDA ministrar treinamento em agricultura orgânica aos internos da Fazenda; outro

elemento pactuado entre os signatários consistiu na disponibilização dos espaços da HORTIVIDA para comercialização dos produtos oriundos da Fazenda Esperança; a associação também fornecer sacos de esterco bovino e de galinha à cada trimestre para Fazenda Esperança no momento de montar a compostagem; Outra iniciativa da HORTIVIDA nesse encontro foi promover a arrecadação de alimentos (fig. 1) não percebíveis nas feiras, ao mesmo tempo em que dispôs de um calendário de visitas para o acompanhamento técnico mensal ou eventual das atividades realizadas na Fazenda.

Figura 1- Arte Gráfica utilizada na caixa de arrecadação de donativos



Fonte: Acervo da ITCPES/UFRR (2018)

A estratégia utilizada pela ITCPES/UFRR junto a HORTIVIDA consistiu no assessoramento para sua inserção econômica e social e buscando propiciar interação junto aos agentes públicos e privados de apoio à produção de orgânicos. Nesse percurso foi possível ampliar as

formas de divulgação da associação, principalmente na internet e nas feiras da semana do alimento orgânico.

A HORTIVIDA foi agraciada com o projeto da ITCPES/UFRR com a doação de um mini trator do tipo tratorito, duas roçadeiras e equipamentos para produção. O fomento dessas doações foram do ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO RORAIMA: formação e desenvolvimento dos empreendimentos em redes colaborativas, aprovado por meio da CHAMADA CNPq/MTb-SENAES IEES N° 27/2017.

O *modus operandi* dos equipamentos no interior da HORTIVIDA foi determinado pelos seus integrantes. Segundo eles, os equipamentos são revezados entre os produtores, na medida em que necessitarem. Outra ação no contexto da incubação da HORTIVIDA foi a realização de encontros e cursos de capacitação para a gestão de negócios e acesso às plataformas de conhecimento para aperfeiçoamento dos associados. Foram realizadas visitas entre os associados e entre eles e outras associações de orgânicos, na perspectivas de se criar um rede de produtores orgânicos. A HORTIVIDA participou das visitas às propriedades orgânicas no Estado de Roraima, realizando a inspeção de conformidade orgânica (Fig. 2).

Figura 2 - Dinâmicas de formação e visita às propriedades da HORTIVIDA



Legenda A: visita aos EES.



Legenda B: Curso de formação em Legislação de Orgânico

Fonte: acervo ITCPES (2019)



## 6 PERSPECTIVAS E VISÃO DA HORTIVIDA

Os principais desafios para os agricultores orgânicos e de base agroecológica da HORTIVIDA concentram-se na diversificação e ampliação de produtos oferecidos à população de Boa Vista. De acordo com Rocha (2016) as principais dificuldades da associação à época eram relacionadas à falta de mão-de-obra qualificada; falta de políticas públicas voltadas para o setor de orgânicos; e as dificuldades em conseguir financiamento que atenda as exigências da produção orgânica. Quanto à relação com os consumidores foram apontados como medidas necessárias para maior adesão do consumidor o aumentar da oferta de produtos na proporção de 30%; melhorar a regularidade da oferta em patamares de 28%; aumentar a diversidade dos produtos em 23%; deve-se aumentar a divulgação destes alimentos em ao menos 19%, abordar os benefícios dos produtos orgânicos, sobretudo na conscientização da comunidade local acerca dos benefícios dos orgânicos.

Uma iniciativa recentemente da HORTIVIDA foi a produção de plantas alimentícias não-convencionais, conhecidas como PANCs. Segundo os relatos dos associados os resultados têm alçado aceitação dos consumidores. Dentre as principais hortaliças PANCs comercializadas são a taioba, o espinafre amazônico, a vinagreira, o cariru e a chicória.

Outro fator que ainda é visto como empecilho ao crescimento da associação é a ausência de crédito, principalmente o PRONAF, devido à falta de documentação de terras em Roraima para emissão da DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) e pela falta de assistência técnica aos produtores.

Destaca-se que a produção orgânica no lavrado, por ter características de solos muito pobres, necessita de grande aporte de nutrientes e matéria orgânica por meio de tecnologias sustentáveis. A qualidade e cuidado na produção e manejo sustentável das propriedades

que apresentam desafios para produzir tais como assistência técnica agroecológica e acesso às tecnologias, suprimentos orgânicos, tais como adubos, grãos, sementes, organismos para controle de pragas e de locais para beneficiamento de produtos orgânicos/ artesanais.

Uma possibilidade vista pelos associados nos próximos anos consiste na entrada em novos mercados do tipo CSA (Comunidade que sustenta a agricultura), com entrega de cestas contendo frutas e hortaliças da época e disponíveis na associação. Esse movimento já ocorre em diversas cidades do Brasil com sucesso. O movimento consiste em o consumidor antecipar o pagamento dos produtos. O beneficiário recebe sua cesta em casa ou em um ponto comum à todos. Os produtores não tratam as pessoas que consomem as suas cestas como consumidores, mas sim como membros coprodutores. Isso permite que os produtores programem o plantio e planejem melhor a produção, evitando desperdícios no campo.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A produção orgânica em Roraima vem crescendo nos últimos anos e atualmente existem nove OCSs cadastradas no MAPA, sendo a maioria delas criadas nos último cinco anos. Esse aumento é devido a maior demanda por alimentos saudáveis e consumidores mais exigentes em qualidade na forma em que os alimentos são produzidos.

Quanto a regularidade de oferta de produtos a HORTIVIDA logrou êxito ampliando as feiras de um para 3 espaços de comercialização, ampliando a clientela e possibilitando maior lucratividade.

As feiras da HORTIVIDA são espaços de troca de experiências, como o contato direto entre os consumidores e produtores. Essa dinâmica proporciona a percepção da satisfação de seus clientes-consumidos, sobretudo porque eles conseguem ouvir as demandas eminentes desses

consumidores. São estabelecidas relações de amizade e confiança entre os produtores e consumidores, o que reforça o compromisso de produzir alimentos de qualidade, saudáveis e sob a ótica da economia solidária. Naqueles espaços os produtores são percebidos como parceiros e o fito da relação a melhora na qualidade de vida, não apenas um consumo de alimentos, mas também a possibilidade de menores impactos no ambiente ensejando uma perspectiva de sustentabilidade dos solos e dos corpos hídricos.

Outro destaque do potencial da HORTIVIDA em relação ao desenvolvimento local/regional consiste na inclusão social promovida pela produção e a melhoria da qualidade de vida dos associados, que de um promovem a soberania alimentar e o desenvolvimento sustentável e do outro, a sua própria saúde.

Entretanto, com o corte de verbas direcionadas às comissões e conselhos de agroecologia e produção orgânica por parte do Governo Federal, urge a necessidade da criação de políticas públicas estaduais de enfoque agroecológico e de solução de problemas relacionados à produção orgânica, a exemplo do estado do Amazonas que criou em 2018 a Lei Estadual de Agroecologia e Agricultura orgânica (Lei Nº 4581 DE 11/04/2018).

Com a futura criação da Lei de Agroecologia e Produção Orgânica em Roraima poderá ser possível promover e incentivar o desenvolvimento da agroecologia e dos sistemas orgânicos de produção e extrativismo sustentável. Desta maneira, mais produtores poderão exercer a atividade agropecuária orgânica com segurança e apoio de órgãos governamentais, ampliando o acesso desses alimentos à população, que muitas vezes não consome o produto orgânico pela baixa disponibilidade e preços elevados.

Finalmente, é possível perceber que a associação HORTIVIDA alcançou uma autonomia relativa, na medida em que se mantém firme no

mercado. Porém ainda possui desafios a serem vencidos como o acesso ao crédito rural, à diversificação da produção e a assistência técnica agroecológica. As relações construídas com a ITCPES/UFRR e demais parceiros - atores da sociedade local - proporcionaram experiências e oportunidades para expansão dos negócios agroecológicos e orgânicos e, ensejou o aprimoramento técnico, sobretudo nas possibilidades de se formar e organizar na dinâmica dos empreendimentos econômicos solidários.

## REFERÊNCIAS

AMAZONAS. **Lei N° 4581 de 11/04/2018**. Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, e dá outras providências. Publicado no DOE - AM em 6 mai 2015. Amazonas, 2015.

CIAPO. Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO**. Brasília, DF: MDS; CIAPO, 2013.96 p.

KAWAKAMI, J. **Serie de Cadernos Técnicos da Agenda Parlamentar do Crea – PR**. Paraná, 2016. Disponível em: [www.crea-pr.org.br](http://www.crea-pr.org.br) .Acessado em 26/07/2016

ROCHA, D.M. **Perfil do consumidor edo agricultor de orgânicos do município de boa vista – RR**, Universidade Federal de Roraima- UFRR. Trabalho de conclusão de curso. 2016. 98p.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **O mercado para os produtos orgânicos está aquecido**. 2017 Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-mercado-para-os-produtos-organicos-esta-aquecido,5f48897d3f94e410VgnVCM1000003b74010aRCRD#>. Acessado em 5/08/2019.

## **SOBRE OS AUTORES**

### ***Cleane da Silva Nascimento***

Mestre em Educação - Comunicação e Tecnologias Educativas pela Universidade de Trás-os-Montes e alto Douro; Especialista em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e Graduada em Licenciatura em Informática pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). Experiência em coordenação de projetos sociais. Dedicou-se a estudos nas áreas de Tecnologias da Informação e Comunicação; Arte e Tecnologia; Educação Inclusiva e Economia Solidária.

### ***Dalila Marques Lemos***

Mestranda em educação pela UFRR, Bacharel em Administração na UFRR e Licenciatura em Letras/Espanhol no Instituto Federal de Roraima - IFRR. Bolsista da ITCPES/UFRR no período 2008 a 2011. Técnica em assuntos educacionais na Universidade Federal de Roraima. E-mail: [dalila.lemos@ufr.br](mailto:dalila.lemos@ufr.br)

### ***Gisely da Silva Costa***

Licenciada em Química na UFRR. Bolsista da ITCPES/UFRR entre 2008 e 2015. E-mail: [costasilvagisely@hotmail.com](mailto:costasilvagisely@hotmail.com)

### ***Graciele Oliveira dos Santos***

Mestre em ensino de Ciências pela UERR e Licenciada em Química na UFRR. Bolsista do ITCPES/UFRR no período 2008 a 2015. Docente da Rede Estadual de Educação. E-mail: [gracioliveiragb@hotmail.com](mailto:gracioliveiragb@hotmail.com)

### ***Herundino Ribeiro do Nascimento Filho***

Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2012), Especialista em Gestão para o Etnodesenvolvimento pelo LACED/NUHSA - UFRR; Graduação em Ciências Sociais com Habilitação em Antropologia pela UFRR(2001). Atualmente é professor efetivo da Universidade Federal de Roraima - UFRR, lotado no Instituto INSI-KIRAN de formação superior indígena - Curso de Gestão Territorial In-

dígena. Coordenador Executivo do Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários - ITCPES/UFRR.

### *Hiroshi Noda*

Pesquisador do INPA, professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – PPGCASA/UFAM;

### *Leuda Evangelista de Oliveira*

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM e Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Coordenadora de Área de Pedagogia no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID/UFRR (2012-2018). Atualmente é professora do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Roraima - UFRR e coordenadora pedagógica da ITCPES/UFRR.

### *Luís Felipe Paes de Almeida*

Doutor em Botânica pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) em 2014 com área de atuação em botânica econômica, crescimento vegetal e ecofisiologia vegetal. Mestre em Ciências Agrárias pela Universidade de Brasília (UnB) com área de atuação em produção vegetal e propagação de fruteiras (2009). Graduado em 2007 no Curso de Engenharia Agrônoma da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”(USP). Professor do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Coordenador de Projetos Agroecológicos da ITCPES/UFRR. Atualmente, dedica-se ao estudo de temas relacionados à Agroecologia, Etnobotânica e Segurança Alimentar.

### *Maria Soledade Dutra Silva*

Bacharel em Ciências Econômicas na UFRR e Licenciatura em História pelo Centro Universitário Claretiano de Bataias. Bolsista da ICPES/UFRR entre 2008 a 2015. Docente da Rede Estadual de Educação. E-mail: soledade.rr@gmail.com.

## *Meire Joisy Almeida Pereira*

Doutora em Ciências do ambiente e sustentabilidade na Amazônia pela UFAM, mestre em Políticas Públicas pela UFMA, economista pela PUC-SP, professora efetiva da UFRR no Centro de Ciências Administrativas e Econômicas; professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da UFRR - PPG/PRONAT; vice-coordenadora do PRONAT no período 2019-2020; pesquisadora nas linhas da Economia Solidária, Economia do trabalho, Agricultura familiar, Percepção ambiental, Agroecossistemas Amazônicos e Sustentabilidade na Amazônia; coordenadora do Curso de Administração e, coordenadora de Empreendimentos Econômicos Solidários na ITCPES/UFRR desde 2008, e coordenadora Geral do projeto aprovado pela chamada IIES/CNPq/SENAES/UFRR; e-mail: meire.joisy@ufr.br

## *Paulo Sérgio Maroti*

Pós-Doutorado no Laboratório de Planejamento Ambiental da UFSCar em (2012) com Ensino de Ecologia e Educação Ambiental. Doutor em Ciências (2002) pelo PPG em Ecologia e Recursos Naturais e Mestre em Ecologia (1997) pela UFSCar; Especialista em Zoologia pela Universidade Estadual Paulista - UNESP Campus de Rio Claro/SP(1993); e Bacharel e Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar (1992); Professor Associado I da Universidade Federal de Roraima (UFRR) do curso de Lic. em Educação do Campo/LEDUCAR da UFRR. Coordenador de Tecnologias Sociais (Portaria n.001/2018 ? PRAE de 11 de janeiro de 2018) da ITCPES/UFRR. e-mail: paulo.maroti@ufr.br.

## *Sandra do Nascimento Noda*

(in memorian) professora doutora do PPGCASA-UFAM

## *Verônica Fagundes Araújo*

Doutora em economia pela Universidade Federal de Pernambuco (2012), com área de concentração em Economia Brasileira; Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000), com área de concentração em Desenvolvimento Econômico e Regional; Licenciada em Matemática pela Universidade Federal de Roraima (1995); Atual-

mente é professora adjunta nível 4 da Universidade Federal de Roraima e coordenadora de Métodos Quantitativos, Desenvolvimento Econômico e Regional da ITCPES/UFRR. e-mail: veronica.araujo@ufr.br.



A presente obra consiste no fruto da Chamada CNPq/MTb-SENAES Nº 27/2017 Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários, acessada pela incubadora social da UFRR. A estratégia de trabalho adotada pela equipe foi articular o ensino, a pesquisa e a extensão. Movimentos que ensejaram a união entre professores, professoras, bolsistas, membros dos Empreendimentos Econômicos Solidários, gestores públicos e demais parceiros como uma rede, tecida fio a fio em prol de um objetivo em comum, a melhoria das condições de vida das populações vulneráveis inscritas na dinâmica da Economia Solidária em Roraima. Viver a Economia Solidária permanece como um ideário para a edificação de um mundo melhor. A presente obra evidencia que essa utopia pode ser possível.

### *Realização:*



Incubadora Tecnológica  
de Cooperativas Populares e  
Empreendimentos Solidários

### *Apoio:*



ISBN 858288236-8



9 788582 882368